



CONSTITUIÇÃO DOGMÁTICA SOBRE A IGREJA ***LUMEN GENTIUM*** SOLENEMENTE PROMULGADA POR SUA SANTIDADE O PAPA PAULO VI EM 21 DE NOVEMBRO DE 1964

CAPÍTULO I

O MISTÉRIO DA IGREJA

1. Cristo é a Luz das nações. Por isso, este Sagrado Sínodo, reunido no Espírito Santo, anseia ardenteamente, proclamando o Evangelho a toda criatura,(1) levar a luz de Cristo a todos os homens, uma luz brilhantemente visível no semblante da Igreja. Visto que a Igreja está em Cristo como sacramento ou como sinal e instrumento tanto de uma união muito íntima com Deus quanto da unidade de toda a raça humana, ela deseja agora desdobrar mais plenamente aos fiéis da Igreja e ao mundo inteiro a sua própria natureza intrínseca e missão universal. Pretende fazê-lo seguindo fielmente o ensinamento dos concílios anteriores. As condições atuais do mundo conferem maior urgência a esta obra da Igreja, para que todos os homens, unidos hoje mais estreitamente por diversos laços sociais, técnicos e culturais, possam também alcançar uma unidade mais plena em Cristo.

2. O Pai eterno, por um plano livre e oculto de Sua própria sabedoria e bondade, criou o mundo inteiro. Seu plano era elevar os homens à participação na vida divina. Caído em Adão, Deus Pai não abandonou os homens a si mesmos, mas incessantemente ofereceu auxílios para a salvação, tendo em vista Cristo, o Redentor, "que é a imagem do Deus invisível, o primogênito de toda a criação".(2) Todos os eleitos, antes do início dos tempos, o Pai "previu e predestinou para serem conformes à imagem de Seu Filho, a fim de que Ele seja o primogênito entre muitos irmãos".(3) Ele planejou reunir na santa Igreja todos os que creriam em Cristo. Já desde o princípio do mundo, a Igreja foi prefigurada. Ela foi preparada de maneira notável ao longo da história do povo de Israel e por meio da Antiga Aliança.(1*) Na era presente, a Igreja foi constituída e, pelo derramamento do Espírito, foi manifestada. No fim dos tempos, alcançará gloriosamente a sua plenitude, quando, como se lê nos Padres, todos os justos, desde Adão e "desde Abel, o justo, até ao último dos eleitos,"(2*) serão reunidos com o Pai na Igreja universal.

3. O Filho, portanto, veio, enviado pelo Pai. Foi nele, antes da fundação do mundo, que o Pai nos escolheu e nos predestinou para sermos filhos adotivos, pois nele aprovou ao Pai restabelecer todas as coisas.(4) Para cumprir a vontade do Pai, Cristo inaugurou o Reino dos céus na terra e nos revelou o mistério desse reino. Pela sua obediência, Ele realizou a redenção. A Igreja, ou, por outras palavras, o reino de Cristo agora presente em mistério, cresce visivelmente pelo poder de Deus no mundo. Esta inauguração e este crescimento são ambos simbolizados pelo sangue e pela água que jorraram do lado aberto de Jesus crucificado (5) e são preditos nas palavras do Senhor referindo-se à Sua morte na Cruz: "E eu, quando for levantado da terra, atrairei todas as coisas a mim mesmo" (6). Sempre que o sacrifício da cruz, no qual Cristo, nossa Páscoa, foi sacrificado, é celebrado no altar, a obra da nossa redenção é realizada e, no sacramento do pão eucarístico, a unidade de todos os fiéis que formam um só corpo em Cristo (8) é expressa e concretizada. Todos os homens são chamados a esta união com Cristo, que é a luz do mundo, de quem procedemos, por meio de quem vivemos e para quem toda a nossa vida se volta.

4. Quando a obra que o Pai confiou ao Filho para realizar na terra (9) foi concluída, o Espírito Santo foi enviado no dia de Pentecostes para que pudesse santificar continuamente a Igreja e, assim, todos os que

creem tivessem acesso, por meio de Cristo, em um só Espírito, ao Pai.(10) Ele é o Espírito da Vida, uma fonte de água que jorra para a vida eterna.(11) Aos homens, mortos em pecado, o Pai dá vida por meio dEle, até que, em Cristo, Ele dê vida aos seus corpos mortais.(12) O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis, como em um templo.(13) Neles, Ele intercede por eles e testifica que são filhos adotivos.(14) A Igreja, que o Espírito guia no caminho de toda a verdade(15) e que Ele unifica na comunhão e nas obras do ministério, Ele equipa e dirige com dons hierárquicos e carismáticos e adorna com os Seus frutos.(16) Pelo poder do Evangelho, Ele faz com que a Igreja conserve o frescor da juventude. Ininterruptamente, Ele a renova e a conduz à perfeita união com seu Esposo. (3*) O Espírito e a Noiva dizem a Jesus, o Senhor: "Vem!"(17)

Assim, a Igreja foi vista como "um povo feito um com a unidade do Pai, do Filho e do Espírito Santo". (4*)

5. O mistério da santa Igreja manifesta-se no seu próprio fundamento. O Senhor Jesus lançou-a no seu caminho, pregando a Boa Nova, isto é, a vinda do Reino de Deus, que, durante séculos, fora prometido nas Escrituras: «O tempo está cumprido, e o reino de Deus está próximo»(18). Na palavra, nas obras e na presença de Cristo, este reino estava claramente aberto à vista dos homens. A Palavra do Senhor é comparada a uma semente que é semeada num campo;(19) aqueles que ouvem a Palavra com fé e se tornam parte do pequeno rebanho de Cristo,(20) receberam o próprio Reino. Então, por seu próprio poder, a semente germina e cresce até a época da colheita.(21) Os milagres de Jesus também confirmam que o Reino já chegou à terra: "Se eu expulso demônios pelo dedo de Deus, então o Reino de Deus chegou até vocês".(22) Antes de todas as coisas, porém, o Reino é claramente visível na própria Pessoa de Cristo, Filho de Deus e Filho do Homem, que veio "para servir e dar a sua vida em resgate por muitos":(23)

Quando Jesus, que sofreu a morte na cruz pela humanidade, ressuscitou, apareceu como aquele constituído como Senhor, Cristo e Sacerdote eterno,(24) e derramou sobre os seus discípulos o Espírito prometido pelo Pai.(25) Desta fonte, a Igreja, munida dos dons do seu Fundador e guardando fielmente os seus preceitos de caridade, humildade e abnegação, recebe a missão de proclamar e difundir entre todos os povos o Reino de Cristo e de Deus e de ser, na terra, o primeiro vislumbre desse Reino. Enquanto cresce lentamente, a Igreja esforça-se por alcançar o Reino completo e, com todas as suas forças, espera e anseia unir-se em glória ao seu Rei.

6. No Antigo Testamento, a revelação do Reino é frequentemente transmitida por meio de metáforas. Da mesma forma, a natureza interior da Igreja nos é agora revelada em diferentes imagens extraídas do cuidado com as ovelhas ou do cultivo da terra, da construção ou mesmo da vida familiar e dos noivados, as imagens recebem uma preparação prévia nos livros dos Profetas.

A Igreja é um aprisco cuja única e indispensável porta é Cristo.(26) É um rebanho do qual o próprio Deus predisse que seria o pastor,(27) e cujas ovelhas, embora governadas por pastores humanos, são, no entanto, continuamente guiadas e alimentadas pelo próprio Cristo, o Bom Pastor e o Príncipe dos pastores,(28) que deu a sua vida pelas ovelhas.(29)

A Igreja é uma terra a ser cultivada, lavoura de Deus.(30) Nessa terra cresce a antiga oliveira, cujas raízes sagradas foram os Profetas e na qual a reconciliação entre judeus e gentios foi e será realizada.(31) Essa terra, como uma vinha escolhida, foi plantada pelo Lavrador celestial.(32) A verdadeira videira é Cristo, que dá vida e poder para produzir frutos abundantes aos ramos, isto é, a nós, que, por meio da Igreja, permanecemos em Cristo, sem o qual nada podemos fazer.(33)

Muitas vezes, a Igreja também tem sido chamada de edifício de Deus.(34) O próprio Senhor comparou-se à pedra que os construtores rejeitaram, mas que se tornou a pedra angular.(35) Sobre este fundamento, a Igreja é edificada pelos apóstolos,(36) e dela a Igreja recebe durabilidade e consolidação. Este edifício tem muitos nomes para o descrever: a casa de Deus (37) na qual habita a Sua família; a casa de Deus no Espírito;(38) a morada de Deus entre os homens;(39) e, especialmente, o santo templo. Este Templo, simbolizado em locais de culto construídos em pedra, é louvado pelos Santos Padres e, não sem razão, é comparado na liturgia à Cidade Santa, a Nova Jerusalém (5*). Como pedras vivas, nós aqui na terra somos edificados nela.(40) João contempla esta santa cidade que desce do céu na renovação do mundo como uma noiva preparada e adornada para o seu esposo.(41)

A Igreja, além disso, “aquela Jerusalém que está acima”, também é chamada de “nossa mãe”.(42) Ela é descrita como a esposa imaculada do Cordeiro imaculado,(43) a quem Cristo “amou e por quem se entregou para santificá-la”,(44) a quem Ele une a Si por uma aliança inquebrável e a quem incessantemente “alimenta e acalenta”,(45) e a quem, uma vez purificada, Ele quis que fosse purificada e unida a Si, sujeita a Ele em amor e fidelidade,(46) e a quem, finalmente, Ele encheu de dons celestiais por toda a eternidade, para que possamos conhecer o amor de Deus e de Cristo por nós, um amor que ultrapassa todo o entendimento.(47) A Igreja, enquanto na terra caminha em terra estrangeira, longe do Senhor,(48) é como que em exílio. Ela busca e experimenta as coisas que são celestiais, onde Cristo está assentado à direita de Deus, onde a vida da Igreja está escondida com Cristo em Deus até que ela apareça em glória com sua Esposa.(49)

7. Na natureza humana unida a Si mesmo, o Filho de Deus, vencendo a morte por meio de Sua própria morte e ressurreição, redimiu o homem e o remodelou em uma nova criação.(50) Ao comunicar Seu Espírito, Cristo fez de Seus irmãos, reunidos de todas as nações, misticamente os componentes de Seu próprio Corpo.

Nesse Corpo, a vida de Cristo é derramada nos fiéis que, pelos sacramentos, são unidos de modo oculto e real a Cristo, que sofreu e foi glorificado.(6*) Pelo Batismo, somos formados à semelhança de Cristo: “Porque, em um só Espírito, todos nós fomos batizados em um só corpo”.(51) Nesse rito sagrado, a unidade com a morte e ressurreição de Cristo é simbolizada e realizada: “Porque fomos sepultados com Ele na morte pelo Batismo”; e se “fomos unidos a Ele na semelhança da Sua morte, assim o seremos também na semelhança da Sua ressurreição”.(52) Participando verdadeiramente do corpo do Senhor na fração do pão eucarístico, somos elevados à comunhão com Ele e uns com os outros. “Porque o pão é um só, nós, embora muitos, somos um só corpo, pois todos nós participamos do mesmo pão”.(53) Dessa forma, todos nós nos tornamos membros do Seu Corpo,(54) “mas individualmente membros uns dos outros”.(55)

Assim como todos os membros do corpo humano, embora muitos, formam um só corpo, assim também são os fiéis em Cristo.(56) Além disso, na edificação do Corpo de Cristo, vários membros e funções têm seu papel a desempenhar. Há um só Espírito que, segundo a sua riqueza e as necessidades dos ministérios, concede os seus diferentes dons para o bem da Igreja.(57) O que ocupa um lugar especial entre esses dons é a graça dos apóstolos, à cuja autoridade o próprio Espírito submeteu até mesmo aqueles que foram dotados de carismas.(58) Dando unidade ao corpo por meio de si mesmo e por meio do seu poder e da união íntima dos membros, esse mesmo Espírito produz e impulsiona o amor entre os fiéis. Disso se segue que, se um membro suporta alguma coisa, todos os membros a suportam juntamente, e se um membro é honrado, todos os membros juntos se alegram.(59)

A Cabeça deste Corpo é Cristo. Ele é a imagem do Deus invisível e nele todas as coisas foram criadas. Ele é anterior a todas as criaturas e nele todas as coisas subsistem. Ele é a cabeça do Corpo, que é a Igreja. Ele é o princípio, o primogênito dentre os mortos, para que em tudo tenha a primazia.(60) Pela grandeza do seu poder, ele governa as coisas nos céus e na terra, e com a sua perfeição e modo de agir insuperáveis, ele enche todo o corpo com as riquezas da sua glória.

Todos os membros devem ser moldados à sua semelhança, até que Cristo seja formado neles.(62) Por esta razão, nós, que fomos conformados a Ele, que morremos com Ele e ressuscitamos com Ele, somos arrebatados aos mistérios da sua vida, até que reinemos com Ele.(63) Na terra, ainda como peregrinos em terra estranha, percorrendo em provações e opressões os caminhos que Ele trilhou, tornamo-nos um com os seus sofrimentos, assim como o corpo é um com a Cabeça, sofrendo com Ele, para que com Ele sejamos glorificados.(64)

Dele, “todo o corpo, suprido e edificado por juntas e ligamentos, atinge um crescimento que vem de Deus”.(65) Ele distribui continuamente em seu corpo, isto é, na Igreja, dons de ministérios nos quais, por seu próprio poder, servimos uns aos outros para a salvação, a fim de que, praticando a verdade em amor, possamos, por todas as coisas, crescer até aquele que é nossa Cabeça.(66)

Para que sejamos incessantemente renovados n'Ele,(67) Ele compartilhou conosco o Seu Espírito que, existindo como um só e mesmo ser na Cabeça e nos membros, dá vida, unifica e se move por todo o corpo. Ele faz isso de tal maneira que a Sua obra pôde ser comparada pelos santos Padres com a função que o princípio da vida, isto é, a alma, cumpre no corpo humano.(8*)

Cristo ama a Igreja como sua noiva, tendo se tornado o modelo de um homem que ama sua esposa como seu corpo;(68) a Igreja, de fato, está sujeita à sua Cabeça.(69) “Porque nele habita corporalmente toda a plenitude da Divindade”,(70) Ele preenche a Igreja, que é seu corpo e sua plenitude, com seus dons divinos (71) para que ela possa se expandir e alcançar toda a plenitude de Deus.(72)

8. Cristo, o único Mediador, estabeleceu e sustenta continuamente aqui na terra a Sua santa Igreja, a comunidade de fé, esperança e caridade, como uma entidade com delimitação visível (9*) através da qual Ele comunicou a verdade e a graça a todos. Mas a sociedade estruturada com órgãos hierárquicos e o Corpo Místico de Cristo não devem ser considerados como duas realidades distintas, nem a assembleia visível e a comunidade espiritual, nem a Igreja terrena e a Igreja enriquecida com coisas celestiais; antes, formam uma única realidade complexa que se funde a partir de um elemento divino e um humano.(10*) Por esta razão, por analogia nada frágil, compara-se ao mistério do Verbo encarnado. Assim como a natureza assumida, inseparavelmente unida a Ele, serve ao Verbo divino como um órgão vivo de salvação, também, de modo semelhante, a estrutura social visível da Igreja serve ao Espírito de Cristo, que a vivifica, na edificação do corpo.(73) (11*)

Esta é a única Igreja de Cristo que no Credo é professada como una, santa, católica e apostólica, (12*) a qual o nosso Salvador, após a Sua Ressurreição, incumbiu Pedro de pastorear,(74) e a ele e aos outros apóstolos de expandir e dirigir com autoridade,(75) a qual Ele erigiu para todas as eras como “a coluna e o sustentáculo da verdade”.(76) Esta Igreja, constituída e organizada no mundo como sociedade, subsiste na Igreja Católica, que é governada pelo sucessor de Pedro e pelos Bispos em comunhão com ele,(13*) embora muitos elementos de santificação e de verdade se encontrem fora da sua estrutura visível. Estes elementos, como dons pertencentes à Igreja de Cristo, são forças que impulsionam para a unidade católica.

Assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, também a Igreja é chamada a seguir o mesmo caminho para comunicar os frutos da salvação aos homens. Cristo Jesus, “embora fosse Deus por natureza... esvaziou-se a si mesmo, assumindo a natureza de servo”(77) e “sendo rico, fez-se pobre”(78) por nossa causa. Assim, a Igreja, embora necessite de recursos humanos para cumprir sua missão, não foi criada para buscar a glória terrena, mas para proclamar, inclusive pelo seu próprio exemplo, a humildade e o sacrifício. Cristo foi enviado pelo Pai “para anunciar a boa nova aos pobres, para curar os contritos de coração”(79) “para buscar e salvar o que estava perdido”(80). Da mesma forma, a Igreja acolhe com amor todos os que sofrem com o sofrimento humano e, nos pobres e aflitos, vê a imagem de seu Fundador pobre e sofredor. Ela faz tudo o que pode para aliviar suas necessidades e, neles, se esforça para servir a Cristo. Enquanto Cristo, santo, inocente e imaculado(81), nada conhecia do pecado(82), mas veio para expiar somente os pecados do povo(83), a Igreja, acolhendo em seu seio os pecadores, ao mesmo tempo santa e sempre necessitada de purificação, segue sempre o caminho da penitência e da renovação. A Igreja, “como um estrangeiro em terra alheia, avança em meio às perseguições do mundo e às consolações de Deus”(14*), anunciando a cruz e a morte do Senhor até que Ele venha.”(84) Pelo poder do Senhor ressuscitado, ela recebe força para que, com paciência e amor, supere suas dores e seus desafios, tanto internos quanto externos, e para que revele ao mundo, fielmente, embora em segredo, o mistério de seu Senhor até que, finalmente, ele se manifeste em plena luz.

CAPÍTULO II

SOBRE O POVO DE DEUS

9. Em todos os tempos e em todas as raças, Deus acolheu todo aquele que o teme e pratica a justiça.(85) Deus, porém, não santifica e salva os homens apenas individualmente, sem vínculo ou ligação entre si. Ao contrário, aprouve-Lhe reunir os homens como um só povo, um povo que o reconhece em verdade e o serve em santidade. Por isso, escolheu a raça de Israel como seu povo. Com ela, estabeleceu uma aliança. Passo a passo, ensinou e preparou esse povo, revelando em sua história tanto a si mesmo quanto o decreto de sua vontade, e santificando-o para si. Todas essas coisas, porém, foram feitas como preparação e como figura daquela nova e perfeita aliança, que seria ratificada em Cristo, e daquela revelação mais completa que seria dada por meio da Palavra de Deus feita carne. “Eis que virão dias, diz o Senhor, em que farei uma nova aliança com a casa de Israel e com a casa de Judá... Porei a minha lei no seu interior e a escreverei no seu coração; serei o seu Deus, e eles serão o meu povo... Porque todos me conhecerão, desde o menor até ao maior, diz o Senhor.” (86) Cristo instituiu esta nova aliança, o novo testamento, isto é, em Seu Sangue, (87) reunindo um povo composto de judeus e gentios, tornando-os um, não segundo a

carne, mas no Espírito. Este seria o novo Povo de Deus. Pois aqueles que creem em Cristo, que renascem não de uma semente perecível, mas de uma semente imperecível, pela palavra do Deus vivo, (88) não da carne, mas da água e do Espírito Santo, (89) são finalmente estabelecidos como “uma raça escolhida, um sacerdócio real, uma nação santa, um povo adquirido...” que em tempos passados não eram um povo, mas agora são o povo de Deus”.(90)

Esse povo messiânico tem Cristo como seu cabeça, “que foi entregue por nossos pecados e ressuscitou para nossa justificação”(91) e agora, tendo conquistado um nome que está acima de todo nome, reina em glória nos céus. O estado desse povo é o da dignidade e liberdade dos filhos de Deus, em cujos corações o Espírito Santo habita como em Seu templo. Sua lei é o novo mandamento de amar como Cristo nos amou.(92) Seu fim é o reino de Deus, que foi iniciado pelo próprio Deus na terra e que será expandido até ser levado à perfeição por Ele no fim dos tempos, quando Cristo, nossa vida,(93) aparecer, e “a própria criação será libertada da escravidão da corrupção para a liberdade da glória dos filhos de Deus”.(94) Assim, esse povo messiânico, embora não inclua todos os homens e às vezes possa parecer um pequeno rebanho, é, no entanto, uma semente duradoura e segura de unidade, esperança e salvação para toda a raça humana. Estabelecida por Cristo como comunhão de vida, caridade e verdade, é também usada por Ele como instrumento para a redenção de todos, e é enviada a todo o mundo como a luz do mundo e o sal da terra.(95)

O Israel segundo a carne, que vagueava como exilado no deserto, já era chamado Igreja de Deus.(96) Assim também o novo Israel, que, embora vivendo nesta era presente, busca uma cidade futura e permanente,(97) é chamado Igreja de Cristo.(98) Pois Ele a comprou para Si com o Seu sangue,(99) a encheu com o Seu Espírito e a dotou dos meios que lhe são adequados como uma união visível e social. Deus reuniu como um só todos aqueles que, na fé, consideram Jesus como o autor da salvação e a fonte da unidade e da paz, e os estabeleceu como a Igreja, para que para cada um e todos ela seja o sacramento visível desta unidade salvadora.(1*) Embora transcendia todos os limites de tempo e fronteiras de raça, a Igreja está destinada a se estender a todas as regiões da terra e, assim, entra na história da humanidade. Avançando em meio às provações e tribulações, a Igreja é fortalecida pelo poder da graça de Deus, que lhe foi prometida pelo Senhor, para que, na fraqueza da carne, não vacile em sua fidelidade perfeita, mas permaneça esposa digna de seu Senhor e, movida pelo Espírito Santo, jamais deixe de se renovar, até que, pela Cruz, chegue à luz que jamais se põe.

10. Cristo, o Senhor, Sumo Sacerdote escolhido dentre os homens,(100) fez do novo povo “um reino e sacerdotes para Deus Pai”.(101) Os batizados, pela regeneração e pela unção do Espírito Santo, são consagrados como casa espiritual e sacerdócio santo, para que, por meio de todas as obras próprias do homem cristão, possam oferecer sacrifícios espirituais e proclamar o poder daquele que os chamou das trevas para a sua maravilhosa luz.(102) Portanto, todos os discípulos de Cristo, perseverando na oração e louvando a Deus,(103) devem apresentar-se como sacrifício vivo, santo e agradável a Deus.(104) Em toda a terra, devem dar testemunho de Cristo e responder àqueles que buscam a razão da esperança da vida eterna que neles há.(105)

Embora difiram entre si em essência e não apenas em grau, o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial ou hierárquico estão, no entanto, inter-relacionados: cada um deles, à sua maneira particular, participa do único sacerdócio de Cristo.(2*) O sacerdote ministerial, pelo poder sagrado que possui, ensina e governa o povo sacerdotal; agindo na pessoa de Cristo, torna presente o sacrifício eucarístico e o oferece a Deus em nome de todo o povo. Mas os fiéis, em virtude de seu sacerdócio real, participam da oferta da Eucaristia.(3*) Exercem igualmente esse sacerdócio ao receberem os sacramentos, na oração e na ação de graças, no testemunho de uma vida santa e na abnegação e na caridade ativa.

11. É através dos sacramentos e do exercício das virtudes que a natureza sagrada e a estrutura orgânica da comunidade sacerdotal são postas em funcionamento. Incorporados à Igreja pelo batismo, os fiéis são destinados, pelo caráter batismal, ao culto da religião cristã; renascidos como filhos de Deus, devem confessar diante dos homens a fé que receberam de Deus por meio da Igreja (4*). São ainda mais perfeitamente vinculados à Igreja pelo sacramento da Confirmação, e o Espírito Santo os dota de uma força especial para que sejam mais estritamente obrigados a difundir e defender a fé, tanto por palavras como por obras, como verdadeiras testemunhas de Cristo (5*). Participando do sacrifício eucarístico, que é a fonte e o ápice de toda a vida cristã, oferecem a Vítima Divina a Deus e oferecem-se a si mesmos juntamente com Ela (6*). Assim, tanto pela oferta como pela Sagrada Comunhão, todos participam deste

serviço litúrgico, não todos da mesma maneira, mas cada um à sua maneira. Fortalecidos na Sagrada Comunhão pelo Corpo de Cristo, eles manifestam de forma concreta aquela unidade do povo de Deus que é devidamente significada e maravilhosamente realizada por este augusto sacramento.

Aqueles que se aproximam do sacramento da Penitência obtêm o perdão da misericórdia de Deus pela ofensa cometida contra Ele e são, ao mesmo tempo, reconciliados com a Igreja, que feriram com seus pecados e que, pela caridade, pelo exemplo e pela oração, procura a sua conversão. Pela sagrada unção dos enfermos e pela oração dos seus sacerdotes, toda a Igreja recomenda os doentes ao Senhor sofredor e glorificado, pedindo que Ele alivie o seu sofrimento e os salve;(106) exorta-os, além disso, a contribuírem para o bem-estar de todo o povo de Deus, associando-se livremente à paixão e morte de Cristo.(107) Os fiéis que são consagrados pela Ordem Sagrada são designados para alimentar a Igreja em nome de Cristo com a palavra e a graça de Deus. Finalmente, os esposos cristãos, em virtude do sacramento do Matrimônio, pelo qual significam e participam do mistério daquela unidade e amor fecundo que existe entre Cristo e a Sua Igreja,(108) ajudam-se mutuamente a alcançar a santidade na sua vida matrimonial e na educação dos seus filhos. Em razão do seu estado e posição na vida, possuem o seu próprio dom especial entre o povo de Deus.(109) (7*) Do matrimônio dos cristãos nasce a família, na qual nascem novos cidadãos da sociedade humana, que pela graça do Espírito Santo recebido no batismo se tornam filhos de Deus, perpetuando assim o povo de Deus ao longo dos séculos. A família é, por assim dizer, a igreja doméstica. Nela, os pais devem, pela sua palavra e exemplo, ser os primeiros pregadores da fé aos seus filhos; devem encorajá-los na vocação que lhes é própria, fomentando com especial cuidado a vocação para um estado sagrado.

Fortalecidos por tantos e poderosos meios de salvação, todos os fiéis, seja qual for sua condição ou estado, são chamados pelo Senhor, cada um à sua maneira, àquela santidade perfeita pela qual o próprio Pai é perfeito.

12. O povo santo de Deus participa também do ofício profético de Cristo; ele difunde um testemunho vivo d'Ele, especialmente por meio de uma vida de fé e caridade e oferecendo a Deus um sacrifício de louvor, o tributo dos lábios que louvam o Seu nome.(110) Todo o corpo dos fiéis, ungido como é pelo Santo,(111) não pode errar em matéria de crença. Eles manifestam essa propriedade especial por meio do discernimento sobrenatural de todo o povo em matéria de fé, quando "desde os bispos até o último dos fiéis leigos"(8*) mostram concordância universal em matéria de fé e moral. Esse discernimento em matéria de fé é despertado e sustentado pelo Espírito da verdade. Ela é exercida sob a orientação da sagrada autoridade de ensino, em obediência fiel e respeitosa à qual o povo de Deus aceita aquilo que não é apenas a palavra dos homens, mas verdadeiramente a palavra de Deus.(112) Por meio dela, o povo de Deus adere inabalavelmente à fé dada de uma vez por todas aos santos,(113) penetra nela mais profundamente com o pensamento correto e a aplica mais plenamente em sua vida.

Não é apenas através dos sacramentos e dos ministérios da Igreja que o Espírito Santo santifica e guia o povo de Deus e o enriquece com virtudes, mas, "distribuindo os seus dons a cada um segundo a sua vontade"(114), concede graças especiais aos fiéis de todas as classes. Por meio desses dons, Ele os torna aptos e preparados para assumir as diversas tarefas e ofícios que contribuem para a renovação e edificação da Igreja, segundo as palavras do Apóstolo: "A todos é dada a manifestação do Espírito para proveito próprio"(115). Esses carismas, sejam eles os mais extraordinários ou os mais simples e difundidos, devem ser recebidos com gratidão e consolação, pois são perfeitamente adequados e úteis às necessidades da Igreja. Não se devem buscar dons extraordinários, nem se devem esperar presunçosamente os frutos do trabalho apostólico pelo seu uso; mas o discernimento quanto à sua autenticidade e uso próprio pertence àqueles que são designados líderes na Igreja, a quem cabe, não extinguir o Espírito, mas provar todas as coisas. e apegue-se ao que é bom.(116)

13. Todos os homens são chamados a pertencer ao novo povo de Deus. Por isso, este povo, embora permaneça um e somente um, deve estar espalhado por todo o mundo e existir em todas as épocas, para que o decreto da vontade de Deus se cumpra. No princípio, Deus fez a natureza humana una e decretou que todos os Seus filhos, dispersos como estavam, seriam finalmente reunidos como um só. (117) Foi para este propósito que Deus enviou o Seu Filho, a quem designou herdeiro de todas as coisas, (118) para que fosse mestre, rei e sacerdote de todos, o cabeça do novo e universal povo dos filhos de Deus. Para isso também Deus enviou o Espírito do Seu Filho como Senhor e Doador da Vida. É Ele quem reúne toda

a Igreja e cada um dos que creem, e quem é a fonte da sua unidade no ensino dos apóstolos e na comunhão, na partilha do pão e nas orações. (119)

Conclui-se, portanto, que embora existam muitas nações, há apenas um povo de Deus, que acolhe cidadãos de todas as raças, tornando-os cidadãos de um reino de natureza celestial e não terrena. Todos os fiéis, embora dispersos pelo mundo, estão em comunhão uns com os outros no Espírito Santo, e assim, aquele que habita em Roma sabe que o povo da Índia é seu membro"(9*). Visto que o reino de Cristo não é deste mundo(120), a Igreja, ou povo de Deus, ao estabelecer esse reino, nada retira do bem-estar temporal de qualquer povo. Pelo contrário, fomenta e acolhe, na medida em que são bons, as capacidades, riquezas e costumes nos quais o gênio de cada povo se expressa. Acolhendo-os, purifica-os, fortalece-os, eleva-os e enobrece-os. A Igreja, nisto, tem em mente que deve reunir as nações para aquele Rei a quem foram dadas como herança(121) e à cuja cidade trazem dons e ofertas(122). Esta característica de universalidade que adorna o povo de Deus é um dom do próprio Senhor. Por causa dela, a Igreja Católica esforça-se constantemente e com o devido efeito para reconduzir toda a humanidade e todos os seus bens à sua origem em Cristo, com Ele como sua cabeça e unidos em Seu Espírito. (10*)

Em virtude dessa catolicidade, cada parte individual contribui, por meio de seus dons especiais, para o bem das outras partes e de toda a Igreja. Através da partilha comum dos dons e do esforço comum para alcançar a plenitude na unidade, o todo e cada uma das partes recebem crescimento. Portanto, o povo de Deus não é apenas formado por diferentes povos, mas também, em sua estrutura interna, é composto por diversas hierarquias. Essa diversidade entre seus membros surge tanto em razão de seus deveres, como é o caso daqueles que exercem o ministério sagrado para o bem de seus irmãos, quanto em razão de sua condição e estado de vida, como é o caso daqueles muitos que ingressam na vida religiosa e, caminhando para a santidade por um caminho mais estreito, estimulam seus irmãos com seu exemplo. Além disso, dentro da Igreja, as Igrejas particulares ocupam um lugar legítimo; Estas Igrejas conservam as suas próprias tradições, sem de modo algum se oporem à primazia da Catedral de Pedro, que preside a toda a assembleia da caridade (11*) e protege as diferenças legítimas, assegurando, ao mesmo tempo, que essas diferenças não impeçam a unidade, mas antes contribuam para ela. Entre todas as partes da Igreja permanece um vínculo de estreita comunhão, pelo qual partilham riquezas espirituais, trabalhadores apostólicos e recursos temporais. Pois os membros do povo de Deus são chamados a partilhar estes bens em comum, e de cada uma das Igrejas valem as palavras do Apóstolo: «Cada um administre-o aos outros segundo o dom que recebeu, como bons administradores da multiforme graça de Deus» (123).

Todos os homens são chamados a fazer parte desta unidade católica do povo de Deus, que, ao promover a paz universal, a prenuncia. E a ela pertencem, ou estão relacionados de diversas maneiras, os fiéis católicos, todos os que creem em Cristo e, na verdade, toda a humanidade, pois todos os homens são chamados pela graça de Deus à salvação.

14. Este Sagrado Concílio deseja voltar sua atenção, em primeiro lugar, para os fiéis católicos. Fundamentando-se na Sagrada Escritura e na Tradição, ensina que a Igreja, agora peregrinando na terra como exilada, é necessária para a salvação. Cristo, presente em seu Corpo, que é a Igreja, é o único Mediador e o único caminho de salvação. Ele mesmo afirmou explicitamente a necessidade da fé e do batismo(124) e, com isso, afirmou também a necessidade da Igreja, pois pelo batismo, como por uma porta, os homens entram na Igreja. Portanto, quem quer que, sabendo que a Igreja Católica foi tornada necessária por Cristo, se recusasse a entrar nela ou a permanecer nela, não poderia ser salvo.

Estão plenamente incorporados na sociedade da Igreja aqueles que, possuindo o Espírito de Cristo, aceitam todo o seu sistema e todos os meios de salvação que lhe são dados, e estão unidos a ela como parte de sua estrutura corporal visível e, por meio dela, a Cristo, que a governa por meio do Sumo Pontífice e dos bispos. Os laços que unem os homens à Igreja de modo visível são a profissão de fé, os sacramentos, o governo eclesiástico e a comunhão. Não se salva, porém, aquele que, embora faça parte do corpo da Igreja, não persevera na caridade. Permanece, de fato, no seio da Igreja, mas, por assim dizer, apenas de maneira “corporal” e não “em seu coração”.(12*) Todos os filhos da Igreja devem lembrar-se de que sua elevada condição não se deve aos seus próprios méritos, mas à graça especial de Cristo. Se, além disso, deixarem de corresponder a essa graça em pensamento, palavra e ação, não só não serão salvos, como serão julgados com maior severidade.(13*)

Os catecúmenos que, movidos pelo Espírito Santo, buscam com a intenção explícita de serem incorporados à Igreja, são unidos a ela por essa mesma intenção. Com amor e solicitude, a Mãe Igreja já os acolhe como seus.

15. A Igreja reconhece que, de muitas maneiras, está ligada àqueles que, sendo batizados, são honrados com o nome de cristãos, embora não professem a fé em sua totalidade nem preservem a unidade de comunhão com o sucessor de Pedro. (14*) Pois há muitos que honram a Sagrada Escritura, tomando-a como norma de fé e modelo de vida, e que demonstram um zelo sincero. Eles creem com amor em Deus Pai Todo-Poderoso e em Cristo, Filho de Deus e Salvador. (15*) São consagrados pelo batismo, no qual se unem a Cristo. Reconhecem e aceitam também outros sacramentos em suas próprias Igrejas ou comunidades eclesiás. Muitos deles se alegram com o episcopado, celebram a Sagrada Eucaristia e cultivam a devoção à Virgem Mãe de Deus. (16*) Compartilham também conosco a oração e outros benefícios espirituais. Da mesma forma, podemos dizer que, de certo modo, eles estão unidos a nós no Espírito Santo, pois também a eles Ele concede os Seus dons e graças, pelos quais opera entre eles com o Seu poder santificador. A alguns, de fato, Ele fortaleceu até o derramamento do seu sangue. Em todos os discípulos de Cristo, o Espírito desperta o desejo de estarem unidos pacificamente, à maneira determinada por Cristo, como um só rebanho sob um só pastor, e os impele a buscar esse fim. (17*) A Mãe Igreja nunca cessa de orar, esperar e trabalhar para que isso aconteça. Ela exorta os seus filhos à purificação e à renovação, para que o sinal de Cristo brilhe com mais intensidade sobre a face da terra.

16. Finalmente, aqueles que ainda não receberam o Evangelho estão relacionados de várias maneiras com o povo de Deus.(18*) Em primeiro lugar, devemos lembrar o povo a quem foram dados o testamento e as promessas e do qual Cristo nasceu segundo a carne.(125) Por causa de seus pais, esse povo permanece muito querido a Deus, pois Deus não se arrepende dos dons que concede nem dos chamados que faz. (126) Mas o plano de salvação também inclui aqueles que reconhecem o Criador. Em primeiro lugar, entre estes, estão os muçulmanos, que, professando a fé de Abraão, adoram conosco o Deus único e misericordioso, que no último dia julgará a humanidade. Deus também não está distante daqueles que, em sombras e imagens, buscam o Deus desconhecido, pois é Ele quem dá a todos os homens a vida, o fôlego e todas as coisas (127) e, como Salvador, deseja que todos os homens sejam salvos (128). Também podem alcançar a salvação aqueles que, sem culpa própria, desconhecem o Evangelho de Cristo ou a Sua Igreja, mas buscam sinceramente a Deus e, movidos pela graça, esforçam-se por fazer a Sua vontade, tal como a conhecem pelos ditames da consciência (19*). A Divina Providência não nega os auxílios necessários à salvação àqueles que, sem culpa própria, ainda não chegaram a um conhecimento explícito de Deus e, com a Sua graça, esforçam-se por viver uma vida virtuosa. Todo o bem ou a verdade que se encontra entre eles é considerado pela Igreja como uma preparação para o Evangelho (20*). Ela sabe que é dado por Aquele que ilumina todos os homens para que finalmente tenham vida. Mas muitas vezes os homens, enganados pelo Maligno, tornaram-se vãos em seus raciocínios e trocaram a verdade de Deus pela mentira, servindo à criatura em vez do Criador.(129) Ou há alguns que, vivendo e morrendo neste mundo sem Deus, estão expostos ao desespero final. Portanto, para promover a glória de Deus e obter a salvação de todos estes, e lembrando-se do mandamento do Senhor: “Pregai o Evangelho a toda criatura”, (130) a Igreja promove as missões com cuidado e atenção.

17. Assim como o Filho foi enviado pelo Pai,(131) também Ele enviou os Apóstolos, dizendo: “Ide, portanto, e fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo, ensinando-os a guardar todas as coisas que eu vos tenho ordenado. E eis que estou convosco todos os dias, até à consumação dos séculos”.(132) A Igreja recebeu este solene mandato de Cristo para proclamar a verdade salvadora por meio dos apóstolos e deve levá-lo adiante até os confins da terra.(133) Por isso, ela faz suas as palavras do Apóstolo: “Ai de mim se eu não anunciar o Evangelho”,(134) e continua incessantemente a enviar arautos do Evangelho até que as igrejas nascentes estejam plenamente estabelecidas e possam elas mesmas continuar a obra de evangelização. Pois a Igreja é impelida pelo Espírito Santo a fazer a sua parte para que o plano de Deus se realize plenamente, pelo qual Ele constituiu Cristo como a fonte de salvação para o mundo inteiro. Pela proclamação do Evangelho, ela prepara os seus ouvintes para receberem e professarem a fé. Ela lhes dá as disposições necessárias para o batismo, os liberta da escravidão do erro e dos ídolos e os incorpora em Cristo para que, pela caridade, cresçam até a plena maturidade em Cristo. Por meio de sua obra, todo o bem que existe na mente e no coração dos homens, todo o bem latente nas práticas religiosas e nas culturas dos diversos povos, não só é salvo da destruição, mas também purificado, elevado e aperfeiçoado para a glória de Deus, a confusão do demônio e a felicidade do homem. A obrigação de difundir a fé é imposta a cada discípulo de Cristo, segundo o seu

estado.(21*) Embora todos os fiéis possam batizar, somente o sacerdote pode completar a edificação do Corpo no sacrifício eucarístico. Assim se cumprem as palavras de Deus, ditas por meio de seu profeta: “Desde o nascer do sol até o seu ocaso, o meu nome é grande entre as nações, e em todo lugar se oferece sacrifício puro e se entrega em meu nome”.(135)(22*) Desta forma, a Igreja ora e trabalha para que o mundo inteiro se torne o Povo de Deus, o Corpo do Senhor e o Templo do Espírito Santo, e que em Cristo, Cabeça de todos, toda a honra e glória sejam dadas ao Criador e Pai do Universo.

CAPÍTULO III

SOBRE A ESTRUTURA HIERÁRQUICA DA IGREJA E, EM PARTICULAR, SOBRE O EPISCOPADO

18. Para o cultivo e o crescimento constante do Povo de Deus, Cristo Senhor instituiu em Sua Igreja uma variedade de ministérios, que trabalham para o bem de todo o corpo. Pois esses ministros, dotados de poder sagrado, servem seus irmãos, para que todos os que são do Povo de Deus, e portanto gozam de verdadeira dignidade cristã, trabalhando livremente e de forma ordenada por um objetivo comum, possam alcançar a salvação.

Este Sagrado Concílio, seguindo de perto os passos do Primeiro Concílio Vaticano, ensina e declara, juntamente com aquele Concílio, que Jesus Cristo, o Pastor eterno, estabeleceu a sua santa Igreja, tendo enviado os apóstolos como Ele próprio fora enviado pelo Pai;(136) e quis que os seus sucessores, ou seja, os bispos, fossem pastores na sua Igreja até à consumação dos séculos. E para que o próprio episcopado fosse um e indivisível, colocou o Bem-aventurado Pedro sobre os outros apóstolos e instituiu nele uma fonte e fundamento permanente e visível da unidade da fé e da comunhão.(1*) E todo este ensinamento sobre a instituição, a perpetuidade, o significado e a razão da sagrada primazia do Romano Pontífice e do seu magistério infalível, este Sagrado Concílio propõe, mais uma vez, que seja firmemente crido por todos os fiéis. Continuando nessa mesma empreitada, este Concílio resolve declarar e proclamar diante de todos os homens a doutrina concernente aos bispos, sucessores dos apóstolos, que juntamente com o sucessor de Pedro, o Vigário de Cristo,(2*) o Cabeça visível de toda a Igreja, governam a casa do Deus vivo.

19 . O Senhor Jesus, depois de orar ao Pai, chamando a Si aqueles que Ele desejava, designou doze para estarem com Ele e os enviaaria para pregar o Reino de Deus;(137) e estes apóstolos(138) Ele formou à maneira de um colégio ou um grupo estável, sobre o qual colocou Pedro, escolhido dentre eles.(139) Ele os enviou primeiro aos filhos de Israel e depois a todas as nações,(140) para que, como participantes do Seu poder, pudesse fazer de todos os povos Seus discípulos, santificá-los e governá-los,(141) e assim difundir a Sua Igreja e, ministrando a ela sob a orientação do Senhor, dirigi-la todos os dias até a consumação do mundo.(142) E nesta missão foram plenamente confirmados no dia de Pentecostes(143), de acordo com a promessa do Senhor: “Recebereis poder quando o Espírito Santo vier sobre vós, e sereis minhas testemunhas tanto em Jerusalém como em toda a Judeia e Samaria e até aos confins da terra”.(144) E os apóstolos, pregando o Evangelho em toda parte,(145) e sendo este aceito por seus ouvintes sob a influência do Espírito Santo, reúnem a Igreja universal, que o Senhor estabeleceu sobre os apóstolos e edificou sobre o bem-aventurado Pedro, seu chefe, sendo o próprio Cristo Jesus a suprema pedra angular.(146)(3*)

20. Essa missão divina, confiada por Cristo aos apóstolos, durará até o fim do mundo,(147) visto que o Evangelho que eles devem ensinar é para sempre a fonte de toda a vida para a Igreja. E por esta razão os apóstolos, designados como governantes nesta sociedade, cuidaram de designar sucessores.

Pois eles não apenas contavam com auxiliares em seu ministério,(4*) mas também, para que a missão que lhes fora atribuída continuasse após a sua morte, transmitiam aos seus colaboradores imediatos, por assim dizer, sob a forma de um testamento, o dever de confirmar e terminar a obra por eles iniciada,(5*) recomendando-lhes que cuidassem de todo o rebanho no qual o Espírito Santo os colocou para pastorear a Igreja de Deus.(148) Portanto, nomearam tais homens e deram-lhes a ordem de que, quando morressem, outros homens aprovados assumiriam o seu ministério.(6*) Entre os vários ministérios que, segundo a tradição, foram exercidos na Igreja desde os tempos mais remotos, o lugar principal pertence ao ofício daqueles que, nomeados para o episcopado, por uma sucessão que remonta ao início,(7*) são transmissores da semente apostólica.(8*) Assim, como testemunha Santo Irineu, através daqueles que

foram nomeados bispos pelos apóstolos, e através dos seus sucessores até aos nossos dias, manifesta-se a tradição apostólica (9*) e preservado.(10*)

Os bispos, portanto, com seus auxiliares, os presbíteros e diáconos, assumiram o serviço da comunidade, (11*) presidindo em lugar de Deus sobre o rebanho, (12*) do qual são pastores, como mestres da doutrina, sacerdotes do culto sagrado e ministros do governo. (13*) E assim como o ofício concedido individualmente a Pedro, o primeiro entre os apóstolos, é permanente e deve ser transmitido aos seus sucessores, assim também o ofício apostólico de nutrir a Igreja é permanente e deve ser exercido sem interrupção pela sagrada ordem dos bispos. (14*) Portanto, o Sagrado Concílio ensina que os bispos, por instituição divina, sucederam ao lugar dos apóstolos, (15*) como pastores da Igreja, e quem os ouve, ouve a Cristo, e quem os rejeita, rejeita a Cristo e Aquele que enviou Cristo. (149)(16*)

21. Nos bispos, portanto, para os quais os sacerdotes são assistentes, Nossa Senhora Jesus Cristo, o Sumo Sacerdote, está presente no meio dos que creem. Pois, sentado à direita de Deus Pai, Ele não está ausente da reunião de Seus sumos sacerdotes,(17*) mas sobretudo por meio do excelente serviço deles, Ele prega a palavra de Deus a todas as nações e administra constantemente os sacramentos da fé aos que creem, por meio de sua atuação paternal.(150) Ele incorpora novos membros em Seu Corpo por meio de uma regeneração celestial e, finalmente, por meio de sua sabedoria e prudência, Ele dirige e guia o Povo do Novo Testamento em sua peregrinação rumo à felicidade eterna. Esses pastores, escolhidos para apascentar o rebanho dos eleitos do Senhor, são servos de Cristo e administradores dos mistérios de Deus, (151) aos quais foi atribuído o testemunho do Evangelho da graça de Deus,(152) e o ministério do Espírito e da justiça na glória.(153)

Para o desempenho de tão grandes deveres, os apóstolos foram enriquecidos por Cristo com uma efusão especial do Espírito Santo que veio sobre eles,(154) e transmitiram este dom espiritual aos seus auxiliares pela imposição das mãos,(155) e foi transmitido até nós na consagração episcopal.(18*) E o Sagrado Concílio ensina que pela consagração episcopal é conferida a plenitude do sacramento da Ordem, aquela plenitude de poder, a saber, que tanto na prática litúrgica da Igreja como na linguagem dos Padres da Igreja é chamada de sumo sacerdócio, o poder supremo do sagrado ministério.(19*) Mas a consagração episcopal, juntamente com o ofício de santificar, também confere o ofício de ensinar e de governar, que, porém, por sua própria natureza, só pode ser exercido em comunhão hierárquica com o chefe e os membros do colégio. Pois, pela tradição, que se expressa especialmente nos ritos litúrgicos e na prática tanto da Igreja do Oriente como do Ocidente, é claro que, por meio da imposição das mãos e das palavras de consagração, a graça do Espírito Santo é conferida de tal forma(20*) e o caráter sagrado tão impresso(21*) que os bispos, de modo eminente e visível, sustentam os papéis do próprio Cristo como Mestre, Pastor e Sumo Sacerdote, e que agem em Sua pessoa.(22*) Portanto, cabe aos bispos admitir os membros recém-eleitos no corpo episcopal por meio do sacramento da Ordem.

22. Assim como no Evangelho, quando o Senhor assim o dispôs, São Pedro e os demais apóstolos constituem um só colégio apostólico, de modo semelhante o Romano Pontífice, sucessor de Pedro, e os bispos, sucessores dos apóstolos, estão unidos. De fato, a antiga prática pela qual os bispos devidamente estabelecidos em todas as partes do mundo estavam em comunhão uns com os outros e com o Bispo de Roma num vínculo de unidade, caridade e paz,(23*) e também os concílios reunidos,(24*) nos quais questões mais profundas eram resolvidas em comum,(25*) tendo-se considerado prudentemente a opinião de muitos,(26*) ambos esses fatores já indicam o caráter e o aspecto colegial da Ordem Episcopal; e os concílios ecumênicos realizados ao longo dos séculos são também prova manifesta desse mesmo caráter. E isso se insinua também na prática, introduzida na antiguidade, de convocar vários bispos para participar da elevação dos recém-eleitos ao ministério do sumo sacerdócio. Assim, alguém se constitui membro do corpo episcopal em virtude da consagração sacramental e da comunhão hierárquica com a cabeça e os membros do corpo.

Mas o colégio ou corpo de bispos não tem autoridade a menos que seja compreendido juntamente com o Romano Pontífice, sucessor de Pedro, como seu chefe. O poder de primazia do papa sobre todos, tanto pastores como fiéis, permanece íntegro e intacto. Em virtude do seu ofício, isto é, como Vigário de Cristo e pastor de toda a Igreja, o Romano Pontífice tem pleno, supremo e universal poder sobre a Igreja. E ele é sempre livre para exercer esse poder. A ordem dos bispos, que sucede ao colégio dos apóstolos e dá a este corpo apostólico existência contínua, é também objeto de supremo e pleno poder sobre a Igreja universal, contanto que entendamos este corpo juntamente com o seu chefe, o Romano Pontífice, e nunca sem este

chefe.(27*) Este poder só pode ser exercido com o consentimento do Romano Pontífice. Pois o Senhor colocou apenas Simão como a rocha e o portador das chaves da Igreja,(156) e o fez pastor de todo o rebanho;(157) é evidente, porém, que o poder de ligar e desligar, que foi dado a Pedro,(158) foi concedido também ao colégio dos apóstolos, unido à sua cabeça.(159)(28*) Este colégio, na medida em que é composto por muitos, expressa a variedade e a universalidade do Povo de Deus, mas na medida em que está reunido sob uma só cabeça, expressa a unidade do rebanho de Cristo. Nele, os bispos, reconhecendo fielmente a primazia e a preeminência de sua cabeça, exercem sua própria autoridade para o bem de seus fiéis e, de fato, de toda a Igreja, com o Espírito Santo sustentando sua estrutura orgânica e harmonia com moderação. O poder supremo na Igreja universal, do qual este colégio desfruta, é exercido de maneira solene em um concílio ecumênico. Um concílio nunca é ecumênico a menos que seja confirmado ou pelo menos aceito como tal pelo sucessor de Pedro; e é prerrogativa do Romano Pontífice convocar esses concílios, presidi-los e confirmá-los.(29*) Este mesmo poder colegiado pode ser exercido juntamente com o papa pelos bispos que vivem em todas as partes do mundo, desde que o chefe do colégio os convoque para a ação colegiada, ou pelo menos aprove ou aceite livremente a ação conjunta dos bispos dispersos, de modo que esta se torne um ato colegiado.

23. Esta união colegial é também evidente nas relações mútuas dos bispos com as igrejas particulares e com a Igreja universal. O Romano Pontífice, como sucessor de Pedro, é o princípio e fundamento perpétuo e visível da unidade tanto dos bispos como dos fiéis.(30*) Os bispos, porém, são o princípio e fundamento visível da unidade nas suas igrejas particulares,(31*) moldadas segundo o modelo da Igreja universal, na qual e a partir da qual surge a única Igreja Católica.(32*) Por esta razão, cada bispo representa a sua própria igreja, mas todos juntos, e com o Papa, representam toda a Igreja no vínculo da paz, do amor e da unidade.

Os bispos, individualmente, encarregados de igrejas particulares, exercem seu governo pastoral sobre a porção do Povo de Deus que lhes foi confiada, e não sobre outras igrejas nem sobre a Igreja universal. Mas cada um deles, como membro do colégio episcopal e legítimo sucessor dos apóstolos, é obrigado pela instituição e pelo mandamento de Cristo a ser solícito por toda a Igreja (33*), e essa solicitude, embora não seja exercida por um ato de jurisdição, contribui grandemente para o bem da Igreja universal. Pois é dever de todos os bispos promover e salvaguardar a unidade da fé e a disciplina comum a toda a Igreja, instruir os fiéis a amar todo o Corpo Místico de Cristo, especialmente seus membros pobres e aflitos e aqueles que sofrem perseguição por causa da justiça (160), e, finalmente, promover toda atividade que seja do interesse de toda a Igreja, especialmente para que a fé cresça e a luz da plena verdade apareça a todos os homens. E isto também é importante, que ao governarem bem a sua própria igreja como parte da Igreja universal, eles próprios estão efetivamente a contribuir para o bem-estar de todo o Corpo Místico, que é também o corpo das igrejas.(34*)

A tarefa de proclamar o Evangelho em toda a terra pertence ao corpo dos pastores, a todos os quais Cristo deu o Seu mandamento, impondo-lhes assim um dever comum, como o Papa Celestino recomendou aos Padres do Concílio de Éfeso.(35*) Daí resulta que os bispos, na medida em que o exercício do seu dever o permita, são obrigados a entrar numa comunidade de trabalho entre si e com o sucessor de Pedro, a quem foi imposta de modo especial a grande tarefa de difundir o nome cristão.(36*) Com toda a sua energia, devem, portanto, fornecer às missões tanto trabalhadores para a colheita como ajuda espiritual e material, tanto diretamente como por iniciativa própria, e também despertando a ardente cooperação dos fiéis. E, finalmente, os bispos, numa comunhão universal de caridade, devem estender de bom grado a sua ajuda fraterna a outras Igrejas, especialmente às dioceses vizinhas e mais necessitadas, de acordo com o venerável exemplo da Antiguidade.

Por divina Providência, várias igrejas, estabelecidas em diversos lugares pelos apóstolos e seus sucessores, uniram-se ao longo do tempo em vários grupos, organicamente integrados, que, preservando a unidade da fé e a singular constituição divina da Igreja universal, desfrutam de sua própria disciplina, seu próprio rito litúrgico e sua própria herança teológica e espiritual. Algumas dessas igrejas, notadamente as antigas igrejas patriarcais, como matrizes da Fé, por assim dizer, geraram outras como igrejas-filhas, com as quais estão ligadas até os nossos dias por um estreito vínculo de caridade em sua vida sacramental e no respeito mútuo por seus direitos e deveres.(37*) Essa variedade de igrejas locais com uma aspiração comum é uma esplêndida evidência da catolicidade da Igreja indivisa. Da mesma forma, os corpos episcopais de hoje estão em posição de prestar uma assistência multifacetada e frutífera, para que esse espírito colegial possa ser posto em prática.

24. Os bispos, como sucessores dos apóstolos, recebem do Senhor, a quem foi dado todo o poder no céu e na terra, a missão de ensinar todas as nações e pregar o Evangelho a toda criatura, para que todos os homens alcancem a salvação pela fé, pelo batismo e pelo cumprimento dos mandamentos.(161) Para cumprir esta missão, Cristo, o Senhor, prometeu o Espírito Santo aos apóstolos e, no dia de Pentecostes, enviou o Espírito do céu, por cujo poder eles seriam testemunhas d'Ele perante as nações, os povos e os reis até aos confins da terra.(162) E esse dever, que o Senhor confiou aos pastores do seu povo, é um verdadeiro serviço, que na literatura sagrada é chamado significativamente de "diaconia" ou ministério. (163)

A missão canônica dos bispos pode advir de costumes legítimos que não tenham sido revogados pela suprema e universal autoridade da Igreja, ou por leis feitas ou reconhecidas por essa autoridade, ou diretamente através do próprio sucessor de Pedro; e se este recusar ou negar a comunhão apostólica, tais bispos não podem assumir nenhum ofício.(38*)

25. Entre os principais deveres dos bispos, a pregação do Evangelho ocupa um lugar de destaque.(39*) Pois os bispos são pregadores da fé, que conduzem novos discípulos a Cristo, e são mestres autênticos, isto é, mestres dotados da autoridade de Cristo, que pregam ao povo que lhes foi confiado a fé que devem crer e praticar, e, à luz do Espírito Santo, ilustram essa fé. Eles trazem à luz do tesouro da Revelação coisas novas e antigas,(164) fazendo-as frutificar e vigilantes, afastando quaisquer erros que ameacem o seu rebanho.(165) Os bispos, ensinando em comunhão com o Romano Pontífice, devem ser respeitados por todos como testemunhas da verdade divina e católica. Em matéria de fé e moral, os bispos falam em nome de Cristo e os fiéis devem aceitar o seu ensinamento e aderir a ele com assentimento religioso. Esta submissão religiosa de mente e vontade deve ser demonstrada de modo especial ao magistério autêntico do Romano Pontífice, mesmo quando ele não fala ex cathedra; Ou seja, deve ser demonstrado de tal forma que seu magistério supremo seja reconhecido com reverência, e os juízos por ele proferidos sejam sinceramente acatados, segundo sua mente e vontade manifestas. Sua mente e vontade a respeito da matéria podem ser conhecidas tanto pela natureza dos documentos, quanto pela frequente repetição da mesma doutrina, ou ainda por sua maneira de falar.

Embora os bispos individualmente não gozem da prerrogativa da infalibilidade, proclamam infalivelmente a doutrina de Cristo sempre que, mesmo dispersos pelo mundo, mas mantendo o vínculo de comunhão entre si e com o sucessor de Pedro, e ensinando autenticamente questões de fé e moral, concordam numa posição que deve ser definitivamente mantida.(40*) Isto é ainda mais claramente verificado quando, reunidos num concílio ecuménico, são mestres e juízes da fé e da moral para a Igreja universal, cujas definições devem ser seguidas com a submissão da fé.(41*)

E esta infalibilidade com que o Divino Redentor quis dotar a Sua Igreja para definir a doutrina da fé e da moral, estende-se até onde se estende o depósito da Revelação, que deve ser religiosamente guardado e fielmente exposto. E esta é a infalibilidade de que goza o Romano Pontífice, chefe do colégio dos bispos, em virtude do seu ofício, quando, como supremo pastor e mestre de todos os fiéis, que confirma os seus irmãos na fé,(166) por um ato definitivo proclama uma doutrina de fé ou de moral.(42*) E, portanto, as suas definições, por si mesmas, e não pelo consentimento da Igreja, são justamente chamadas de irreforáveis, uma vez que são pronunciadas com a assistência do Espírito Santo, prometido a ele no bem-aventurado Pedro, e por isso não necessitam da aprovação de outros, nem admitem recurso a qualquer outro juízo. Pois então o Romano Pontífice não está pronunciando juízo como pessoa privada, mas como supremo mestre da Igreja universal, em quem o carisma da infalibilidade da própria Igreja está individualmente presente, expondo ou defendendo uma doutrina da fé católica.(43*) A infalibilidade prometida à Igreja reside também no corpo dos Bispos, quando esse corpo exerce o supremo magistério com o sucessor de Pedro. A essas definições nunca faltará o assentimento da Igreja, por causa da ação do mesmo Espírito Santo, pelo qual todo o rebanho de Cristo é preservado e progride na unidade da fé.(44*)

Mas quando o Romano Pontífice ou o Corpo dos Bispos, juntamente com ele, definem um juízo, pronunciam-no de acordo com a própria Revelação, à qual todos são obrigados a obedecer e a conformar-se, isto é, a Revelação que, transmitida por escrito ou oralmente, é integralmente transmitida pela legítima sucessão dos bispos e, sobretudo, sob os cuidados do próprio Romano Pontífice, e que, sob a luz orientadora do Espírito da verdade, é religiosamente preservada e fielmente exposta na Igreja.(45*) O Romano Pontífice e os bispos, tendo em conta o seu ofício e a importância da matéria, esforçam-se diligentemente, por meios adequados, por investigar corretamente essa revelação e por dar a devida

expressão ao seu conteúdo;(46*) mas não aceitam como pertencente ao depósito divino da fé uma nova revelação pública.(47*)

26. Um bispo marcado com a plenitude do sacramento da Ordem é "o administrador da graça do supremo sacerdócio" (48*), especialmente na Eucaristia, que ele oferece ou faz com que seja oferecida (49*), e pela qual a Igreja vive e cresce continuamente. Esta Igreja de Cristo está verdadeiramente presente em todas as congregações locais legítimas dos fiéis que, unidos aos seus pastores, são elas mesmas chamadas igrejas no Novo Testamento.(50*) Pois em sua localidade, estes são o novo Povo chamado por Deus, no Espírito Santo e em plenitude.(167) Nelas, os fiéis são reunidos pela pregação do Evangelho de Cristo, e o mistério da Ceia do Senhor é celebrado, para que, pelo alimento e sangue do Corpo do Senhor, toda a irmandade seja unida.(51*) Em qualquer comunidade do altar, sob o sagrado ministério do bispo,(52*) é exibido um símbolo daquela caridade e “unidade do Corpo místico, sem a qual não pode haver salvação”.(53*) Nessas comunidades, embora frequentemente pequenas e pobres, ou vivendo na Diáspora, Cristo está presente, e em virtude de Sua presença é reunida uma só Igreja santa, católica e apostólica.(54*) Pois “a participação no Corpo e no Sangue de Cristo nada mais faz do que nos transformar naquilo que consumimos”. (55*)

Toda celebração legítima da Eucaristia é regulamentada pelo bispo, a quem é confiado o ofício de oferecer o culto da religião cristã à Divina Majestade e de administrá-lo de acordo com os mandamentos do Senhor e as leis da Igreja, conforme definido por seu juízo particular para sua diocese.

Assim, os bispos, por meio da oração e do trabalho pelo povo, derramam, de muitas maneiras e em grande abundância, a plenitude da santidade de Cristo. Pelo ministério da palavra, comunicam o poder de Deus aos que creem para a salvação(168) e, por meio dos sacramentos, cuja distribuição regular e frutuosa regulam por sua autoridade,(56*) santificam os fiéis. Dirigem a administração do batismo, pelo qual é concedida a participação no sacerdócio real de Cristo. Eles são os ministros originais da confirmação, dispensadores das ordens sagradas e moderadores da disciplina penitencial, e exortam e instruem fervorosamente o seu povo a cumprir com fé e reverência a sua parte na liturgia e especialmente no santo sacrifício da Missa. E, por fim, pelo exemplo do seu modo de vida, devem ser uma influência para o bem daqueles sobre os quais presidem, abstendo-se de todo o mal e, na medida do possível com a ajuda de Deus, trocando o mal pelo bem, para que, juntamente com o rebanho que lhes foi confiado, possam alcançar a vida eterna.(57*)

27. Os bispos, como vigários e embaixadores de Cristo, governam as igrejas particulares que lhes são confiadas (58*) por meio de seus conselhos, exortações, exemplo e até mesmo por sua autoridade e poder sagrado, que, na verdade, usam somente para a edificação de seu rebanho na verdade e na santidade, lembrando que aquele que é maior deve se tornar como o menor e aquele que é o chefe se tornar como o servo.(169) Este poder, que eles exercem pessoalmente em nome de Cristo, é próprio, ordinário e imediato, embora seu exercício seja, em última instância, regulamentado pela suprema autoridade da Igreja e possa ser circunscrito por certos limites, para o benefício da Igreja ou dos fiéis. Em virtude deste poder, os bispos têm o direito sagrado e o dever perante o Senhor de legislar para seus súditos, de julgá-los e de moderar tudo o que diz respeito à ordem do culto e ao apostolado.

O ofício pastoral ou o cuidado habitual e diário de suas ovelhas lhes é confiado completamente; nem devem ser considerados vigários dos Pontífices Romanos, pois exercem uma autoridade que lhes é própria e são corretamente chamados de "prelados", chefes do povo que governam.(59*) Seu poder, portanto, não é destruído pelo poder supremo e universal, mas, ao contrário, é afirmado, fortalecido e vindicado por ele,(60*) visto que o Espírito Santo preserva infalivelmente a forma de governo estabelecida por Cristo Senhor em sua Igreja.

Um bispo, visto que é enviado pelo Pai para governar a sua família, deve manter diante dos olhos o exemplo do Bom Pastor, que não veio para ser servido, mas para servir (170) e dar a vida pelas suas ovelhas (171). Tendo sido escolhido dentre os homens e ele próprio assolado pela fraqueza, é capaz de ter compaixão dos ignorantes e dos que erram (172). Que não se recuse a ouvir os seus súditos, a quem estima como seus verdadeiros filhos e exorta a cooperar prontamente com ele. Como um dia terá de prestar contas das suas almas (173), ele cuida deles com a sua oração, a pregação e todas as obras de caridade, e não só deles, mas também daqueles que ainda não pertencem ao único rebanho, que também lhe são recomendados no Senhor. Visto que, como o apóstolo Paulo, é devedor a todos os homens, que

esteja pronto para pregar o Evangelho a todos (174) e para exortar os seus fiéis à atividade apostólica e missionária. Mas os fiéis devem apegar-se ao seu bispo, como a Igreja se apega a Cristo, e Jesus Cristo ao Pai, para que todos sejam de uma só mente através da unidade,(61*) e abundem para a glória de Deus. (175)

28. Cristo, a quem o Pai santificou e enviou ao mundo, (176) fez, por meio de seus apóstolos, seus sucessores, os bispos, participantes de sua consagração e de sua missão.(62*) Eles transmitiram legitimamente a diferentes indivíduos na Igreja vários graus de participação neste ministério. Assim, o ministério eclesiástico divinamente instituído é exercido em diferentes níveis por aqueles que desde a antiguidade são chamados bispos, presbíteros e diáconos.(63*) Os presbíteros, embora não possuam o grau mais elevado do sacerdócio e embora dependam dos bispos no exercício de seu poder, estão unidos a eles na dignidade sacerdotal.(64*) Pelo poder do sacramento da Ordem,(65*) à imagem de Cristo, o eterno sumo sacerdote,(177) são consagrados para pregar o Evangelho, pastorear os fiéis e celebrar o culto divino, sendo, portanto, verdadeiros sacerdotes do Novo Testamento.(66*) Participantes da função de Cristo, o único Mediador,(178) em seu nível de ministério, anunciam a palavra divina a todos. Eles exercem sua função sagrada especialmente no culto eucarístico ou na celebração da Missa, pela qual, agindo na pessoa de Cristo (67*) e proclamando Seu Mistério, unem as orações dos fiéis ao sacrifício de sua Cabeça e renovam e aplicam (68*) no sacrifício da Missa até a vinda do Senhor (179) o único sacrifício do Novo Testamento, ou seja, o de Cristo oferecendo-se de uma vez por todas como Vítima imaculada ao Pai (180). Pelos enfermos e pecadores entre os fiéis, exercem o ministério de alívio e reconciliação e apresentam as necessidades e as orações dos fiéis a Deus Pai (181). Exercendo, dentro dos limites de sua autoridade, a função de Cristo como Pastor e Cabeça (69*), reúnem a família de Deus como uma irmandade de um só espírito (70*) e a conduzem no Espírito, por meio de Cristo, a Deus Pai. No meio do rebanho, eles o adoram em espírito e em verdade.(182) Finalmente, eles trabalham na palavra e na doutrina,(183) crendo no que leram e meditaram na lei de Deus, ensinando o que creram e pondo em prática em suas próprias vidas o que ensinaram.(71*)

Os sacerdotes, prudentes cooperadores da Ordem Episcopal (72*), seu auxílio e instrumento, chamados a servir o povo de Deus, constituem um só sacerdócio (73*) com o seu bispo, embora vinculados por uma diversidade de deveres. Associados ao seu bispo num espírito de confiança e generosidade, tornam-no presente, em certo sentido, nas congregações locais, e assumem, na medida do possível, os seus deveres e o peso do seu cuidado, desempenhando-os com um interesse diário. E, ao santificarem e governarem sob a autoridade do bispo a parte do rebanho do Senhor que lhes foi confiada, tornam visível a Igreja universal na sua própria localidade e prestam uma eficaz assistência à edificação de todo o Corpo de Cristo (184). Sempre atentos ao bem-estar dos filhos de Deus, devem esforçar-se por contribuir para a obra pastoral de toda a diocese e até mesmo de toda a Igreja. Por causa desta participação no seu sacerdócio e missão, que os sacerdotes considerem sinceramente o bispo como seu pai e lhe obedeçam reverentemente. E que o bispo considere os seus sacerdotes como seus colaboradores, como filhos e amigos, tal como Cristo chamou os seus discípulos, não agora servos, mas amigos.(185) Todos os sacerdotes, tanto diocesanos como religiosos, em virtude das Ordens e do ministério, inserem-se neste corpo de bispos e sacerdotes e servem o bem de toda a Igreja, segundo a sua vocação e a graça que lhes foi dada.

Em virtude de sua sagrada ordenação e missão comuns, todos os sacerdotes estão unidos por uma íntima fraternidade, que se manifesta natural e livremente na ajuda mútua, tanto espiritual quanto material, pastoral e pessoal, em seus encontros e na comunhão de vida, trabalho e caridade.

Que eles, como pais em Cristo, cuidem dos fiéis que geraram pelo batismo e pelo seu ensinamento.(186) Tornando-se de coração um modelo para o rebanho,(187) que liderem e sirvam a sua comunidade local de tal forma que esta possa ser dignamente chamada por aquele nome que assina o único e todo o povo de Deus, a saber, a Igreja de Deus.(188) Que se lembrem de que, pela sua vida e interesses diários, estão a mostrar a face de um ministério verdadeiramente sacerdotal e pastoral aos fiéis e aos infiéis, aos católicos e aos não católicos, e que a todos dão testemunho da verdade e da vida, e, como bons pastores, vão também atrás daqueles(189) que, embora batizados na Igreja Católica, se afastaram do uso dos sacramentos, ou mesmo da fé.

Visto que a humanidade se une cada vez mais numa unidade cívica, económica e social, torna-se ainda mais necessário que os sacerdotes, através de esforços e auxílios conjuntos, sob a liderança dos bispos e

do Sumo Pontífice, eliminem toda a forma de separação, para que toda a humanidade seja integrada na família de Deus.

29. Num nível inferior da hierarquia encontram-se os diáconos, sobre os quais são impostas as mãos “não para o sacerdócio, mas para um ministério de serviço”.(74*) Pois, fortalecidos pela graça sacramental, em comunhão com o bispo e seu grupo de sacerdotes, servem no diaconato da liturgia, da palavra e da caridade para com o povo de Deus. É dever do diácono, conforme lhe for atribuído pela autoridade competente, administrar solememente o batismo, ser custódio e dispensador da Eucaristia, assistir e abençoar os matrimônios em nome da Igreja, levar o Viático aos moribundos, ler as Sagradas Escrituras aos fiéis, instruir e exortar o povo, presidir o culto e a oração dos fiéis, administrar os sacramentais e officiar nos serviços fúnebres e de sepultamento. Dedicados aos deveres da caridade e da administração, lembrem-se da admoestaçāo do Beato Policarpo: “Sede misericordiosos, diligentes, andando segundo a verdade do Senhor, que se fez servo de todos.”(75*)

Visto que estes deveres, tão necessários à vida da Igreja, só podem ser cumpridos com dificuldade em muitas regiões, de acordo com a disciplina da Igreja Latina tal como existe hoje, o diaconato poderá, no futuro, ser restaurado como um grau próprio e permanente da hierarquia. Caberá aos órgãos episcopais territoriais competentes, de uma ou de outra espécie, com a aprovação do Sumo Pontífice, decidir se e onde é oportuno que tais diáconos sejam estabelecidos para o cuidado das almas. Com o consentimento do Romano Pontífice, este diaconato poderá, no futuro, ser conferido a homens de idade mais madura, mesmo aos que vivem em estado matrimonial. Poderá também ser conferido a jovens adequados, para os quais a lei do celibato deva permanecer intacta.

CAPÍTULO IV

OS LEIGOS

30. Tendo estabelecido as funções da hierarquia, o Sagrado Concílio volta com alegria a sua atenção para a condição dos fiéis chamados leigos. Tudo o que foi dito acima a respeito do Povo de Deus se aplica tanto aos leigos quanto aos religiosos e clérigos. Mas há certas coisas que dizem respeito de modo especial aos leigos, homens e mulheres, em razão de sua condição e missão. Devido às circunstâncias especiais do nosso tempo, os fundamentos desta doutrina devem ser examinados mais a fundo. Pois seus pastores sabem o quanto os leigos contribuem para o bem-estar de toda a Igreja. Sabem também que não foram ordenados por Cristo para assumir sozinhos toda a missão salvífica da Igreja para com o mundo. Ao contrário, compreendem que é seu nobre dever pastorear os fiéis e reconhecer seus ministérios e carismas, para que todos, segundo seus próprios papéis, cooperem nesta empreitada comum com um só propósito. Pois todos nós devemos “praticar a verdade em amor e, assim, crescer em tudo naquele que é a cabeça, Cristo. Pois dele todo o corpo, ajustado e unido por todas as juntas, segundo a função de cada parte, cresce para a edificação de si mesmo em amor”.(190)

31. O termo leigo é aqui entendido como todos os fiéis, exceto aqueles que receberam as ordens sacras e aqueles que vivem em estado de vida religiosa especialmente aprovado pela Igreja. Esses fiéis, pelo batismo, tornam-se um só corpo com Cristo e são constituídos no Povo de Deus; participam, à sua maneira, das funções sacerdotais, proféticas e reais de Cristo; e cumprem, por sua vez, a missão de todo o povo cristão na Igreja e no mundo.

O que caracteriza especificamente os leigos é a sua natureza secular. É verdade que os religiosos podem, por vezes, envolver-se em atividades seculares e até mesmo exercer uma profissão secular. Mas, em virtude da sua vocação particular, são especialmente e professadamente ordenados ao ministério sagrado. Da mesma forma, pelo seu estado de vida, os religiosos dão um testemunho esplêndido e marcante de que o mundo não pode ser transformado e oferecido a Deus sem o espírito das bem-aventuranças. Mas os leigos, pela sua própria vocação, buscam o Reino de Deus envolvendo-se em assuntos temporais e ordenando-os segundo o plano de Deus. Vivem no mundo, isto é, em todas as profissões e ocupações seculares. Vivem nas circunstâncias comuns da vida familiar e social, das quais se tece a própria trama da sua existência. São chamados por Deus para que, exercendo a sua função própria e guiados pelo espírito do Evangelho, possam trabalhar pela santificação do mundo a partir do seu interior, como fermento. Desta forma, podem dar a conhecer Cristo aos outros, sobretudo pelo testemunho de uma vida resplandecente de fé, esperança e caridade. Portanto, visto que estão intimamente ligados a todos os tipos

de assuntos temporais, é sua tarefa especial ordenar e esclarecer esses assuntos de modo que possam surgir e então crescer continuamente segundo Cristo, para o louvor do Criador e Redentor.

32. Por instituição divina, a Santa Igreja é ordenada e governada com uma maravilhosa diversidade. “Pois assim como num só corpo temos muitos membros, e nem todos os membros têm a mesma função, assim também nós, os muitos, somos um só corpo em Cristo, mas individualmente membros uns dos outros” (191). Portanto, o Povo escolhido de Deus é um: “um só Senhor, uma só fé, um só batismo” (192); compartilhando uma dignidade comum como membros desde a sua regeneração em Cristo, tendo a mesma graça filial e a mesma vocação para a perfeição; possuindo em comum uma só salvação, uma só esperança e uma só caridade indivisível. Não há, portanto, em Cristo e na Igreja nenhuma desigualdade com base em raça ou nacionalidade, condição social ou sexo, porque “não há judeu nem grego; não há escravo nem livre; não há homem nem mulher. Pois todos vocês são um em Cristo Jesus” (193).

Se, portanto, na Igreja nem todos seguem o mesmo caminho, todos são chamados à santidade e receberam, pela justiça de Deus, um privilégio igual da fé.(194) E se, pela vontade de Cristo, alguns são constituídos mestres, pastores e dispensadores de mistérios em favor de outros, todos participam de uma verdadeira igualdade quanto à dignidade e à atividade comum a todos os fiéis para a edificação do Corpo de Cristo. Pois a distinção que o Senhor fez entre os ministros sagrados e o restante do Povo de Deus contém em si uma certa união, visto que os pastores e os demais fiéis estão ligados uns aos outros por uma necessidade mútua. Os pastores da Igreja, seguindo o exemplo do Senhor, devem ministrar uns aos outros e aos demais fiéis. Estes, por sua vez, devem prestar com entusiasmo a sua assistência conjunta aos seus pastores e mestres. Assim, na sua diversidade, todos testemunham a maravilhosa unidade do Corpo de Cristo. Essa mesma diversidade de graças, mistérios e obras reúne os filhos de Deus num só corpo, porque “todas estas coisas são obra de um só e mesmo Espírito”.(195)

Portanto, por escolha divina, os leigos têm Cristo por irmãos, que, embora seja o Senhor de todos, não veio para ser servido, mas para servir.(196) Têm também por irmãos aqueles que, no sagrado ministério, ensinando, santificando e governando com a autoridade de Cristo, alimentam a família de Deus para que o novo mandamento da caridade seja cumprido por todos. Santo Agostinho expressa isso de forma muito bela quando diz: “O que sou para vós me aterroriza; o que sou convosco me consola. Para vós sou bispo; mas convosco sou cristão. O primeiro é um dever; o segundo, uma graça. O primeiro é um perigo; o segundo, a salvação” (1*).

33. Os leigos estão reunidos no Povo de Deus e formam o Corpo de Cristo sob uma só cabeça. Quem quer que sejam, são chamados, como membros vivos, a despender toda a sua energia para o crescimento da Igreja e a sua contínua santificação, visto que essa mesma energia é um dom do Criador e uma bênção do Redentor.

O apostolado leigo, porém, é uma participação na missão salvífica da própria Igreja. Pelo batismo e pela confirmação, todos são comissionados para esse apostolado pelo próprio Senhor. Além disso, pelos sacramentos, especialmente a Sagrada Eucaristia, comunica-se e alimenta-se aquela caridade para com Deus e o homem que é a alma do apostolado. Ora, os leigos são chamados de modo especial a tornar a Igreja presente e atuante naqueles lugares e circunstâncias onde só por meio deles ela pode se tornar o sal da terra (2*). Assim, cada leigo, em virtude dos próprios dons que lhe são concedidos, é ao mesmo tempo testemunha e instrumento vivo da missão da própria Igreja, “segundo a medida da dádiva de Cristo” (197).

Além deste apostolado que certamente diz respeito a todos os cristãos, os leigos também podem ser chamados de várias maneiras a uma forma mais direta de cooperação no apostolado da Hierarquia (3*). Foi assim que certos homens e mulheres auxiliaram o apóstolo Paulo no Evangelho, trabalhando muito no Senhor (198). Além disso, eles têm a capacidade de assumir da Hierarquia certas funções eclesiásticas, que devem ser desempenhadas com um propósito espiritual.

Sobre todos os leigos, portanto, recai o nobre dever de trabalhar para estender o plano divino de salvação a todos os homens de cada época e em cada país. Consequentemente, que lhes sejam dadas todas as oportunidades para que, de acordo com suas capacidades e as necessidades de cada época, participem zelosamente da obra salvífica da Igreja.

34. O supremo e eterno Sacerdote, Cristo Jesus, querendo continuar seu testemunho e serviço também por meio dos leigos, os vivifica neste Espírito e os impele cada vez mais a toda boa obra e obra perfeita.

Pois, além de os ligar intimamente à Sua vida e à Sua missão, Ele também lhes dá a participação na Sua função sacerdotal de oferecer culto espiritual para a glória de Deus e a salvação dos homens. Por esta razão, os leigos, consagrados a Cristo e ungidos pelo Espírito Santo, são maravilhosamente chamados e maravilhosamente preparados para que frutos cada vez mais abundantes do Espírito sejam produzidos neles. Pois todas as suas obras, orações e esforços apostólicos, a sua vida conjugal e familiar comum, as suas ocupações diárias, o seu descanso físico e mental, se realizados no Espírito, e até mesmo as dificuldades da vida, se suportadas com paciência — tudo isso se torna “sacrifícios espirituais aceitáveis a Deus por Jesus Cristo”.(199) Juntamente com a oferta do Corpo do Senhor, são oferecidos de forma muito apropriada na celebração da Eucaristia. Assim, como aqueles que adoram em toda parte em santa atividade, os leigos consagram o próprio mundo a Deus.

35. Cristo, o grande Profeta, que proclamou o Reino de Seu Pai tanto pelo testemunho de Sua vida quanto pelo poder de Suas palavras, cumpre continuamente Seu ofício profético até a completa manifestação da glória. Ele faz isso não apenas por meio da hierarquia que ensina em Seu nome e com Sua autoridade, mas também por meio dos leigos, a quem Ele fez Suas testemunhas e aos quais deu entendimento da fé (*sensu fidei*) e uma eloquência na fala(200), para que o poder do Evangelho resplandeça em sua vida social e familiar diária. Eles se comportam como filhos da promessa e, assim, fortes na fé e na esperança, aproveitam ao máximo o presente(201) e aguardam com paciência a glória que há de vir(202). Que eles não escondam, então, essa esperança no fundo de seus corações, mas que a expressem também no programa de sua vida secular, por meio de uma conversão contínua e lutando “contra os dominadores deste mundo tenebroso, contra as forças espirituais da maldade(203)”.

Assim como os sacramentos da Nova Lei, pelos quais se alimentam a vida e o apostolado dos fiéis, prefiguram um novo céu e uma nova terra,(204) também os leigos saem como poderosos proclamadores de uma fé nas coisas que se esperam,(205) quando unem corajosamente à sua profissão de fé uma vida que brota da fé. Esta evangelização, isto é, este anúncio de Cristo por um testemunho vivo, bem como pela palavra falada, assume uma qualidade específica e uma força especial por se realizar no ambiente comum do mundo.

Ligada à função profética está a vida santificada por um sacramento especial, obviamente de grande importância: a vida matrimonial e familiar. Pois onde o cristianismo permeia todo o modo de vida familiar e o transforma gradualmente, encontramos tanto a prática quanto uma excelente escola do apostolado leigo. Em tal lar, maridos e esposas encontram sua vocação própria em serem testemunhas da fé e do amor de Cristo uns para com os outros e para com seus filhos. A família cristã proclama em voz alta tanto as virtudes presentes do Reino de Deus quanto a esperança de uma vida bem-aventurada por vir. Assim, por seu exemplo e testemunho, acusa o mundo do pecado e ilumina aqueles que buscam a verdade.

Consequentemente, mesmo quando ocupados com cuidados temporais, os leigos podem e devem realizar uma obra de grande valor para a evangelização do mundo. Pois, mesmo que alguns deles tenham que cumprir seus deveres religiosos sozinhos, quando não há ministros sagrados ou em tempos de perseguição; e mesmo que muitos deles dediquem todas as suas energias ao trabalho apostólico; ainda assim, cabe a cada um deles cooperar na difusão externa e no crescimento dinâmico do Reino de Cristo no mundo. Portanto, que os leigos se esforcem com devoção para adquirir uma compreensão mais profunda da verdade revelada e que peçam insistenteamente a Deus o dom da sabedoria.

36. Cristo, tornando-se obediente até a morte e por isso exaltado pelo Pai,(206) entrou na glória do Seu reino. A Ele todas as coisas estão sujeitas até que Ele se sujeite e a todas as coisas criadas ao Pai, para que Deus seja tudo em todos.(207) Ora, Cristo comunicou este poder real aos Seus discípulos para que fossem constituídos em liberdade real e para que, por meio de verdadeira penitência e uma vida santa, pudessem vencer o domínio do pecado em si mesmos.(208) Além disso, Ele compartilhou este poder para que, servindo a Cristo em seus semelhantes, pudessem, por humildade e paciência, conduzir seus irmãos àquele Rei para quem servir é reinar. Mas o Senhor deseja difundir o Seu reino também por meio dos leigos, a saber, um reino de verdade e vida, um reino de santidade e graça, um reino de justiça, amor e paz (4*). Neste reino, a própria criação será libertada da sua escravidão à corrupção para a liberdade da

glória dos filhos de Deus.(209) Claramente, então, uma grande promessa e uma grande confiança são confiadas aos discípulos: “Todas as coisas são vossas, e vós sois de Cristo, e Cristo é de Deus”.(210)

Os fiéis, portanto, devem aprender o significado mais profundo e o valor de toda a criação, bem como o seu papel no louvor harmonioso de Deus. Devem auxiliar-se mutuamente a viver vidas mais santas, mesmo em suas ocupações diárias. Desta forma, o mundo poderá ser permeado pelo espírito de Cristo e cumprir mais eficazmente o seu propósito de justiça, caridade e paz. Os leigos têm o papel principal no cumprimento geral deste dever. Portanto, por meio de sua competência na formação secular e por sua atividade, elevada interiormente pela graça de Cristo, que contribuem vigorosamente com seus esforços, para que os bens criados sejam aperfeiçoados pelo trabalho humano, pela habilidade técnica e pela cultura cívica, para o benefício de todos os homens, segundo o designio do Criador e a luz da Sua Palavra. Que os bens deste mundo sejam distribuídos de forma mais equitativa entre todos os homens e que, à sua maneira, contribuam para o progresso universal na liberdade humana e cristã. Desta forma, por meio dos membros da Igreja, Cristo iluminará progressivamente toda a sociedade humana com a Sua luz salvadora.

Além disso, que os leigos, por meio de seus esforços conjuntos, remedium os costumes e as condições do mundo, caso sejam um incentivo ao pecado, para que todos se conformem às normas de justiça e favoreçam a prática da virtude em vez de a impedirem. Agindo assim, impregnarão a cultura e a atividade humana com genuínos valores morais; prepararão melhor o campo do mundo para a semente da Palavra de Deus; e, ao mesmo tempo, abrirão ainda mais as portas da Igreja, pelas quais a mensagem de paz poderá entrar no mundo.

Devido à própria economia da salvação, os fiéis devem aprender a distinguir cuidadosamente entre os direitos e deveres que lhes cabem como membros da Igreja e os que lhes cabem como membros da sociedade humana. Que se esforcem por reconciliar ambos, lembrando-se de que, em todos os assuntos temporais, devem ser guiados por uma consciência cristã, pois mesmo nos negócios seculares não há atividade humana que possa ser dissociada do domínio de Deus. Em nosso tempo, porém, é urgente que essa distinção, e também essa harmonia, resplandeçam com mais clareza do que nunca na vida dos fiéis, para que a missão da Igreja corresponda mais plenamente às condições particulares do mundo atual. Pois é preciso admitir que a esfera temporal se rege por seus próprios princípios, visto que se preocupa, com razão, com os interesses deste mundo. Mas essa doutrina nefasta que tenta construir uma sociedade sem qualquer consideração pela religião e que ataca e destrói a liberdade religiosa de seus cidadãos deve ser rejeitada com razão (5*).

37. Os leigos têm o direito, como todos os cristãos, de receber em abundância dos seus pastores espirituais os bens espirituais da Igreja, especialmente o auxílio da Palavra de Deus e dos sacramentos (6*). Devem revelar-lhes abertamente as suas necessidades e desejos com a liberdade e a confiança próprias dos filhos de Deus e irmãos em Cristo. Em virtude do conhecimento, da competência ou da notável capacidade de que possam ter, é-lhes permitido e, por vezes, até mesmo obrigado a expressar a sua opinião sobre as coisas que dizem respeito ao bem da Igreja (7*). Quando as ocasiões surgirem, que o faça por meio dos órgãos erigidos pela Igreja para esse fim. Que o faça sempre com verdade, coragem e prudência, com reverência e caridade para com aqueles que, em virtude do seu sagrado ofício, representam a pessoa de Cristo.

Os leigos devem, como todos os cristãos, aceitar prontamente, em obediência cristã, as decisões de seus pastores espirituais, visto que estes são representantes de Cristo, bem como mestres e líderes na Igreja. Sigam o exemplo de Cristo, que, por sua obediência até a morte, abriu a todos os homens o caminho bendito da liberdade dos filhos de Deus. Nem devem deixar de orar por aqueles que foram colocados sobre eles, pois estes vigiam, pois terão de prestar contas de suas almas, para que o façam com alegria e não com tristeza.(211)

Que os pastores espirituais reconheçam e promovam a dignidade, bem como a responsabilidade dos leigos na Igreja. Que empreguem de bom grado os seus conselhos prudentes. Que lhes atribuam, com confiança, tarefas a serviço da Igreja, concedendo-lhes liberdade e espaço para agir. Além disso, que encorajem os leigos para que possam empreender tarefas por iniciativa própria. Que considerem, com atenção e amor paterno, os projetos, sugestões e desejos propostos pelos leigos.(8*) Contudo, que os pastores reconheçam, com respeito, a justa liberdade que pertence a todos nesta cidade terrena.

Muitas coisas maravilhosas podem ser esperadas deste diálogo familiar entre os leigos e seus líderes espirituais: nos leigos, um senso de responsabilidade pessoal fortalecido; um entusiasmo renovado; uma aplicação mais propensa de seus talentos aos projetos de seus líderes espirituais. Estes, por sua vez, auxiliados pela experiência dos leigos, podem chegar a decisões mais claras e incisivas sobre assuntos tanto espirituais quanto temporais. Desta forma, toda a Igreja, fortalecida por cada um de seus membros, poderá cumprir com mais eficácia sua missão para a vida do mundo.

38. Cada leigo deve apresentar-se ao mundo como testemunha da ressurreição e da vida do Senhor Jesus e como símbolo do Deus vivo. Todos os leigos, como comunidade, e cada um segundo a sua capacidade, devem alimentar o mundo com frutos espirituais.(212) Devem difundir no mundo aquele espírito que anima os pobres, os mansos, os pacificadores — que o Senhor proclamou como bem-aventurados no Evangelho.(213) Em suma, “os cristãos devem ser para o mundo o que a alma é para o corpo”.(9*)

CAPÍTULO V

O CHAMADO UNIVERSAL À SANTIDADE NA IGREJA

39. A Igreja, cujo mistério está sendo exposto por este Sagrado Sínodo, é crível como sendo indefectivelmente santa. De fato, Cristo, o Filho de Deus, que com o Pai e o Espírito é louvado como "singularmente santo" (1*), amou a Igreja como sua esposa, entregando-se por ela. Fez isso para santificá-la (214). Uniu-a a si mesmo como seu próprio corpo e a aperfeiçoou pelo dom do Espírito Santo para a glória de Deus. Portanto, na Igreja, todos, quer pertençam à hierarquia, quer sejam cuidados por ela, são chamados à santidade, segundo o que diz o Apóstolo: "Porque esta é a vontade de Deus, a vossa santificação" (215). Contudo, esta santidade da Igreja manifesta-se incessantemente, e deve manifestar-se, nos frutos da graça que o Espírito produz nos fiéis; expressa-se de muitas maneiras nos indivíduos que, no seu modo de vida, tendem à perfeição da caridade, causando assim a edificação dos outros; De uma maneira muito especial, essa santidade se manifesta na prática dos conselhos, geralmente chamados de "evangélicos". Essa prática dos conselhos, sob o impulso do Espírito Santo, empreendida por muitos cristãos, seja em particular ou em uma condição ou estado de vida aprovado pela Igreja, dá e deve dar ao mundo um testemunho e um exemplo extraordinários dessa mesma santidade.

40. O Senhor Jesus, o divino Mestre e Modelo de toda perfeição, pregou a santidade de vida a cada um de Seus discípulos, de todas as condições. Ele próprio se apresenta como o autor e consumador dessa santidade de vida: “Sede vós, pois, perfeitos, como perfeito é o vosso Pai celestial”.(216)(2*) De fato, Ele enviou o Espírito Santo sobre todos os homens para que os movesse interiormente a amar a Deus com todo o seu coração e toda a sua alma, com toda a sua mente e toda a sua força(217) e para que se amassesem uns aos outros como Cristo os ama.(218) Os seguidores de Cristo são chamados por Deus, não por causa de suas obras, mas segundo o Seu próprio propósito e graça. Eles são justificados no Senhor Jesus, porque no batismo da fé se tornam verdadeiramente filhos de Deus e participantes da natureza divina. Desta forma, são verdadeiramente santificados. Além disso, pelo dom de Deus, devem reter e completar em suas vidas essa santidade que receberam. Eles são advertidos pelo Apóstolo a viverem "como convém aos santos"(219) e a revestirem-se "como escolhidos de Deus, santos e amados, de um coração misericordioso, bondoso, humilde, manso e paciente"(220) e a possuírem o fruto do Espírito em santidade.(221) Visto que, na verdade, todos pecamos em muitas coisas (222), todos precisamos continuamente da misericórdia de Deus e todos devemos orar diariamente: "Perdoa-nos as nossas dívidas"(223)(3*)

Assim, é evidente para todos que todos os fiéis de Cristo, de qualquer posição ou condição, são chamados à plenitude da vida cristã e à perfeição da caridade;(4*) por meio dessa santidade, promove-se um modo de vida mais humano nesta sociedade terrena. Para que os fiéis alcancem essa perfeição, devem usar suas forças de acordo com o dom que receberam de Cristo. Devem seguir os Seus passos e conformar-se à Sua imagem, buscando em todas as coisas a vontade do Pai. Devem dedicar-se com todo o seu ser à glória de Deus e ao serviço do próximo. Deste modo, a santidade do Povo de Deus se transformará em uma abundante colheita de bens, como demonstra admiravelmente a vida de tantos santos na história da Igreja.

41. As classes e os deveres da vida são muitos, mas a santidade é uma só — aquela santidade que é cultivada por todos os que são movidos pelo Espírito de Deus, que obedecem à voz do Pai e adoram a Deus Pai em espírito e em verdade. Essas pessoas seguem o Cristo pobre, o Cristo humilde que carrega a

cruz, para serem dignas de participar da Sua glória. Cada pessoa deve caminhar sem hesitar, segundo os seus dons e deveres pessoais, no caminho da fé viva, que desperta a esperança e opera pela caridade.

Em primeiro lugar, os pastores do rebanho de Cristo devem exercer o seu ministério de forma santa e fervorosa, humilde e corajosa, imitando o eterno Sumo Sacerdote, Pastor e Guardião das nossas almas. Devem cumprir este dever de tal modo que seja também o principal meio da sua própria santificação. Àqueles escolhidos para a plenitude do sacerdócio é concedida a capacidade de exercer o perfeito dever da caridade pastoral pela graça do sacramento da Ordem. Este perfeito dever da caridade pastoral (5*) exerce-se em todas as formas de cuidado e serviço episcopal, oração, sacrifício e pregação. Por esta mesma graça sacramental, é-lhes dada a coragem necessária para dar a vida pelas suas ovelhas e a capacidade de promover uma maior santidade na Igreja pelo seu exemplo diário, tornando-se um modelo para o seu rebanho.(224)

Os sacerdotes, que se assemelham em certa medida aos bispos na sua participação no sacramento da Ordem, constituem a coroa espiritual dos bispos.(6*) Participam na graça do seu ofício e devem crescer diariamente no amor a Deus e ao próximo, pelo exercício do seu ofício por Cristo, o Mediador eterno e único. Devem preservar o vínculo da comunhão sacerdotal e transbordar de todo o bem espiritual, apresentando assim a todos os homens um testemunho vivo de Deus.(7*) Tudo isto devem fazer à semelhança daqueles sacerdotes que, ao longo dos séculos, deixaram um exemplo notável de santidade no serviço humilde e oculto. O seu louvor permanece vivo na Igreja de Deus. Pelo seu próprio ofício de orar e oferecer sacrifício pelo seu povo e por todo o povo de Deus, devem ascender a uma santidade ainda maior. Tendo em mente o que fazem e imitando o que praticam,(8*) estes sacerdotes, em seus trabalhos apostólicos, em vez de serem enredados por perigos e dificuldades, devem, ao contrário, ascender a uma maior santidade através desses perigos e dificuldades. Devem sempre nutrir e fortalecer sua ação com uma abundante contemplação, fazendo tudo isso para o conforto de toda a Igreja de Deus. Todos os sacerdotes, e especialmente aqueles que são chamados de "sacerdotes diocesanos", devido ao título especial de sua ordenação, devem manter continuamente em mente o fato de que sua fidelidade e generosa cooperação com seu bispo são de suma importância para o seu crescimento em santidade.

Ministros de hierarquia inferior também participam da missão e da graça do Sumo Sacerdote. Em primeiro lugar, entre esses ministros, estão os diáconos, que, na medida em que são dispensadores dos mistérios de Cristo e servos da Igreja,(9*) devem se manter livres de todo vício e apresentar-se diante dos homens como personificações da bondade e amigos de Deus.(225) Os clérigos, que são chamados pelo Senhor e separados como Sua porção para se prepararem para os diversos ofícios ministeriais sob o olhar atento de pastores espirituais, são obrigados a harmonizar seus corações e mentes com esta eleição especial (que lhes pertence). Eles conseguirão isso por meio de sua constância na oração, de seu amor ardente e de sua constante lembrança de tudo o que é verdadeiro, justo e de boa reputação. Eles farão tudo isso para a glória e honra de Deus. Além desses já mencionados, há também os leigos, escolhidos por Deus e chamados pelo bispo. Esses leigos se dedicam completamente aos trabalhos apostólicos, trabalhando no campo do Senhor com muito sucesso.(10*).

Além disso, os casais e os pais cristãos devem trilhar o seu próprio caminho (para a santidade) pelo amor fiel. Devem sustentar-se mutuamente na graça ao longo de toda a vida. Devem incutir nos seus filhos, acolhidos com amor como dom de Deus, a doutrina cristã e as virtudes evangélicas. Desta forma, oferecem a todos o exemplo de um amor incansável e generoso; desta forma, edificam a fraternidade da caridade; ao fazê-lo, tornam-se testemunhas e cooperadores na fecundidade da Santa Mãe Igreja; por tais vidas, são sinal e participação nesse mesmo amor com que Cristo amou a sua Esposa e pelo qual se entregou por ela.(11*) Um exemplo semelhante, mas dado de forma diferente, é o oferecido pelas viúvas e pelos solteiros, que são capazes de dar grandes contribuições para a santidade e o trabalho apostólico na Igreja. Finalmente, aqueles que se dedicam ao trabalho — e frequentemente este é de natureza árdua — devem aprimorar-se pelo seu trabalho humano. Devem auxiliar os seus concidadãos. Devem elevar toda a sociedade, e até mesmo a própria criação, a um modo de existência melhor. De fato, devem imitar, com sua caridade viva, em sua esperança alegre e em sua partilha voluntária dos fardos uns dos outros, o próprio Cristo que manejou as ferramentas de carpinteiro e que, em união com o Pai, trabalha continuamente pela salvação de todos os homens. Nesse trabalho diário, portanto, devem ascender às alturas da santidade e da atividade apostólica.

Que todos aqueles que estão sobrecarregados pela pobreza, enfermidade e doença, bem como aqueles que têm de suportar várias dificuldades ou que sofrem perseguição por amor à justiça, saibam que estão unidos ao Cristo sofredor de modo especial para a salvação do mundo. O Senhor os chamou de bem-aventurados em Seu Evangelho, e são aqueles a quem “o Deus de todas as graças, que nos chamou para a sua glória eterna em Cristo Jesus, depois de termos sofrido por um pouco de tempo, aperfeiçoará, fortalecerá e confirmará”.(226)

Finalmente, todos os fiéis de Cristo, quaisquer que sejam as condições, deveres e circunstâncias de suas vidas — e, de fato, por meio de todas elas —, crescerão diariamente em santidade, se receberem todas as coisas com fé da mão de seu Pai celestial e se cooperarem com a vontade divina. Nesse serviço temporal, manifestarão a todos os homens o amor com que Deus amou o mundo.

42. “Deus é amor, e quem permanece no amor permanece em Deus e Deus nele”.(227) Mas Deus derrama o seu amor em nossos corações pelo Espírito Santo, que nos foi dado;(228) assim, o primeiro e mais necessário dom é o amor, pelo qual amamos a Deus sobre todas as coisas e ao nosso próximo por causa de Deus. De fato, para que o amor, como boa semente, cresça e dê fruto na alma, cada um dos fiéis deve ouvir de bom grado a Palavra de Deus e aceitar a sua Vontade, e deve completar o que Deus começou com as suas próprias ações, com a ajuda da graça de Deus. Essas ações consistem no uso dos sacramentos e, de modo especial, da Eucaristia, na participação frequente na ação sagrada da Liturgia, na aplicação da oração, na abnegação, no serviço fraternal ativo e no exercício constante de todas as virtudes. Pois a caridade, como vínculo de perfeição e plenitude da lei,(229) reina sobre todos os meios de alcançar a santidade e dá vida a esses mesmos meios.(12*) É a caridade que nos guia ao nosso fim último. É o amor a Deus e o amor ao próximo que apontam o verdadeiro discípulo de Cristo.

Visto que Jesus, o Filho de Deus, manifestou a sua caridade dando a sua vida por nós, também ninguém tem maior amor do que aquele que dá a sua vida por Cristo e pelos seus irmãos.(230) Desde os tempos mais remotos, alguns cristãos foram chamados — e alguns serão sempre chamados — a dar o supremo testemunho deste amor a todos os homens, mas especialmente aos perseguidores. A Igreja, portanto, considera o martírio como um dom excepcional e como a prova mais plena de amor. Pelo martírio, o discípulo transforma-se à imagem do seu Mestre, aceitando livremente a morte para a salvação do mundo — bem como a sua conformidade com Cristo no derramamento do seu sangue. Embora poucos tenham essa oportunidade, todos devem estar preparados para confessar Cristo diante dos homens. Devem estar preparados para fazer esta profissão de fé mesmo em meio às perseguições, que nunca faltarão à Igreja, ao seguir o caminho da cruz.

Da mesma forma, a santidade da Igreja é promovida de modo especial pela observância dos conselhos propostos no Evangelho por Nosso Senhor aos seus discípulos.(13*) Entre estes, destaca-se a virgindade ou o celibato.(231) Este é um dom precioso da graça divina, concedido pelo Pai a certas almas,(232) pelo qual elas podem se consagrar a Deus somente com mais facilidade, graças a um coração indiviso.(14*) Esta perfeita continência, por desejo do Reino dos Céus, sempre foi tida em particular honra na Igreja. A razão para isso era e é que a perfeita continência por amor a Deus é um incentivo à caridade e, certamente, uma fonte particular de fecundidade espiritual no mundo.

A Igreja mantém sempre presente a advertência do Apóstolo que impelia os fiéis à caridade, exortando-os a experimentar pessoalmente o que Cristo Jesus conheceu em Si mesmo. Este foi o mesmo Cristo Jesus que «esvaziou-se a si mesmo, assumindo a natureza de servo... tornando-se obediente até à morte»(233) e, por nossa causa, «sendo rico, fez-se pobre»(234). Porque os discípulos devem sempre oferecer uma imitação e um testemunho da caridade e da humildade de Cristo, a Mãe Igreja alegra-se por encontrar em seu seio homens e mulheres que seguem muito de perto o seu Salvador que se humilhou à nossa compreensão. Há alguns que, na sua liberdade como filhos de Deus, renunciam à sua própria vontade e assumem o estado de pobreza. Mais ainda, alguns se submetem por vontade própria a outro homem, no que diz respeito à perfeição por amor a Deus. Isto ultrapassa a medida dos mandamentos, mas é feito para se tornarem mais semelhantes ao Cristo obediente(15*).

Portanto, todos os fiéis de Cristo são convidados a esforçar-se pela santidade e perfeição de seu próprio estado. De fato, eles têm a obrigação de assim se esforçar. Que todos, então, cuidem para que guiem corretamente os sentimentos mais profundos de sua alma. Que nem o uso das coisas deste mundo nem o apego às riquezas, que é contrário ao espírito da pobreza evangélica, os impeçam em sua busca pelo amor

perfeito. Que atentem para a admoestação do Apóstolo àqueles que se deixam levar por este mundo; que não se conformem com este mundo; pois este mundo, como o vemos, está passando.(235)(16*)

CAPÍTULO VI

RELIGIOSO

43. Os conselhos evangélicos de castidade consagrada a Deus, pobreza e obediência baseiam-se nas palavras e nos exemplos do Senhor. Foram ainda ordenados pelos apóstolos e Padres da Igreja, bem como pelos doutores e pastores de almas. Os conselhos são um dom divino, que a Igreja recebeu do seu Senhor e que sempre guarda com o auxílio da Sua graça. A autoridade eclesiástica tem o dever, sob a inspiração do Espírito Santo, de interpretar estes conselhos evangélicos, de regular a sua prática e, finalmente, de construir sobre eles formas estáveis de vida. Assim, aconteceu que, como numa árvore que cresceu no campo do Senhor, várias formas de solidariedade e vida comunitária, bem como várias famílias religiosas, brotaram de modo maravilhoso e múltiplo desta semente divinamente dada. Tal crescimento múltiplo e milagroso aumenta tanto o progresso dos próprios membros dessas diversas famílias religiosas quanto o bem-estar de todo o Corpo de Cristo.(1*) Essas famílias religiosas oferecem aos seus membros o apoio de uma estabilidade mais firme em seu modo de vida e uma doutrina comprovada de aquisição da perfeição. Oferecem ainda aos seus membros o apoio da associação fraterna na milícia de Cristo e da liberdade fortalecida pela obediência. Assim, esses religiosos são capazes de cumprir tranquilamente e observar fielmente sua profissão religiosa e, assim, com alegria espiritual, progredir no caminho da caridade.(2*)

Do ponto de vista da estrutura divina e hierárquica da Igreja, o estado de vida religiosa não é um estado intermediário entre os estados clerical e laico. Mas, antes, os fiéis de Cristo são chamados por Deus a partir de ambos os estados de vida para que possam desfrutar deste dom particular na vida da Igreja e assim, cada um à sua maneira, possa ser de alguma vantagem para a missão salvífica da Igreja.(3*)

44. Os fiéis de Cristo vinculam-se aos três conselhos supracitados por meio de votos ou por outros laços sagrados, que são semelhantes aos votos em seu propósito. Por tal vínculo, a pessoa é totalmente dedicada a Deus, amada acima de todas as coisas. Desta forma, essa pessoa é ordenada para a honra e o serviço de Deus sob um título novo e especial. De fato, pelo Batismo, a pessoa morre para o pecado e é consagrada a Deus. Contudo, para que possa extrair frutos mais abundantes desta graça batismal, pretende, pela profissão dos conselhos evangélicos na Igreja, libertar-se dos obstáculos que possam afastá-la do fervor da caridade e da perfeição do culto divino. Pela profissão dos conselhos evangélicos, então, consagra-se mais intimamente ao serviço divino.(4*) Esta consagração será tanto mais perfeita quanto mais o vínculo indissolúvel da união de Cristo com a sua esposa, a Igreja, for representado por laços firmes e mais estáveis.

Os conselhos evangélicos que conduzem à caridade (5*) unem seus seguidores à Igreja e ao seu mistério de modo especial. Sendo assim, a vida espiritual dessas pessoas deve ser dedicada ao bem-estar de toda a Igreja. Daí surge o seu dever de trabalhar para implantar e fortalecer o Reino de Cristo nas almas e para estender esse Reino a todos os lugares. Esse dever deve ser assumido na medida de suas capacidades e de acordo com o tipo próprio de sua vocação. Isso pode ser realizado por meio da oração ou das obras ativas do apostolado. É por essa razão que a Igreja preserva e promove o caráter especial de seus diversos institutos religiosos.

A profissão dos conselhos evangélicos, portanto, surge como um sinal que pode e deve atrair todos os membros da Igreja para um cumprimento eficaz e imediato dos deveres de sua vocação cristã. O povo de Deus não possui uma cidade permanente aqui na Terra, mas anseia por uma que há de vir. Sendo assim, o estado religioso, cujo propósito é libertar seus membros das preocupações terrenas, manifesta mais plenamente a todos os crentes a presença dos bens celestiais já possuídos aqui na Terra. Além disso, não apenas testemunha o fato de uma vida nova e eterna adquirida pela redenção de Cristo, mas também prenuncia a futura ressurreição e a glória do reino celestial. Cristo propôs aos seus discípulos essa forma de vida, a qual Ele, como Filho de Deus, aceitou ao entrar neste mundo para fazer a vontade do Pai. Esse mesmo estado de vida é exemplificado com precisão e perpetuamente presente na Igreja. O estado religioso manifesta claramente que o Reino de Deus e suas necessidades, de modo muito especial, estão acima de todas as considerações terrenas. Finalmente, demonstra claramente a todos os homens tanto a

incomparável amplitude da força de Cristo Rei quanto o poder infinito do Espírito Santo operando maravilhosamente na Igreja.

Assim, o Estado constituído pela profissão dos conselhos evangélicos, embora não seja a estrutura hierárquica da Igreja, pertence inegavelmente à sua vida e santidade.

45. É dever da hierarquia eclesiástica regular a prática dos conselhos evangélicos por lei, visto que é dever da mesma hierarquia cuidar do Povo de Deus e conduzi-lo aos pastos mais frutíferos.(236) A importância da profissão dos conselhos evangélicos reside no fato de que ela promove o aperfeiçoamento do amor a Deus e do amor ao próximo de maneira notável, e que essa profissão é fortalecida pelos votos. (6*) Além disso, a hierarquia, seguindo docilmente a inspiração do Espírito Santo, aceita as normas apresentadas por homens e mulheres notáveis e as aprova autenticamente após ajustes. Ela também auxilia, por meio de sua autoridade vigilante e protetora, os institutos estabelecidos para a edificação do Corpo de Cristo, a fim de que esses mesmos institutos cresçam e floresçam segundo o espírito dos fundadores.

Qualquer instituto de perfeição e seus membros individuais podem ser retirados da jurisdição dos Ordinários locais pelo Sumo Pontífice e submetidos somente a ele. Isso é feito em virtude de sua primazia sobre toda a Igreja, a fim de prover mais plenamente as necessidades de todo o rebanho do Senhor e em consideração ao bem comum.(7*) Da mesma forma, esses institutos podem ser deixados ou confiados aos cuidados da autoridade patriarcal competente. Os membros desses institutos, ao cumprirem sua obrigação para com a Igreja devido à sua forma particular de vida, devem mostrar reverência e obediência aos bispos, segundo os sagrados cânones. Aos bispos é devido esse respeito por causa de sua autoridade pastoral em suas próprias igrejas e por causa da necessidade de unidade e harmonia no apostolado.(8*)

A Igreja não apenas eleva a profissão religiosa à dignidade de um estado canônico por meio de sua aprovação, mas também manifesta que essa profissão é um estado consagrado a Deus pela sua configuração litúrgica. A própria Igreja, pela autoridade que lhe foi dada por Deus, aceita os votos dos recém-professos. Ela intercede junto a Deus por eles por meio de suas orações públicas. Ela os recomenda a Deus, lhes concede uma bênção espiritual e acompanha sua auto-oferta com o sacrifício eucarístico.

46. Os religiosos devem ter sempre presente em suas mentes o fato de que a Igreja apresenta Cristo a crentes e não crentes de maneira marcante, diariamente, por meio deles. A Igreja retrata Cristo assim em contemplação no monte, em sua proclamação do reino de Deus às multidões, em sua cura dos enfermos e aleijados, em sua obra de conversão dos pecadores para uma vida melhor, em sua solicitude pela juventude e em sua bondade para com todos os homens, sempre obediente à vontade do Pai que o enviou. (9*)

Todos os homens devem atentar para o fato de que a profissão dos conselhos evangélicos, embora implique a renúncia a certos valores inegavelmente estimados, não prejudica o genuíno desenvolvimento da pessoa humana, mas, por sua própria natureza, é extremamente benéfica a esse desenvolvimento. De fato, os conselhos, assumidos voluntariamente segundo a vocação pessoal de cada um, contribuem muito para a purificação do coração e a liberdade espiritual. Eles continuamente despertam o fervor da caridade. Mas, sobretudo, são capazes de moldar mais plenamente o cristão para aquele tipo de vida casta e desapegada que Cristo Senhor escolheu para Si e que Sua Mãe também abraçou. Isso é claramente comprovado pelo exemplo de tantos santos fundadores. Que ninguém pense que os religiosos se tornaram estranhos aos seus semelhantes ou cidadãos inúteis desta cidade terrena por sua consagração. Pois, ainda que por vezes aconteça que os religiosos não se misturem diretamente com seus contemporâneos, em um sentido mais profundo, esses mesmos religiosos estão unidos a eles no coração de Cristo e cooperam espiritualmente com eles. Desta forma, a edificação da cidade terrena poderá ter seu fundamento no Senhor e tender para Ele, para que talvez aqueles que edificam esta cidade não tenham trabalhado em vão. (10*)

Portanto, este Sagrado Sínodo encoraja e louva os homens e mulheres, irmãos e irmãs, que nos mosteiros, nas escolas e hospitais, ou nas missões, adornam a Esposa de Cristo com sua fidelidade inabalável e humilde na consagração escolhida e prestam generosos serviços de toda sorte à humanidade.

47. Que cada um dos fiéis chamados à profissão dos conselhos evangélicos, portanto, se esforce para perseverar e crescer sempre nessa vocação que Deus lhe confiou. Que o faça para a crescente santidade da Igreja, para a maior glória da Trindade una e indivisível, que em e por meio de Cristo é a fonte e o princípio de toda santidade.

CAPÍTULO VII

A NATUREZA ESCATOLÓGICA DA IGREJA PEREGRINA E SUA UNIÃO COM A IGREJA NO CÉU

48. A Igreja, para a qual todos somos chamados em Cristo Jesus, e na qual adquirimos santidade pela graça de Deus, atingirá a sua plena perfeição somente na glória do céu, quando chegar o tempo da restauração de todas as coisas.(237) Nesse tempo, a raça humana, bem como o mundo inteiro, que está intimamente relacionado com o homem e atinge o seu fim por meio dele, será perfeitamente restabelecido em Cristo.(238)

Cristo, tendo sido elevado da terra, atraiu todos a Si.(239) Ressuscitando dos mortos(240), enviou o Seu Espírito vivificante sobre os Seus discípulos e, por meio d'Ele, estabeleceu o Seu Corpo, que é a Igreja, como sacramento universal da salvação. Sentado à direita do Pai, Ele está continuamente ativo no mundo para conduzir os homens à Igreja e, por meio dela, uni-los a Si, e para torná-los participantes da Sua vida gloriosa, alimentando-os com o Seu próprio Corpo e Sangue. Portanto, a restauração prometida que aguardamos já começou em Cristo, é levada adiante na missão do Espírito Santo e, por meio d'Ele, continua na Igreja, na qual aprendemos o sentido da nossa vida terrena pela fé, enquanto realizamos com esperança, no futuro, a obra que nos foi confiada neste mundo pelo Pai, e assim conquistamos a nossa salvação.(241)

Já chegou a era final do mundo (242) e a renovação do mundo está irrevogavelmente decretada e já se antecipa de alguma forma real; pois a Igreja, já nesta terra, está marcada por uma santidade real, embora imperfeita. Contudo, até que haja novos céus e uma nova terra onde habite a justiça (243), a Igreja peregrina, nos seus sacramentos e instituições, que pertencem a este tempo presente, tem a aparência deste mundo que passa e ela própria habita entre criaturas que gemem e sofrem dores de parto até agora e aguardam a revelação dos filhos de Deus (244).

Unidos a Cristo na Igreja e selados com o Espírito Santo, "que é o penhor da nossa herança", (245) verdadeiramente somos chamados e somos filhos de Deus(246), mas ainda não comparecemos com Cristo em glória,(247) na qual seremos semelhantes a Deus, pois o veremos como Ele é.(248) E, portanto, "enquanto estamos no corpo, estamos exilados do Senhor(249) e, tendo as primícias do Espírito, gememos em nosso íntimo(250) e desejamos estar com Cristo".(251) Por essa mesma caridade, porém, somos impelidos a viver mais para Ele, que morreu por nós e ressuscitou.(252) Esforçamo-nos, portanto, por agradar a Deus em todas as coisas(253) e vestimos a armadura de Deus, para que possamos resistir às ciladas do demônio e perseverar no dia mau.(254) Visto, porém, que não sabemos o dia nem a hora, por conselho de Nosso Senhor, devemos estar constantemente vigilantes para que, Tendo terminado o curso de nossa vida terrena,(255) possamos merecer entrar na festa de casamento com Ele e ser contados entre os bem-aventurados(256) e que não sejamos condenados a ir para o fogo eterno(257) como o servo ímpio e preguiçoso,(258) para as trevas exteriores onde "haverá choro e ranger de dentes".(259) Pois, antes de reinarmos com Cristo em glória, todos nós seremos manifestados "diante do tribunal de Cristo, para que cada um receba o que ganhou por meio do corpo, segundo as suas obras, sejam boas ou más"(260) e, no fim do mundo, "os que fizeram o bem ressuscitarão para a vida, e os que fizeram o mal ressuscitarão para o juízo".(261) Considerando, portanto, que "os sofrimentos do tempo presente não podem ser comparados com a glória que há de vir, a qual em nós será revelada", (262) firmes na fé, aguardamos a "bem-aventurada esperança e a gloriosa vinda do nosso grande Deus e Salvador, Jesus Cristo"(263) "que remodelará o corpo da nossa humildade, conformando-o ao corpo da Sua glória(264), e que virá "para ser glorificado nos Seus santos e para ser admirado em todos os que creram"(265).

49. Até que o Senhor venha em Sua majestade, e todos os anjos com Ele (266) e a morte seja destruída, todas as coisas estão sujeitas a Ele,(277) alguns de Seus discípulos são exilados na terra, alguns tendo morrido são purificados, e outros estão na glória contemplando "claramente o próprio Deus trino e uno, como Ele é";(1*) mas todos de várias maneiras e graus estão em comunhão na mesma caridade de Deus e do próximo e todos cantam o mesmo hino de glória ao nosso Deus. Pois todos os que estão em Cristo,

tendo o Seu Espírito, formam uma só Igreja e permanecem unidos n'Ele.(268) Portanto, a união dos peregrinos com os irmãos que adormeceram na paz de Cristo não é em nada enfraquecida ou interrompida, mas, ao contrário, segundo a fé perpétua da Igreja, é fortalecida pela comunicação de bens espirituais.(2*) Pois, pelo fato de os que estão no céu estarem mais intimamente unidos a Cristo, eles estabelecem toda a Igreja com mais firmeza na santidade, conferem nobreza ao culto que a Igreja oferece a Deus aqui na terra e, de muitas maneiras, contribuem para a sua maior edificação.(269)(3*) Pois, depois de terem sido recebidos em sua morada celestial e estarem presentes ao Senhor,(270) por meio d'Ele, com Ele e n'Ele, não cessam de interceder junto ao Pai por nós,(4*) manifestando os méritos que conquistaram na terra por meio do único Mediador entre Deus e os homens,(271) servindo a Deus em todas as coisas e completando em sua carne o que falta ao sofrimento de Cristo por seu Corpo que é a Igreja.(272)(5*) Assim, pelo seu interesse fraterno, nossa fraqueza é grandemente fortalecida.

50. Plenamente consciente desta comunhão de todo o Corpo Místico de Jesus Cristo, a Igreja peregrina, desde os primórdios da religião cristã, cultivou com grande piedade a memória dos mortos(6*) e, "porque é um pensamento santo e salutar rezar pelos mortos para que sejam libertados dos seus pecados"(273), também oferece sufrágios por eles. A Igreja sempre acreditou que os apóstolos e os mártires de Cristo, que deram o supremo testemunho de fé e caridade pelo derramamento do seu sangue, estão intimamente unidos a nós em Cristo, e sempre os venerou com especial devoção, juntamente com a Bem-Aventurada Virgem Maria e os santos anjos(7*). A Igreja implorou piedosamente a ajuda da sua intercessão. A estes juntaram-se, em breve, aqueles que imitaram mais de perto a virgindade e a pobreza de Cristo(8*) e, finalmente, outros a quem a notável prática das virtudes cristãs(9*) e os carismas divinos recomendaram à piedosa devoção e imitação dos fiéis(10*).

Ao observarmos a vida daqueles que seguiram fielmente a Cristo, somos inspirados por uma nova razão para buscar a Cidade vindoura (274) e, ao mesmo tempo, nos é mostrado um caminho muito seguro pelo qual, em meio às vicissitudes deste mundo, em conformidade com o estado de vida e a condição próprios de cada um de nós, poderemos alcançar a perfeita união com Cristo, isto é, a perfeita santidade. (11*) Na vida daqueles que, participando de nossa humanidade, são, contudo, mais perfeitamente transformados à imagem de Cristo, (275) Deus manifesta vividamente a Sua presença e o Seu rosto aos homens. Ele nos fala por meio deles e nos dá um sinal do Seu Reino, (12*) para o qual somos fortemente atraídos, tendo sobre nós tão grande nuvem de testemunhas (276) e tão grande testemunho da verdade do Evangelho.

Não é apenas por exemplo que guardamos a memória dos que estão no céu, mas sobretudo para que a união de toda a Igreja seja fortalecida no Espírito pela prática da caridade fraterna.(277) Pois, assim como a comunhão cristã entre os viajantes nos aproxima de Cristo, também a nossa comunhão com os santos nos une a Cristo, de quem, como de sua Fonte e Cabeça, emana toda a graça e a própria vida do povo de Deus.(13*) É, portanto, supremamente apropriado que amemos esses amigos e coerdeiros de Jesus Cristo, que são também nossos irmãos e benfeiteiros extraordinários, que lhes rendamos a devida gratidão (14*) e que os invoquemos suplicantemente e recorramos às suas orações, ao seu poder e à sua ajuda para obtermos benefícios de Deus por meio de seu Filho, Jesus Cristo, que é nosso Redentor e Salvador.(15*) Pois todo testemunho genuíno de amor que demonstramos aos que estão no céu, por sua própria natureza, tende e termina em Cristo, que é a "coroa de todos". santos,"(16*) e por meio d'Ele, em Deus que é maravilhoso em seus santos e é magnificado neles.(17*)

Nossa união com a Igreja no céu se concretiza de maneira mais nobre, especialmente na sagrada Liturgia, na qual o poder do Espírito Santo age sobre nós por meio de sinais sacramentais. Então, com júbilo conjunto, celebramos juntos o louvor da majestade divina;(18*) então todos aqueles de todas as tribos, línguas, povos e nações (278) que foram redimidos pelo sangue de Cristo e reunidos em uma só Igreja, com um só cântico de louvor, magnificam o Deus único e trino. Celebrando, portanto, o sacrifício eucarístico, estamos intimamente unidos à Igreja no céu, em comunhão e veneração da memória, antes de tudo, da gloriosa sempre Virgem Maria, do Bem-Aventurado José, dos bem-aventurados apóstolos e mártires e de todos os santos.(19*)

51. Este Sagrado Concílio acolhe com grande devoção esta venerável fé dos nossos antepassados acerca desta vital comunhão com os nossos irmãos que estão na glória celestial ou que, tendo falecido, ainda estão sendo purificados; e propõe novamente os decretos do Segundo Concílio de Niceia,(20*) do Concílio de Florença (21*) e do Concílio de Trento.(22*) E, ao mesmo tempo, em conformidade com os nossos próprios interesses pastorais, exortamos todos os envolvidos a, caso tenham surgido abusos,

excessos ou defeitos aqui ou ali, fazerem o que estiver ao seu alcance para os remover ou corrigir, e para restaurar todas as coisas a um louvor mais pleno de Cristo e de Deus. Que ensinem, portanto, aos fiéis que o autêntico culto dos santos não consiste tanto na multiplicação de atos externos, mas antes na maior intensidade do nosso amor, pelo qual, para o nosso maior bem e o de toda a Igreja, procuramos nos santos “exemplo no seu modo de vida, comunhão na sua comunhão e auxílio na sua intercessão”.(23*) Por outro lado, que ensinem aos fiéis que a nossa comunhão com os que estão no céu, desde que seja compreendida à luz mais plena da fé, segundo a sua verdadeira natureza, de modo nenhum enfraquece, mas, pelo contrário, enriquece mais plenamente o culto latente que prestamos a Deus Pai, por Cristo, no Espírito. (24*)

Pois todos nós, que somos filhos de Deus e constituímos uma só família em Cristo,(279) enquanto permanecermos em comunhão uns com os outros na caridade mútua e num só louvor à Santíssima Trindade, correspondemos à íntima vocação da Igreja e participamos, em antecipação, da liturgia da glória consumada.(25*) Pois quando Cristo aparecer e ocorrer a gloriosa ressurreição dos mortos, a glória de Deus iluminará a Cidade celeste e o Cordeiro será a sua lâmpada.(280) Então toda a Igreja dos santos, na suprema felicidade da caridade, adorará a Deus e ao “Cordeiro que foi imolado”,(281) proclamando a uma só voz: “Àquele que está assentado no trono, e ao Cordeiro, louvor, honra, glória e domínio pelos séculos dos séculos”.(282)

CAPÍTULO VIII

A BEM-AVENTURADA VIRGEM MARIA, MÃE DE DEUS NO MISTÉRIO DE CRISTO E DA IGREJA

I. Introdução

52. Desejando, em Sua suprema bondade e sabedoria, efetuar a redenção do mundo, “quando chegou a plenitude dos tempos, Deus enviou Seu Filho, nascido de uma mulher... para que recebêssemos a adoção de filhos”.(283) “Ele, por nós homens e para nossa salvação, desceu dos céus e se encarnou pelo Espírito Santo da Virgem Maria”.(1*) Este divino mistério da salvação nos é revelado e continuado na Igreja, que o Senhor estabeleceu como Seu corpo. Unidos a Cristo, Cabeça, e na unidade da comunhão com todos os Seus santos, os fiéis devem, em primeiro lugar, reverenciar a memória “da gloriosa sempre Virgem Maria, Mãe de nosso Deus e Senhor Jesus Cristo”.(2*)

53. A Virgem Maria, que pela mensagem do anjo acolheu a Palavra de Deus em seu coração e em seu corpo e deu Vida ao mundo, é reconhecida e venerada como sendo verdadeiramente a Mãe de Deus e Mãe do Redentor. Redimida pelos méritos de seu Filho e unida a Ele por um laço íntimo e indissolúvel, ela é dotada do elevado ofício e dignidade de ser a Mãe do Filho de Deus, razão pela qual é também a filha amada do Pai e o templo do Espírito Santo. Por este dom de sublime graça, ela supera em muito todas as criaturas, tanto no céu como na terra. Ao mesmo tempo, porém, por pertencer à descendência de Adão, ela é uma com todos os que hão de ser salvos. Ela é “a mãe dos membros de Cristo [...] tendo cooperado pela caridade para que fiéis nascessem na Igreja, que são membros dessa Cabeça”.(3*) Por isso, ela é saudada como membro preeminente e singular da Igreja, e como seu tipo e excelente exemplo de fé e caridade. A Igreja Católica, guiada pelo Espírito Santo, honra-a com afeto filial e piedade como uma mãe muito amada.

54. Por isso, este Santo Sínodo, ao expor a doutrina sobre a Igreja, na qual o divino Redentor opera a salvação, pretende descrever com diligência tanto o papel da Bem-Aventurada Virgem no mistério do Verbo Encarnado e do Corpo Místico, quanto os deveres da humanidade redimida para com a Mãe de Deus, que é mãe de Cristo e mãe dos homens, particularmente dos fiéis. Não tem, porém, a intenção de apresentar uma doutrina completa sobre Maria, nem deseja decidir as questões que a obra dos teólogos ainda não esclareceu completamente. Podem, portanto, ser mantidas as opiniões que são defendidas nas escolas católicas a respeito dela, que ocupa na Igreja um lugar que é o mais elevado depois de Cristo e, no entanto, muito próximo de nós.(4*)

II. O papel da Virgem Maria na economia da salvação

55. As Sagradas Escrituras, tanto do Antigo como do Novo Testamento, bem como a antiga Tradição, mostram o papel da Mãe do Salvador na economia da salvação com uma luz cada vez mais clara e chamam a atenção para ele. Os livros do Antigo Testamento descrevem a história da salvação, pela qual a

vinda de Cristo ao mundo foi gradualmente preparada. Esses documentos mais antigos, conforme lidos na Igreja e compreendidos à luz de uma revelação mais ampla e completa, trazem a figura da mulher, Mãe do Redentor, para uma luz progressivamente mais clara. Quando vista dessa forma, ela já é profeticamente prefigurada na promessa de vitória sobre a serpente que foi dada aos nossos primeiros pais após a sua queda no pecado.(284) Da mesma forma, ela é a Virgem que conceberá e dará à luz um filho, cujo nome será Emanuel.(285) Ela se destaca entre os pobres e humildes do Senhor, que confiantemente esperam e recebem a salvação d'Ele. Com ela, a exaltada Filha de Sião, e após uma longa expectativa da promessa, os tempos se cumprem e a nova economia se estabelece, quando o Filho de Deus assumiu a natureza humana por meio dela, para que, nos mistérios da sua carne, pudesse libertar o homem do pecado.

56. O Pai das misericórdias quis que a encarnação fosse precedida pela aceitação daquela que foi predestinada a ser a mãe de Seu Filho, para que, assim como uma mulher contribuiu para a morte, também uma mulher contribua para a vida. Isso se aplica de maneira excepcional à mãe de Jesus, que deu ao mundo Aquele que é a própria Vida e que renova todas as coisas, e que foi enriquecida por Deus com os dons que convêm a tal papel. Não é de admirar, portanto, que tenha prevalecido entre os Padres o costume de chamar a mãe de Deus inteiramente santa e livre de toda mancha de pecado, como se tivesse sido moldada pelo Espírito Santo e formada como uma nova criatura.(5*) Adornada desde o primeiro instante de sua concepção com o brilho de uma santidade totalmente única, a Virgem de Nazaré é saudada, por ordem de Deus, por um anjo mensageiro como "cheia de graça"(286), e ao mensageiro celestial ela responde: "Eis aqui a serva do Senhor; faça-se em mim segundo a tua palavra".(287) Assim, Maria, filha de Adão, consentindo com a Palavra divina, tornou-se a mãe de Jesus, o único Mediador. Abraçando a vontade salvífica de Deus com todo o coração e sem nenhum impedimento por pecado, ela se dedicou totalmente como serva do Senhor à pessoa e à obra de seu Filho, sob Ele e com Ele, pela graça do Deus todo-poderoso, servindo ao mistério da redenção. Com razão, portanto, os Santos Padres a veem como usada por Deus não apenas de forma passiva, mas como cooperando livremente na obra da salvação humana por meio da fé e da obediência. Pois, como diz Santo Irineu, ela, "sendo obediente, tornou-se a causa da salvação para si mesma e para toda a raça humana".(6*) Por isso, não poucos dos primeiros Padres afirmam com alegria em suas pregações: "O nó da desobediência de Eva foi desatado pela obediência de Maria; o que a virgem Eva atou por sua incredulidade, a Virgem Maria desatou por sua fé".(7*) Comparando Maria com Eva, eles a chamam de "Mãe dos viventes",(8*) e ainda mais frequentemente dizem: "morte por Eva, vida por Maria".(9*)

57. Esta união da Mãe com o Filho na obra da salvação manifesta-se desde a conceção virginal de Cristo até à sua morte; manifesta-se, em primeiro lugar, quando Maria, levantando-se apressadamente para visitar Isabel, é saudada por ela como bem-aventurada por causa da sua crença na promessa da salvação, e o precursor saltou de alegria no ventre da sua mãe.(288) Esta união manifesta-se também no nascimento de Nosso Senhor, que não diminuiu a integridade virginal da sua mãe, mas a santificou,(10*) quando a Mãe de Deus mostrou com alegria o seu Filho primogénito aos pastores e aos Magos. Quando apresentou ao Senhor no templo, fazendo a oferta dos pobres, ouviu Simeão a predizer, ao mesmo tempo, que o seu Filho seria um sinal de contradição e que uma espada transpassaria a alma da mãe, para que de muitos corações se revelassem os pensamentos.(289) Quando o Menino Jesus se perdeu e o procuraram aflitos, os seus pais encontraram-no no templo, ocupado com os afazeres do seu Pai; e eles não entenderam a palavra de seu Filho. Sua Mãe, na verdade, guardou essas coisas para meditar em seu coração.(290)

58. Na vida pública de Jesus, Maria tem aparições significativas. Isso ocorre desde o início, quando, nas bodas de Caná, movida por compaixão, intercedeu por ela e iniciou os milagres de Jesus, o Messias.(291) Durante a pregação de seu Filho, ela recebeu as palavras pelas quais, ao exaltar um reino que transcende os cálculos e os laços da carne e do sangue, Ele declarou bem-aventurados(292) aqueles que ouviram e guardaram a palavra de Deus, como ela fielmente fazia.(293) Dessa maneira, a Virgem Santíssima prosseguiu em sua peregrinação de fé e perseverou fielmente em sua união com seu Filho até a cruz, onde permaneceu, em conformidade com o plano divino,(294) sofrendo profundamente com seu Filho unigênito, unindo-se com coração materno ao Seu sacrifício e consentindo amorosamente à imolação desta Vítima que ela mesma havia gerado. Finalmente, ela foi dada pelo mesmo Cristo Jesus que morreu na cruz como mãe aos seus discípulos com estas palavras: "Mulher, eis aí o teu filho".(295) (11*)

59. Mas, visto que aprrouve a Deus não manifestar solenemente o mistério da salvação da raça humana antes de derramar o Espírito prometido por Cristo, vemos os apóstolos, antes do dia de Pentecostes, “perseverando unânimes em oração com as mulheres, e Maria, a Mãe de Jesus, e com os seus irmãos”(296), e Maria, com as suas orações, implorando o dom do Espírito, que já a havia envolvido na Anunciação. Finalmente, a Virgem Imaculada, preservada livre de toda a culpa do pecado original,(12*) ao término da sua jornada terrena, foi elevada em corpo e alma à glória celeste,(13*) e exaltada pelo Senhor como Rainha do universo, para que pudesse ser mais plenamente conformada ao seu Filho, o Senhor dos senhores(297) e o vencedor do pecado e da morte.(14*)

III. Sobre a Santíssima Virgem e a Igreja

60. Há apenas um Mediador, como sabemos pelas palavras do apóstolo: “pois há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, o homem Cristo Jesus, que se deu a si mesmo como redenção por todos”.(298) O dever materno de Maria para com os homens não obscurece nem diminui em nada esta mediação única de Cristo, mas antes demonstra o seu poder. Pois toda a influência salvífica da Bem-Aventurada Virgem sobre os homens não provém de alguma necessidade interior, mas da vontade divina. Ela brota da superabundância dos méritos de Cristo, repousa na sua mediação, depende inteiramente dela e dela extrai todo o seu poder. De modo algum impede, mas antes promove a união imediata dos fiéis com Cristo.

61. Predestinada desde a eternidade por aquele decreto da divina providência que determinou a encarnação do Verbo para ser a Mãe de Deus, a Bem-Aventurada Virgem foi nesta terra a Virgem Mãe do Redentor e, acima de todas as outras e de modo singular, a generosa associada e humilde serva do Senhor. Ela concebeu, deu à luz e amamentou Cristo. Apresentou-O ao Pai no templo e uniu-se a Ele pela compaixão enquanto Ele morria na Cruz. Desta maneira singular, cooperou com sua obediência, fé, esperança e ardente caridade na obra do Salvador, devolvendo a vida sobrenatural às almas. Por isso, ela é nossa mãe na ordem da graça.

62. Esta maternidade de Maria, na ordem da graça, começou com o consentimento que ela deu com fé na Anunciação e que sustentou sem vacilar aos pés da cruz, e dura até a plenitude eterna de todos os eleitos. Assunta ao céu, ela não abandonou este dever salvífico, mas, por sua constante intercessão, continuou a nos trazer os dons da salvação eterna.(15*) Por sua caridade materna, ela cuida dos irmãos de seu Filho, que ainda caminham na terra cercados de perigos e cultos, até que sejam conduzidos à felicidade de sua verdadeira morada. Por isso, a Bem-Aventurada Virgem é invocada pela Igreja sob os títulos de Advogada, Auxiliadora, Adjudora e Medianeira.(16*) Isso, porém, deve ser entendido de modo que não diminua nem acrescente nada à dignidade e eficácia de Cristo, o único Mediador.(17*)

Pois nenhuma criatura jamais poderia ser considerada igual ao Verbo Encarnado e Redentor. Assim como o sacerdócio de Cristo é compartilhado de diversas maneiras tanto pelos ministros quanto pelos fiéis, e assim como a única bondade de Deus é comunicada de diferentes formas às Suas criaturas, também a mediação única do Redentor não exclui, mas antes dá origem a uma cooperação multifacetada que nada mais é do que uma participação nessa única fonte.

A Igreja não hesita em professar este papel de submissão de Maria. Ela o conhece por experiência infalível e o recomenda aos corações dos fiéis, para que, encorajados por esta ajuda materna, possam aderir mais intimamente ao Mediador e Redentor.

63. Em virtude do dom e do papel da maternidade divina, pela qual ela se une ao seu Filho, o Redentor, e às Suas graças e funções singulares, a Bem-Aventurada Virgem também se une intimamente à Igreja. Como ensinou Santo Ambrósio, a Mãe de Deus é um tipo da Igreja na ordem da fé, da caridade e da perfeita união com Cristo.(18*) Pois no mistério da Igreja, que é justamente chamada de mãe e virgem, a Bem-Aventurada Virgem destaca-se de maneira eminente e singular como exemplo tanto de virgem quanto de mãe.(19*) Pela sua crença e obediência, desconhecendo o homem, mas sob a sombra do Espírito Santo, como a nova Eva, ela deu à luz na terra o próprio Filho do Pai, demonstrando uma fé imaculada, não na palavra da antiga serpente, mas na do mensageiro de Deus. O Filho que ela deu à luz é aquele a quem Deus colocou como primogênito entre muitos irmãos,(299) a saber, os fiéis, em cujo nascimento e educação ela coopera com amor materno.

64. A Igreja, de fato, contemplando sua santidade oculta, imitando sua caridade e cumprindo fielmente a vontade do Pai, ao receber com fé a palavra de Deus, torna-se ela mesma mãe. Pela sua pregação, ela dá à luz, para uma vida nova e imortal, os filhos que lhe nascem no batismo, concebidos pelo Espírito Santo e nascidos de Deus. Ela mesma é virgem, que conserva a fé que lhe foi dada por seu Esposo, íntegra e completa. Imitando a mãe de seu Senhor, e pelo poder do Espírito Santo, ela conserva com pureza virginal uma fé inteira, uma firme esperança e uma sincera caridade.(20*)

65. Mas, embora na Santíssima Virgem a Igreja já tenha alcançado aquela perfeição pela qual está sem mácula nem ruga, os seguidores de Cristo ainda se esforçam para crescer em santidade, vencendo o pecado.(300) E assim voltam os seus olhos para Maria, que resplandece para toda a comunidade dos eleitos como modelo de virtudes. Meditando piedosamente sobre ela e contemplando-a à luz do Verbo feito homem, a Igreja, com reverência, entra mais intimamente no grande mistério da Encarnação e torna-se cada vez mais semelhante ao seu Esposo. Pois Maria, que desde a sua entrada na história da salvação une em si mesma e ecoa os maiores ensinamentos da fé, à medida que é proclamada e venerada, chama os fiéis ao seu Filho e ao seu sacrifício e ao amor do Pai. Buscando a glória de Cristo, a Igreja torna-se mais semelhante ao seu Tipo exaltado e progride continuamente na fé, na esperança e na caridade, procurando e fazendo a vontade de Deus em todas as coisas. Por isso, a Igreja, também em sua obra apostólica, olha justamente para aquela que, concebida pelo Espírito Santo, deu à luz Cristo, que nasceu da Virgem para que, por meio da Igreja, Ele pudesse nascer e crescer também nos corações dos fiéis. A Virgem, em sua própria vida, viveu um exemplo desse amor materno, pelo qual convém que sejam animados todos os que cooperam na missão apostólica da Igreja para a regeneração dos homens.

IV. O Culto da Bem-Aventurada Virgem Maria na Igreja

66. Colocada pela graça de Deus, como Mãe de Deus, ao lado de seu Filho, e exaltada acima de todos os anjos e homens, Maria interveio nos mistérios de Cristo e é justamente honrada por um culto especial na Igreja. Claramente, desde os tempos mais remotos, a Bem-Aventurada Virgem é honrada sob o título de Mãe de Deus, sob cuja proteção os fiéis se refugiaram em todos os seus perigos e necessidades.(21*) Por isso, após o Sínodo de Éfeso, o culto do povo de Deus a Maria aumentou maravilhosamente em veneração e amor, em invocação e imitação, segundo as suas próprias palavras proféticas: «Todas as gerações me chamarão bem-aventurada, porque o Poderoso me fez grandes coisas».(301) Este culto, tal como sempre existiu, embora seja singular, difere essencialmente do culto de adoração que se oferece ao Verbo Encarnado, bem como ao Pai e ao Espírito Santo, e é-lhe muito mais favorável. As diversas formas de piedade para com a Mãe de Deus, que a Igreja, dentro dos limites da doutrina sã e ortodoxa, de acordo com as condições de tempo e lugar, e a natureza e engenhosidade dos fiéis, aprovou, fazem com que, enquanto a Mãe é honrada, o Filho, por quem todas as coisas têm o seu ser (302) e em quem aprovou ao Pai que habitasse toda a plenitude (303), seja devidamente conhecido, amado e glorificado e que todos os Seus mandamentos sejam observados.

67. Este Santíssimo Sínodo ensina deliberadamente esta doutrina católica e, ao mesmo tempo, admoesta todos os filhos da Igreja a que o culto, especialmente o culto litúrgico, da Bem-Aventurada Virgem seja generosamente fomentado, e que as práticas e exercícios de piedade, recomendados pelo magistério da Igreja em relação a ela ao longo dos séculos, sejam levados em grande importância, e que os decretos que foram dados nos primeiros tempos a respeito do culto das imagens de Cristo, da Bem-Aventurada Virgem e dos santos sejam religiosamente observados.(22*) Mas exorta os teólogos e pregadores da palavra divina a se absterem zelosamente tanto de grandes exageros quanto de mesquinha estreiteza de espírito ao considerarem a singular dignidade da Mãe de Deus.(23*) Seguindo o estudo da Sagrada Escritura, dos Santos Padres, dos doutores e da liturgia da Igreja, e sob a orientação do magistério da Igreja, que ilustrem corretamente os deveres e privilégios da Bem-Aventurada Virgem, que sempre olham para Cristo, fonte de toda verdade, santidade e piedade. Que se afastem assiduamente de tudo o que, por palavras ou ações, possa levar os irmãos separados ou qualquer outra pessoa ao erro quanto à verdadeira doutrina da Igreja. Que os fiéis se lembrem, além disso, de que a verdadeira devoção não consiste em afeição estéril ou passageira, nem em vã credulidade, mas procede da verdadeira fé, pela qual somos levados a conhecer a excelência da Mãe de Deus e movidos ao amor filial por nossa Mãe e à imitação de suas virtudes.

V. Maria, sinal de esperança criada e consolo para o povo errante de Deus.

68. Enquanto isso, assim como a Mãe de Jesus, glorificada em corpo e alma no céu, é a imagem e o princípio da Igreja que há de ser aperfeiçoada no mundo vindouro, também ela resplandece na terra, até que chegue o dia do Senhor,(304) como sinal de esperança segura e consolo para o povo de Deus durante sua peregrinação na terra.

69. É com grande alegria e consolo que este santo e geral Sínodo constata que, mesmo entre os irmãos separados, há alguns que prestam a devida honra à Mãe de Nosso Senhor e Salvador, especialmente entre os orientais, que com mente devota e fervoroso ímpeto honram a Mãe de Deus, sempre virgem.(24*) Todo o corpo dos fiéis dirige súplicas incessantes à Mãe de Deus e Mãe dos homens para que ela, que auxiliou os primórdios da Igreja com suas orações, possa agora, exaltada como está acima de todos os anjos e santos, interceder junto a seu Filho na comunhão de todos os santos, até que todas as famílias, quer sejam honradas com o título de cristãs, quer ainda não conheçam o Salvador, possam ser felizmente reunidas em paz e harmonia num só povo de Deus, para a glória da Santíssima e Indivisível Trindade.

Todos e cada um destes pontos que constam desta Constituição dogmática foram aprovados pelos Padres Conciliares. E Nós, pelo poder apostólico que nos foi dado por Cristo, juntamente com os Veneráveis Padres no Espírito Santo, aprovamos, decretamos e estabelecemos, e ordenamos que o que foi decidido no Concílio seja promulgado para a glória de Deus.

Proferida em Roma, na Basílica de São Pedro, em 21 de novembro de 1964.

**APÊNDICE
Dos Atos do Conselho***
**'NOTIFICAÇÕES' FEITAS PELO SECRETÁRIO-GERAL
DO CONSELHO NA 123ª CONGREGAÇÃO GERAL,
16 DE NOVEMBRO DE 1964**

Surgiu uma questão relativa à nota teológica precisa que deve ser anexada à doutrina exposta no Schema de Ecclesia, e esta questão está sendo colocada em votação.

A Comissão Teológica deu a seguinte resposta em relação às Modi que dizem respeito ao Capítulo III do Esquema De Ecclesia: "Como é evidente, o texto do Concílio deve sempre ser interpretado de acordo com as regras gerais que são conhecidas por todos."

Nesta ocasião, a Comissão Teológica faz referência à sua Declaração de 6 de março de 1964, cujo texto transcrevemos aqui:

"Considerando o costume conciliar e também a finalidade pastoral do presente Concílio, o Sagrado Concílio define como vinculantes para a Igreja apenas as coisas em matéria de fé e moral que declarar abertamente como tal. O restante das coisas que o Sagrado Concílio estabelece, por serem ensinamento do supremo magistério da Igreja, deve ser aceito e acolhido por todos os fiéis de Cristo, segundo o espírito do Sagrado Concílio. O espírito do Concílio se revela tanto pela matéria tratada quanto pela sua maneira de se expressar, de acordo com as normas de interpretação teológica."

O texto a seguir foi publicado como um apêndice à versão oficial em latim da Constituição sobre a Igreja.

Uma nota explicativa preliminar está sendo fornecida aos Padres Conciliares por uma autoridade superior, a respeito da influência dos Modi no Capítulo III do Schema de Ecclesia; a doutrina exposta no Capítulo III deve ser explicada e compreendida de acordo com o significado e a intenção desta nota explicativa.

Nota explicativa preliminar

A Comissão decidiu introduzir a avaliação de Modi com as seguintes observações gerais.

1. "Colégio" não é entendido em um sentido estritamente jurídico, isto é, como um grupo de iguais que confiam seu poder ao seu presidente, mas como um grupo estável cuja estrutura e autoridade devem ser

aprendidas da Revelação. Por esta razão, em resposta ao Modus 12, diz-se expressamente dos Doze que o Senhor os estabeleceu "como um colégio ou grupo estável". Cf. também Modus 53, c.

Pelo mesmo motivo, as palavras "Ordo" ou "Corpus" são usadas em todo o texto em referência ao Colégio dos bispos. O paralelo entre Pedro e os demais Apóstolos, por um lado, e entre o Sumo Pontífice e os bispos, por outro, não implica a transmissão do poder extraordinário dos Apóstolos aos seus sucessores; nem implica, como é óbvio, igualdade entre o chefe do Colégio e seus membros, mas apenas uma proporcionalidade entre a primeira relação (Pedro-Apóstolos) e a segunda (Papa-bispos). Assim, a Comissão decidiu escrever "pari ratione", e não "eadem ratione", no n.º 22. Cf. Modus 57.

2. Uma pessoa torna-se membro do Colégio em virtude da consagração episcopal e da comunhão hierárquica com o chefe do Colégio e com os seus membros. Cf. n. 22, final de 11.

Na sua consagração, a pessoa recebe uma participação ontológica nas funções sagradas [munera]; isto é absolutamente claro na Tradição, incluindo a tradição litúrgica. A palavra "funções [munera]" é usada deliberadamente em vez da palavra "poderes [potestates]", porque esta última poderia ser entendida como um poder plenamente pronto para agir. Mas para que este poder esteja plenamente pronto para agir, deve haver uma determinação canônica ou jurídica adicional por meio da autoridade hierárquica. Esta determinação de poder pode consistir na concessão de um ofício específico ou na atribuição de súditos, e é feita de acordo com as normas aprovadas pela suprema autoridade. Uma norma adicional deste tipo é exigida pela própria natureza do caso, porque envolve funções [munera] que devem ser exercidas por muitos súditos cooperando de forma hierárquica, de acordo com a vontade de Cristo. É evidente que esta "comunhão" era aplicada na vida da Igreja de acordo com as circunstâncias da época, antes de ser codificada como lei.

Por esta razão, afirma-se claramente que é necessária a comunhão hierárquica com a cabeça e os membros da Igreja. A comunhão é uma noção muito venerada na Igreja antiga (e também hoje, especialmente no Oriente). Contudo, não é entendida como uma vaga disposição, mas como uma realidade orgânica que requer uma forma jurídica e é animada pela caridade. Daí a Comissão, quase unanimemente, ter utilizado a seguinte expressão: "em comunhão hierárquica". Cf. Modus 40 e as declarações sobre a missão canônica (n. 24).

Os documentos dos Pontífices recentes referentes à jurisdição dos bispos devem ser interpretados em função dessa necessária determinação de poderes.

3. Diz-se que o Colégio, que não existe sem o seu chefe, "existe também como sujeito de poder supremo e pleno na Igreja universal". Isto deve ser admitido necessariamente para que a plenitude do poder pertencente ao Romano Pontífice não seja posta em causa. Pois o Colégio, sempre e necessariamente, inclui o seu chefe, porque no Colégio ele conserva sem entraves a sua função de Vigário de Cristo e de Pastor da Igreja universal. Por outras palavras, não se trata de uma distinção entre o Romano Pontífice e os bispos em conjunto, mas sim de uma distinção entre o Romano Pontífice em separado e o Romano Pontífice em conjunto com os bispos. Uma vez que o Sumo Pontífice é o chefe do Colégio, só ele pode realizar certas ações que não são de todo da competência dos bispos, por exemplo, convocar e dirigir o Colégio, aprovar normas de conduta, etc. Cf. Modus 81. Cabe ao juízo do Sumo Pontífice, a quem foi confiado todo o rebanho de Cristo, determinar, de acordo com as necessidades da Igreja, conforme estas se transformam ao longo dos séculos, a melhor forma de exercer esse cuidado — seja de maneira pessoal ou colegiada. O Romano Pontífice, levando em conta o bem-estar da Igreja, procede segundo seu próprio critério ao organizar, promover e aprovar o exercício da atividade colegiada.

4. Como Supremo Pastor da Igreja, o Sumo Pontífice pode sempre exercer o seu poder à vontade, como exige o próprio ofício. Embora exista sempre, o Colégio não se dedica, por isso, permanentemente a uma atividade estritamente colegial; a Tradição da Igreja deixa isso claro. Por outras palavras, o Colégio não está sempre "plenamente ativo [in actu pleno]"; antes, atua como colégio em sentido estrito apenas ocasionalmente e apenas com o consentimento do seu chefe. A expressão "com o consentimento do seu chefe" é usada para evitar a ideia de dependência de algum tipo de agente externo; o termo "consentimento" sugere, antes, comunhão entre o chefe e os membros, e implica a necessidade de um ato que pertence propriamente à competência do chefe. Isto é explicitamente afirmado no n. 22, 12, e explicado no final dessa secção. A palavra "apenas" abrange todos os casos. Daí depreende-se que as normas aprovadas pela suprema autoridade devem ser sempre observadas. Cf. Modus 84.

Fica claro em todo o texto que se trata de uma questão de os bispos agirem em conjunto com o seu chefe, nunca de agirem independentemente do Papa. Neste último caso, sem a ação do chefe, os bispos não podem agir como um Colégio: isto fica evidente pelo próprio conceito de "Colégio". Esta comunhão hierárquica de todos os bispos com o Sumo Pontífice está certamente firmemente estabelecida na Tradição.

Nota: Sem comunhão hierárquica, a função ontológico-sacramental [munus], que se distingue do aspecto jurídico-canônico, não pode ser exercida. No entanto, a Comissão decidiu não abordar a questão da liceuidade e da validade. Essas questões ficam a cargo dos teólogos, especificamente a questão do poder exercido de facto entre as Igrejas Orientais separadas, sobre a qual existem diversas explicações.

+ PERICLE FELICI

Arcebispo Titular de Samosata

Secretário-Geral do Concílio Ecumênico Vaticano II

NOTAS

1 Cf. Mc 16:15.

2 Col. 1:15.

3 Rom. 8:29.

4 Cf. Ef. 1:4-5 e 10.

5 Cf. Jo 19:34.

6 João 12:32.

7 1 Coríntios 5:7.

8 Cf. 1 Coríntios 10:17.

9 Cf. Jo 17:4.

10 Cf. Ef. 1:18.

11 Cf Jo 4:14; 7:38-39.

12 Cf. Rom. 8:10-11.

13 Cf. Cor. 3:16; 6:19.

14 Cf. Gál. 4:6; Rm. 8:15-16 e 26.

15 Cf. Jo 16:13.

16 Cf. Ef 1:11-12; 1 Cor 12:4 Gál 5:22.

17. Apocalipse 22:17

18. Mc 1:15; cf. Mt 4:17.

19. Mc 4:14.

20 Lc 12:32.

21 Cf. Mc 4:26-29.

22 Lc 11:20; cf. Mt 12:28.

23 Mk. 10:45.

24 Cf. Atos 2:36; Hebreus 5:6; 7:17-21.

25 Cf. Atos 2:33.

26 João 10:1-10.

27 Cf. Is. 40:11; Ex. 34:11ss.

28 Cf Jo 10:11; 1 Pd 5:4.

29 Cf. Jo 10:11-15.

30 1 Coríntios 3:9.

31 1 Rom. 11:13-26.

32 Mt 21:33-43; cf. Is 5:1 ss.

33 João 15:1-5.

34 1 Cor. 3:9.

35 Mt 21:42; cf. At 4:11; 1 Pd 2:7; Sl 117:22.

36 Cf. 1 Cor. 3:11.

37 1 Timóteo 3:15.

38 Ef. 2:19-22.

39 Apocalipse 21:3.

40 1 Pt. 2:5.

41 Apocalipse 21:16.

42 Gál. 4:26; cf. Apoc. 12:17.

43 Apocalipse 19:7; 21:2 e 9; 22:17

44 Ef. 5:26.

45 Ef 5:29.

46 Cf. Ef 5:24.

47 Cf. Ef. 3:19.

48 Cf. 2 Cor. 5:6.

49 Cf. Col. 3:1-4.

50 Cf. Gal. 6:15; 2 Cor. 5:17.

51 1 Cor. 12:13.

52 Rom. 6:15.

53 1 Cor. 10:17.

54 Cf. 1 Cor 12:27.

55 Rom. 12:5.

56 Cf. 1 Cor. 12:12.

57 Cf. 1 Cor. 12:1-11.

58 Cf. 1 Cor. 14.

59 Cf. 1 Coríntios 12:26.

60 Cf. Col. 1:15-18.

61 Cf. Ef 1:18-23.

62 Cf. Gál. 4:19.

63 Cf. Filipenses 3:21; 2 Timóteo 2:11; Efésios 2:6; Colossenses 2:12 etc.

64 Cf. Rom. 8:17.

65 Col. 2:19.

66 Cf. Ef. 4:11-16.

67 Cf. Ef. 4:23.

68 Cf. Ef 5:25-28.

69 Ibid. 23-24.

70 Col. 2:9.

71 Cf. Ef 1:22-23.

72 Cf. Ef. 3:19.

73 Cf. Ef. 4:16.

74 João 21:17.

75 Cf. Mt 28:18, f.

76 1 Timóteo 3:15.

77 Filipenses 2:6.

78 2 Cor. 8:9.

79 Lc 4:18.

80 Lc 19:10.

81 Hebreus 7:26.

82 2 Cor. 5:21.

83 Cf. Heb. 2:17.

84 Cf. 1 Cor. 11:26.

85 Cf. Atos 10:35.

86 Jer. 31:31-34.

87 Cf. 1 Cor. 11:25.

88 Cf. 1 Pt. 1:23.

89 Cf. Jo 3:5-6.

90 1 Pt. 2:9-10.

91 Rom. 4:25.

92 Cf. Jo 13:34.

93 Cf. Col. 3:4.

94 Rom. 8:21.

95 Cf. Mt 5:13-16.

96 Neh. 13:1; cf. Deut. 23:1 ss; Num. 20:4.

97 Cf. Heb. 13:14.

98 Cf. Mt 16:18.

99 Cf. Atos 20:28.

100 Cf. Heb. 5:1-5.

101 Cf. Ap 6:1; cf. 5:9-10

102 Cf. 1 Pt. 2:4-10.

103 Cf. Atos 2:42-47.

104 Cf. Rom. 12:1.

105 Cf. 1 Pt. 3:15

107 Cf. Rom. 8:17; Col. 1:24; 2 Tim. 2:11-12; 1 Pe. 4:13.

108 Cf. Ef 5:32.

109 Cf. 1 Cor. 7, 7.

110 Cf. Heb. 13:15.

111 Cf. Jo 2:20, 27

112 Cf. 1 TessalonICENSES 2:13.

113 Cf. Jud. 3

114 1 Cor. 12:11.

115 Cf. 1 TessalonICENSES 5:12, 19-21.

116 Cf. Jo 11:52.

117 Cf. Heb. 1:2.

119 Cf. Atos 2:42.

120 Cf. Jo 18:36

121 Cf. Salmo 2:8.

122 Cf. Salmo 71 (72):10; Isaías 60:4-7; Apocalipse 21:24.

123 1 Pedro 4:10.

124 Cf. Mc 16:16; Jo 3.5.

125 Cf. Rom. 9:4-5

126 Cf. Rom. 11:28-29.

127 Cf. Atos 17:25-28.

128 Cf. 1 Tim. 2:4.

129 Cf Rom. 1:21, 25.

130 Mk. 16:16.

131 Cf. Jo 20:21.

132 Mt 28:19-20.

133 Cf. Atos 1:8.

134 I Coríntios 9:16.

135 Mal. 1:11

136 João 20:21.

137 Mc 3:13-19; Mt 10:1-42.

138 Cf Lc 6:13.

139 Cf. Jo 21:15-17.

140 Rom. 1:16.

141 Cfr. Mateus 28:16-20; Mc. 16:15; Lc. 24:45-48; Jo. 20:21-23.

142 Cf. Mt 28:20.

143 Cf. Atos 2:1-26.

144 Atos 1.8.

145 Cf. Mc. 16:20.

146 Cf. Ap 21:14; Mt 16:18; Ef 2:20.

147 Cf. Mt 28:20.

148 Cf. Atos 20:28.

149 Cf. Lc 10:16.

150 Cf. 1 Cor. 4:15.

151 Cf. 1 Cor. 4:1.

152 Cf. Rom. 15:16; Atos 20:24.

153 Cf. 2 Cor. 3:8-9.

154 Cf. Atos 1:8, 2:4, João 20:22-23.

155 Cf 1 Tim. 4:14; 2 Tim. 1:6-7.

156 Cf. Mt. 16:18-19.

157 Cf. Jo 21:15 ss.

158 Mt 16:19.

159 Mt. 18:18, 28:16-20.

160 Cf. Mt 5:10.

161 Cf. Mt 28:18; Mc 16:15-16; At 26:17 ss.

162 Cf. Atos 1:8- 2:1 ss, 9:15.

163 Cf. Atos 1:17, 25; 21:19; Rm 11:13; 1 Tm 1:12.

164 Cf. Mt 13:52.

165 Cf. 2 Tim. 4:1-4.

166 Cf. Lc 22:32.

167 Cf. 1 Tessalonicenses 1:5.

168 Cf. Rom. 1:16.

169 Cf. Lc 22:26-27.

170 Cf. Mt 20:28; Mc 10:45.

171 Cf. Jo 10:11.

172 Cf. Heb. 5:1-2.

173 Cf. Heb. 13:17.

174 Cf. Rom. 1:14-15.

175 Cf. 1 Cor. 4:15.

176 João 10:36.

177 Heb. 5:1-10, 7:24, 9:11-28.

178 1 Tim. 2:5.

179 Cf. 1 Cor. 11:26.

180 Cf. Heb. 9:11-28.

181 Hebreus 5:1-4.

182 João 4:24.

183 Cf. 1 Tim. 5:17.

184 Cf. Ef. 4:12.

185 Cf. Jo 15:15.

186 Cf. 1 Cor. 4:15; 1 Pt. 1:23.

187 1 Pt. 5:3.

188 Cf. 1 Cor. 1:2; 2 Cor. 1:1.

189 Cf Lc 15:4-7.

190 Ef. 4:15-16.

191 1 Rom. 12:4-5

192 Cf. Ef. 4:5.

193 Gál. 3:28; cf. Col. 3.11.

194 Cf. 2 Pt. 1:1.

195 1 Cor. 12:11.

196 Cf. Mt 20:28.

197 Ef. 4:7.

198 Cf. Fil. 4:3; Rom. 16:3ss.

199 Pt. 2:5.

200 Cf. Atos 2:17-18; Apocalipse 19:10.

201 Cf. Ef. 5:16; Col. 4:5.

202 Cf. Rom. 8:25.

203 Ef 6:12

204 Cf. Apocalipse 21:1.

205 Cf. Hebreus 11:1

206 Cf. Filipenses 2:8-9.

207 Cf. 1 Coríntios 15:27

208 Cf. Rom. 6:12.

209 Cf Rom. 8:21.

210 1 Cor. 3:23.

211 Cf. Heb. 13:17.

212 Cf. Gál. 5:12.

213 Cf Mt 5:3-9.

214 Cf. Ef. 5:25-26.

215 1 Tess. 4:3; cf. Ef. 1:4.

216 Mt. 5:48.

217 Cf. Mk. 12:30.

218 Cf. Jo 13:34; 15:12.

219 Ef. 5:3.

220 Col. 3:12.

221 Cf. Gál. 5:22; Rm. 6:22.

222 Cf. Tg 3:2.

223 1 Mt 6:12.

224 Cf. 1 Pt. 5:3.

225 Cf. 1 Timóteo 3:8-10 e 12-1

226 1 Pt. 5:10.

227 1 João 4:16.

228 Cf. Rom. 5:5.

229 Cfr. Cl 3:14; ROM. 13:10.

230 Cf. 1 Jo 3:16; Jo 15:13.

231 Cf. 1 Coríntios 7:32-34.

232 Cf Mt 19:11; 1 Cor 7:7.

233 Filipenses 2:7-8.

234 2 Cor. 8:9.

235 Cf 1 Cor. 7:31ss.

236 Ezequiel 34:14.

237 Atos 3:21.

238 Cf. Ef. 1:10; Cl. 1:20; 2 Pd. 3:10-13.

239 Cf. Jo 12:32.

240 Cf. Rom. 6:9.

241 Cf. Filipenses 2:12.

242 Cf 1 Cor. 10:11.

243 Cf. 2. Pt. 3:13.

244 Cf. Rom. 8:19-22.

245 Ef. 1:14.

246 Cf. 1 Jo 3:1.

247 Cf. Col. 3:4

248 Cf. 1 Jo 3:2

249 2 Cor. 5:6.

250 Cf. Rom. 8:23.

251 Cf. Filipenses 1:23.

252 Cf. 2 Cor 5:15.

253 Cf. 2 Cor. 5:9.

254 Cf. Ef 6:11-13.

255 Cf. Heb 9:27.

256 Cf. Mt 25:31-46.

257 Cf. Mt 25:41.

258 Cf. Mt 25:26.

259 Mt. 22:13 e 25:30.

260 2 Cor. 5:10.

261 Jo 5:29; Cf. Mt 25:46.

262 Rom. 8:18; cf. 2 Tim. 2.11-12.

263 Tito 2:13.

264 Filipenses 3:21.

265 2 Tessalonicenses 1:10.

266 Cf. Mt 25:31.

267 Cf. 1 Cor. 15:26-27.

268 Cf. Ef. 4:16.

269 Cf. 1 Cor. 12:12-27.

270 Cf. 2 Cor. 5.8.

271 Cf. 1 Tim. 2.5.

272 Cf. Col. 1:24.

273 2 Mac. 12:46.

274 Cf. Heb. 13:14; 11:10.

275 Cf. 2 Cor. 3:18.

276 Cf. Heb. 12:1.

277 Cf. Ef. 4:1-6.

278 Cf. Apocalipse 5:9.

279 Cf. Heb. 3:6.

280 Cf. Apocalipse 21:24.

281 Apocalipse 5:12.

282 Apocalipse 5:13-14.

283 galões 4:4-5.

284 Cf. Gên. 3:15.

285 Cf. Is 7:14; cf. Mich. 5:2-3; Mt. 1:22-23.

286 Cf. Lc 1:28.

287 Lc 1:38.

288 Cf. Lc 1:41-45.

289 Cf. Lc 2:34-35

290 Cf. Lc 2:41-51.

291 Cf. Jo 2:1-11.

292 Cfr. Mc. 3:35; Lc. 11:27-28.

293 Cf. Lc 2:19, 51.

294 Cf. Jo 19:25.

295 Cf. Jo 19:26-27.

296 Atos 1:14.

297 Cf. Apocalipse 19:16

298 1 Timóteo 2:5-6.

299 Rom. 8:29.

300 Cf. Ef 5:27.

301 Lc 1:48.

302 Cf. Col. 1:15-16.

303 Col 1:19.

304 Cf. 2 Pt. 3:10.

NOTAS COMPLEMENTARES (*)

Capítulo I

- (1) Cfr. S. Cipriano, Epist. 64, 4: PL 3, 1017. CSEL (Hartcl), III B p. 720. S. Hilário Pict., In Mt 23, 6: PL 9, 1047. S. Agostinho, *passim*. S. Cyrillus Alex., Glaph em Gen. 2, 10: PG 69, 110 A.
- (2) Cfr. S. Gregorius M., Hom em Evang. 19, 1: PL 76, 1154 B. S Augustinus, Serm. 341, 9, 11: PL 39, 1499 págs. S. Io. Damasceno, Adv. Iconocl. 11: PG 96, 1357.
- (3) Cfr. S. Irineu, adv. Haer, 111 24, 1: PG 7, 966 B; Harvey 2, 13i, ed. Sagnard, Fontes Chr., p 398.
- (4) S. Cipriano, De Orat Dom. 23: PL 4, 5S3, Hartel, III A, p. 28S. S. Agostinho, Serm. 71, 20, 33: PL 38, 463 p. S. Io. Damasceno, Adv. Iconocl. 12: PG 96, 1358 D.
- (5) Cfr. Orígenes, em Mat. 16, 21: PG 13, 1443 C, Tertuliano Adv. Marcos. 3, 7: PL 2, 357 C, CSEL 47, 3 págs. 386. Pro documentis liturgicis, cfr. Sacramentarium Gregorianum: PL 78, 160 B. Vel C. Mohlberg, Liber Sactamentorum romanae ecclesiae, Romao 1950, p. 111, XC: Deus, qui ex omni coaptacione sanctorum aeternum tibi condis habitaculum..... Hymnus Urbs Ierusalem beata em Breviario monastico, et Coelest urbs Ierusalem em Breviario Romano.
- (6) Cfr. S. Thomas, Sumtna Theol. III, q. 62, a. 5, anúncio 1.
- (7) Cfr. Pio XII, Lit. Encic Mystici Corporis, 29 jun. 1943 AAS 35 (1943), págs. 208.
- (8) Cfr. Leão XIII, Epist. Encycl Divinum illud, 9 de maio de 1897: AAS 29 (1896-97) p. 6S0. Pio XII, Pequeno Encil. Mystici Corporis, 1. c., pp 219-220; Denz. 2288 (3808). S. Agostinho, Serm. 268, 2: PL 38 232, ct álibi. S. Io. Crisóstomo n Ef. Hom. 9, 3: PG 62, 72. idamus Alex., Trin. 2, 1: PG 39 49 seg. S. Thomas, In Col. 1, 18 cet. 5ª edição. Marietti, II, n. 46-Sicut constituitur unum ecorpus ex nitate animae, ita Ecelesia ex unil atc Spiritus.....
- (9) Leão XIII, Lit. Encic. Sapientiae christiana, 10 ian. 1890 AAS 22 (1889-90) p. 392. Id., Epist. Encic. Satis cognitum, 29 jun. 1896; AAS 28 (1895-96) pp. Pio XII, Lit. Eneyel. Mystici Corporis, 1. c., pp.
- (10) Cfr. Pio XII, Lit. Encic. Mystici Corporis, 1. c., p. 221 ss. Id., Lin. Encic. Humani genesis, 12 de agosto de 1950: AAS 42 (1950) p. 571.
- (11) Leão XIII, Epist. Encic. Satis cognitum, 1. c., p. 713.
- (12) Cfr. Símbolo Apostólico: Denz. 6-9 (10-13); Simb. Nic.-Const.: Denz. 86 (150), col. Prof. fidei Trid.: Denz. 994 e 999 (1862 e 1868).
- (13) Dieta. Saneta (catholica apostolica) Romana Ecelesia.: in Prof. e Concl. Cuba. Eu, Sess. III, Const. dogma. de fide cat.: Denz. 1782 (3001).
- (14) S. Agostinho, Civ. Dei, XVIII, 51, 2: PL 41, 614.

Capítulo II

- (1) Cfr. S. Cipriano, Epist. 69, 6: PL 3, 1142 B; Hartel 3B, págs. 754: inseparável unitatis sacramentum.
- (2) Cfr. Pio XII, Aloc. Magnificate Dominum, 2 nov. 1954: AAS 46 (1954) p. 669. Lit. Encic. Mediador Dei, 20 nov. 1947: AAS 39 (1947) p. 555.
- (3) Cfr. Pio XI, Lit. Encic. Miserentissimus Redemptor, 8 de maio de 1928: AAS 20 (1928) p. 171 págs. Pio XII Aloc. Vous nous avez, 22 set. 1956: AAS 48 (1956) p. 714.
- (4) Cfr. S. Thomas, Summa Theol. III, q. 63, a. 2.

(5) Cfr. S. Cyrillus Hieros., Catech. 17, de Spiritu Sancto, II, 35-37: PG 33, 1009-1012. Nico. Cabasilas, De vita in Christo, lib. III, de utilitate chrismatis: PG 150, 569-580. S. Thomas, Summa Theol. III, q. 65, a. 3 e q. 72, a. 1 e 5.

(6) Cfr. Pio XII, Lit. Encic. Mediador Dei 20 nov. 1947: AAS 39 (1947), paesertim p. 552 págs.

(7) I Cor. 7, 7: . Unusquisque proprium donum (idion carisma) habet ex Deo: alius quidem sic alius vero sic .. Cfr. S. Agostinho, De Dono Persev. 14, 37: PL 45, 1015 s.: Non tantum continentis Dei donum est, sed coniugatorum etiam castitas.

(8) Cfr. S. Agostinho, D Praed. Santo. 14, 27: PL 44, 980.

(9) Cfr. S. Io. Crisóstomo, In Io. Hom. 65, 1: PG 59, 361.

(10) Cfr. S. Irineu, Adv. Haer. III, 16, 6; III, 22, 1-3: PG 7, 925 C-926 Aet 955 C - 958 A; Harvey 2, 87 p. et 120-123; Sagnard, Ed. Fontes Chret., pp. 290-292 e 372 ss.

(11) Cfr. S. Inácio M., Ad Rom., Praef.: Ed. Funk, eu, pág. 252.

(12) Cfr. S. Agostinho, Bapt. c. Doe. V, 28, 39; PL 43, 197: Certe manifestum est, id quod dicitur, in Ecclesia intus et foris, in corde, non in corpore cogitandum. Cfr. ib., III, 19, 26: col. 152; V, 18, 24: col. 189; Em Io. Tr. 61, 2: PL 35, 1800, et álibi saepe.

(13) Cfr. Lc. 12, 48: Omni autem, cui multum datum est, multum quaeretur ab eo. Cfr. etiam Mt. 5, 19-20; 7, 21-22; 25 41-46; Iac., 2, 14.

(14) Cfr. Leão XIII, Epist. Após. Praeclara gratulationis, 20 jun. 1894; AAS 26 (1893-94) pág. 707.

(15) Cfr. Leão XIII, Epist. Encic. Satis cognitum, 29 jun. 1896: ASS 28 (1895-96) p. 738. Epist. Encic. Caritatis studium, 25 ul. 1898: ASS 31 (1898-99) p. 11. Pio XII, Radioph Nuntius. Nell'alba, 24 dez. 1941: AAS 34 (1942) pág. 21.

(16) Cfr. Pio XI, Lit. Encic. Rerum Orientalium, 8 set. 1928: AAS 20 (1928) pág. 287. Pio XII, Lit. Encic Orientalis Ecclesiae, 9 abr. 1944: AAS 36 (1944) p. 137

(17) Cfr. Inst. SSCS Oficial 20 dez. 1949: AAS 42 (1950) p.142.

(18) Cfr. S. Thomas, Summa Theol. III, q. 8, a. 3, anúncio 1.

(19) Cfr. Epist. SSCS Oficial ad Archiep. Boston.: Denz. 3869-72.

(20) Cfr. Eusébio Caes., Praeparatio Evangelica, 1, 1: PG 2128 AB.

(21) Cfr. Benedito XV, Epist. Após. Ilusão máxima: AAS 11 (1919) p. 440, praesertim pág. 451 ss. Pio XI, Lit. Encic. Rerum Ecclesiae: AAS 18 (1926) p. 68-69. Pio XII, Lit. Encic. Fidei Donum, 21 abr. 1957: AAS 49 (1957) pp.

(22) Cfr. Didaquê, 14: ed. Funk I, pág. 32. S. Justinus, Dial. 41: PG 6, 564. S. Irineu, Adv. Haer. IV 17, 5; PG 7, 1023; Harvey, 2, pág. 199s. Conc. Trid., Sess. 22, cap. 1; Denz. 939 (1742).

Capítulo III

(1) Cfr. Conc. Cuba. Eu, Sess. IV, Const. Dogma. Pastor eterno. Denz. 1821 (3050 s.).

(2) Cfr. Conc. Flor., Decretum pro Graecis: Denz. 694 (1307) e Conc. Cuba. Eu, ib.: Denz. 1826 (3059)

(3) Cfr. Liber sacramentorum S. Gregorii, Praefatio in Cathedra S. Petri, in natali S. Mathiae e S. Thomas: PL 78, 50, 51 et 152. S. Hilarius, In Ps. 67, 10: PL 9, 4S0; CSEL 22, pág. 286. S.Hieronymus, Adv. Iovin. 1, 26: PL 23, 247 AS Agostinho, In Sal. 86, 4: PL 37, 1103. S. Gregorius M., Mor. em lob,

XXVIII, V: PL 76, 455-456. Primasio, Com. em Apoc. V: PL 68, 924 AC. Paschiasius Radb., Em Mat. L. VIII, cap. 16: PL 120, 561 C. Cfr. Leão XIII, Epist. Et sane, 17 dez. 1888: AAS 21 (1888) p. 321.

(4) Cf. Atos 6, 2-6; 11, 30; 13, 1, 14, 23; 20, 17; 1 Tess. 5, 12-13; Filipenses 1, 1 Colossenses 4, 11, et passim.

(5) Cfr. Atos 20, 25-27; 2 Timóteo 4, 6 s. coll. c. I Timóteo 5, 22; 2 Timóteo 2, 2 Tito 1, 5; S. Clem. Rom., Ad Cor. 44, 3; ed. Funk, 1, p. 156.

(6) S. Clem. Rom., ad Cor. 44, 2; ed. Funk, I, p. 154 s.

(7) Cfr. Tertull., Praescr. Haer. 32; PL 2, 52 seg.; S. Inácio M., passim.

(8) Cfr. Tertull., Praescr. Haer. 32; PL 2, 53.

(9) Cfr. S. Irineu, Adv. Haer. III, 3, 1; PG 7, 848A; Harvey 2, 8; Sagnard, pág. 100 s.: manifestatam.

(10) Cfr. S. Irineu, Adv. Haer. III, 2, 2; PG 7, 847; Harvey 2, 7; Sagnard, pág. 100: . custódia,, cfr. eu. IV, 26, 2; col. 1053, Harvey 2, 236, néon IV, 33, 8; col. 1077; Harvey 2, 262.

(11) S.Ig. M., Philad., Praef.; Ed. Funk, eu, pág. 264.

(12) S. Ign. M., Filadélfia, 1, 1; Magn. 6, 1; Ed. Funk, I, pp. 264 e 234.

(13) S. Clem. Rom., 1. c., 42, 3-4, 44, 3-4; 57, 1-2; Ed. Funk. I, 152, 156, 171 p. Sinal. M., Fila. 2; Esmirna. 8; Magn. 3; Trall. 7; Ed. Funk, eu, pág. 265 seg.; 282; 232.246 pág. etc.; S. Iustinus, Apol., 1, 6S G 6, 428; S. Cipriano, Epist. assim.

(14) Cfr. Leão XIII, Epist. Encic. Satis cognitum, 29 jun. 896: ASS 28 (1895-96) pág. 732.

(15) Cfr. Conc. Trid., Sess. 23, col. de sacr. Ordinis, cap. 4; enz. 960 (1768); Conc. Cuba. Eu, ess. 4 Const. Dogma. I De Ecclesia Christi, cap. 3: Denz. 1828 (3061). Pio XII, Lit. Encic. Mystici Cororis, 29 jun. 1943: ASS 35 (1943) p. 209 e 212. Cód. Iur. Pode., c. 29 1.

(16) Cfr. Leão XIII, Epist. Et sane, 17 dez. 1888: ASS 21 (1888) p. 321 pág.

(17) S. Leo M., Serm. 5, 3: PL 54, 154.

(18) Conc. Trid., Sess. 23, cap. 3, citat verba 2Tm. 1, 6-7, ut demonstret Ordinem esse verum sacramentum: Denz. 959 (1766).

(19) Na Trad. Após. 3, ed. Botte, Sources Chr., pp. 27-30, Episcopo tribuitur primatus sacerdotii. Cfr. Sacramentarium Leonianum, ed. C. Mohlberg, Sacramentarium Veronense, Romae, 195S, p. 119: ad summi sacerdotii ministerium... Comple in sacerdotibus tuis mysterii tui summam.... Idem, Liber Sacramentorum Romanae Ecclesiae Romae, 1960, pp. PL 78, 224.

(20) Trad. Após. 2, ed. Botte, pág. 27.

(21) Conc. Trid., Sess. 23, cap. 4, docet Ordinis sacramentum imprimere characterem indelebilem: Denz. 960 (1767). Cfr. João XXIII, Aloc. Jubilate Deo, 8 de maio de 1960: AAS S2 (1960) p. 466. Pallus VI, Homelia in Bas, Vaticana, 20 out. 1963: AAS 55 (1963) pág. 1014.

(22) S. Cipriano, Epist. 63, 14: PL 4, 386; Hartel, III B, pág. 713: Sacerdos vice Christi vere fungitur.. S. Io. Crisóstomo, em 2 Tim. Hom. 2, 4: PG 62, 612: Sacerdos est symbolon . Cristo. S. Ambrósio, In Ps. 38, 25-26: PL 14, 105 1-52: CSEL 64, 203-204. Ambrosiascr In I Tim. S 19: PL 17, 479 C ct em Ef. 4, 1;-12: col. 387. C. Theodorus Mops., de. Catequese. XV, 21 ct 24: ed. Tonneau, pp. 497 e 503. Hesychiu Hieros., In Lcv. L. 2, 9, 23: PG 93, 894 B.

(23) Cfr. Eusébio, Hist. ecl., V, 24, 10: GCS II, 1, p. 49S; cd. Bardy, Fontes Chr. II, pág. 69 Dionísio, apud Eusébio, ib. VII 5, 2: GCS 11, 2, p. 638 seg.; Bardy, II, pág. 168 pág.

- (24) Cfr. de antiquis Conciliis, Eusébio, Hist. Ecl. V, 23-24: GCS 11, 1, p. 488ss.; Bardy, 11, pág. 66 ss. et. passivo. Conc. Niceno. Pode. S: Conc. Oec. Dec. pág. 7.
- (25) Tertuliano, de Iciunio, 13: PL 2, 972 B; CSFL 20, pág. 292,lin. 13-16.
- (26) S. Cipriano, Epist. 56, 3: Hartel, 111 B, pág. 650; Bayard, p.154.
- (27) Cfr. Relatio officialis Zinelli, in Conc. Cuba. I: Mansi S2,1 109 C.
- (28) Cfr. Conc. Cuba. 1, Esquema Const. dogma. 11, de Ecclesia Christi, c. 4: Mansi S3, 310. Cfr. Relatio Kleutgen de Schemate reformato: Mansi S3, 321 B - 322 B et declaratio Zinelli: Mansi 52 1110 A. Vide etiam S. Leonem M. Scrm. 4, 3: PL 54, 151 A.
- (29) Cfr. Cod. Iur. Can., c. 227.
- (30) Cfr. Conc. Cuba. Eu, Const.Dogm. Pastor aeternis: Denz. 1821 (3050 s.).
- (31) Cfr. S. Cipriano, Epist. 66, 8: Hartel 111, 2, pág. 733: .. Episcopus in Ecclesia et Ecclesia in Episcopo ..
- (32) Cfr. S. Cipriano, Epist. SS, 24: Hartel, pág. 642, linha. 13: . Una Ecclesia per totum mundum in multa membra divisa.. Epist. 36, 4: Hartel, pág. 575, lin. 20-21.
- (33) Cfr. Pio XII, Lit. Encic. Fidci Donum, 21 abr. 1957: AAS 49 (1957) p. 237.
- (34) Cfr. S. Hilarius Pict., No Sal. 14, 3: PL 9, 206; CSEL 22, pág. 86. S. Gregorius M., Moral, IV, 7, 12: PL 75, 643 C. Ps.Basilius, In Is. 15, 296: PG 30, 637 C.
- (35) S. Celestino, Epist. 18, 1-2, anúncio Conc. Ef.: PL 50, 505 AB- Schwartz, Acta Conc. Oec. 1, eu, eu, pág. 22. Cfr. Benedito XV, Epist. Após. Ilusão máxima: AAS 11 (1919) p. 440, Pio XI. Pequeno. Encic. Rerum Ecclesiae, 28 fev. 1926: AAS 18 (1926) pág. 69. Pio XII, Lit. Encic. Fidei Donum, 1.c.
- (36) Leão XIII, Lit. Encic. I Grande munus, 30 set. 1880: ASS 13 (1880) p. 14S. Cfr. Bacalhau. Iur. | Pode., c. 1327; c. 13S0 2.
- (37) De iuribus Sedium patriarchalium, cfr. Conc. Niceno, eu posso. 6 de Alexandria e Antioquia, et can. 7 de Hierosolymis: Conc. Eu Oec. Dec., pág. 8. Conc. Mais tarde. IV, ano 1215, Const. V: De dignitate Patriarcharum: ibid. pág. 212.-| Conc. Ferr.-Flor.: ibid. pág. 504.
- (38) Cfr. Bacalhau. Iuris pro Eccl. Eu Oriente., c. 216-314: de Patriarchis; c. 324-399: de Archiepiscopis I maioribus; c. 362-391: de aliis dignitariis; em espécie, c. 2383; 216; 240; 251; 255: de Episcopis a Patriarca nominandis.
- (39) Cfr. Conc. Trid., Decr. de I reform., Sess. V, c. 2, n. 9; et Sess. I XXIV, can. 4; Conc. Oec. Decr. pp. 645 et 739.
- (40) Cfr. Conc. Cuba. Eu, Const. dogma. Dei Filius, 3: Denz. 1712l (3011). Cfr. nota adiecta ad Schema I de Eccl. (desumpta ex.S. Rob. Bellarmino): Mansi 51, I 579 C, necnon Schema reformatum I Const. II de Ecclesia Christi, cum I comentário Kleutgen: Mansi 53, 313 AB. Pio IX, Epist. Sua liberdade: Denz. 1683 (2879).
- (41) Cfr. Cod. Iur. Can., c. 1322-1323.
- (42) Cfr. Conc. Vat. I, Const. dogm. Pastor Aecrnus: Denz. 1839 (3074).
- (43) Cfr. ecpliatio Gasscr em Conc. Cuba. I: Mansi 52, 1213 AC.
- (44) Gasser, ib.: Mansi 1214 A.
- (45) Gasser, ib.: Mansi 1215 CD, 1216-1217 A.

- (46) Gasser, ib.: Mansi 1213.
- (47) Conc. Cuba. Eu, Const. dogma. Pastor Aesernus, 4: Denz. 1836 (3070) não. 26
- (48) Oratio consecrationis episcopalis in ritu byzantino: Euchologion to mega, Romae, 1873, p. 139.
- (49) Cfr. S. Ignatius M. Smyrn 8, 1: ed. Funk, 1, p. 282.
- (50) Cf. Atos 8, 1; 14, 22-23; 20, 17, et passim.
- (51) Oratio mozárabica: PL 96 7S9 B
- (52) Cf. S. Ignatius M., Smyrn 8, 1: ed. Funk, I, p. 282.
- (53) S. Thomas, Summa Theol. III, q. 73, a. 3.
- (54) Cfr. S. Augustinus, C. Faustum, 12, 20: PL 42, 26S Serm. 57, 7: PL 38, 389, etc.
- (55) S. Leo M., Serm. 63, 7: PL 54, 3S7 C.
- (56) Traditio A postolica Hippolyti, 2-3: ed. Botte, pp.
- (57) Cfr. textus examinanis in initio consecrationis episcopalnis, et Oratio in fine vissae eiusdem consecrationis, post Te Deum.
- (58) Bento XIV, fr. Romana Ecclesia, 5 out. 1752, p. 1: Bullarium Benedicti XIV, t. IV, Romae, 1758, 21: Episcopus Christi typum gerit, Eiusque munere fungitur. Pio XII, Lit. Encic. Mystici Corporis, 1. c., p. 211: . Assignatos sibi greges singuli singulos Christi nomine pascunt et regunt.
- (59) Leão XIII, Epist. Encic. Satis cognitum, 29 jun. 1896: ASS 28 (1895-96) p. 732. Idem, Epist. Officio sanctissimo, 22 dez. 1887: AAS 20 (1887) p. 264. Pio IX itt. Após. ad Episcopol Geraniae, 12 mart. 1875, e outros. insistir., 15 mart. 187S: Denz. 112-3117, em nova ed. tantum.
- (60) Conc. Cuba. Eu, Const. dogma. Pastor aeternus, 3: Denz. 1828 (3061). Cfr. Relatio Zinelli: Mand 1 2, 1114 D.
- (61) Cfr. S. Inácio M., ad ephes. 5, 1: ed. Funk, eu, pág. 216.
- (62) Cfr. S. Inácio M., ad phes. 6, 1: cd. Funk, eu, pág. 218.
- (63) Cfr. Conc. Trid., Sess. 23, sacr. Ordinis, cap. 2: Denz. 958 (1765), e outros cân. 6: Denz. 966 (1776).
- (64) Cfr. Inocêncio I, Epist. d Decêncio: PL 20, 554 A; sansi 3, 1029; Denz. 98 (215): Presbyteri, licet secundi sint sa erdotes, pontificatus tamen api em non habent.. S. Cyprianus, Epist. 61, 3: ed. Hartel, pág. 696.
- (65) Cfr. Conc. Trid., lc, Denz. 962-968 (1763-1778), e outros em espécie. 7: Denz. 967 (1777). Pio I II, Const. Após. Sacramentum ordinis: Denz. 2301 (38S7-61).
- (66) Cfr. Inocêncio I, 1. c. S. Gregorius Naz., Apol. II, 22: PGS, 432 B. Ps.-Dionísio, Ecl. ier., 1, 2: PG 3, 372 D.
- (67) Cfr. Conc. Trid., Sess. 22: Denz. 940 (1743). Pio XII, Lit. Encic. Mediador Dei, 20 nov. 1947: AAS 39 (1947) p. 553; Denz. 2300 (3850).
- (68) Cfr. Conc. Tride. Sess. 22: Denz. 938 (1739-40). Conc. Vat.II, Const. De Sacra Liturgia, n. 7 e n. 47.
- (69) Cfr. Pio XII, Lit. Encic. Mediator Dei, 1. c., sub. n. 67.
- (70) Cfr. S. Cipriano, Epist. 11, 3: PL 4, 242B; Hartel, II, 2, pág. 497.

- (71) Ordo consecrationis sacerdotalis, in impositione vestimentorum.
- (72) Ordo consecrationis sacerdotalis in praefatione.
- (73) Cfr. S. Inácio M. Philad. 4: edição. Funk, eu, pág. 266. S. Cornélio I, apud S. Cyprianum, Epist. 48, 2: Hartel, III, 2, p. 610.
- (74) Constituições Ecclesiac aegyptiacae, III, 2: ed. Funk, Didascália, II, p. 103. Estatuto Ecl. Formiga. 371: Mansi 3, 954.

(75) S. Policarpo, Ad Phil. 5, 2: edição. Funk, eu, pág. 300: Christus dicitur. omnium diaconus factus.. Cfr. Didache, 15, 1: ib., p. 32. S. Inácio M. Trall. 2, 3: iib., pág. 242. Constituições Apostolorum, 8, 28, 4: ed. Funk, Didascalia, I, p. 530.

Capítulo IV

- (1) S. Agostinho, Serm. 340, 1: PL 38, 1483.
- (2) Cfr. Pio XI, Lit. Encic. Quadragesimo ano 15 de maio de 1931: AAS 23 (1931) p. 121 pág. Pio XII, Aloc. De quelle consolação, 14 out. 1951: AAS 43 (1951) pág. 790s.
- (3) Cfr. Pio XII, Aloc. Six ans se sont écoulés, 5 out. 19S7: AAS 49 (19S7) p. 927. De mandato e missão canônica, cfr. Decretum De Apostolatu laicorum, cap. IV, n. 16, até 12 e 15.
- (4) Ex Praefatione festi Christi Regis.
- (5) Cfr. Leão XIII, Epist. Encic. Imortal Dei, 1º de novembro. 188S: ASS 18 (188S) pág. 166 ss. Idem, Litt. Encic. Sapientiae christianaes, 10 jan. 1890: ASS 22 (1889-90) p. 397 ss. Pio XII, Aloc. Alla sua filha. 23 de março. 19S8: AAS S0 (145R) pág. 220: La legittima sana laicità dello Stato ..
- (6) Cod. Iur. Can., can. 682.
- (7) Cfr. Pio XII, Aloc. De quelle consolação, 1. c., p. 789: Nas batalhas decisivas, c'est parfois du front que partent les plus heureuses iniciativas.. Idem Alloc. L'importance de la presse catholique, 17 fev. 1950: AAS 42 (1950) p. 256.
- (8) Cfr. 1 Thess. S, 19 et 1 lo. 4, 1.
- (9) Epist. ad Diogneum, 6: ed. Funk, eu, pág. 400. Cfr. S. Io. Crisóstomo, em Matth. Hom. 46 (47) 2: PG 58, 78, de fermento em massa.

Capítulo V

- (1) Missale Romanum, Gloria in excelsis. Cfr. Lc. 1, 35; Mc. 1, 24, Lc. 4, 34; Eu. 6, 69 (ho hagios tou theou); Agir. 3, 14; 4, 27 e 30; Hebr. 7, 26, 1 Io. 2, 20; Apoc. 3, 7.
- (2) Cfr. Orígenes, Com. ROM. 7, 7: PG 14, 1122 B. Ps.- Macário, De Oratione, 11: PG 34, 861 AB. S. Thomas, Summa Theol. II-II, q. 184, a. 3.
- (3) Cfr. Retração de S. Agostinho. II, 18: PL 32, 637 pág. Pio XII Lit. Encic. Mystici Corporis, 29 jun. 1943: AAS 35 (1943) pág. 225.
- (4) Cfr. Pio XI, Lit. Encic. Rerum omnium, 26ian. 1923: AAS 15 (1923) pág. 50 quilates pp. 59-60. Pequeno. Encic. Casti Connubii, 31 dez. 1930: AAS 22 (1930) p. 548. Pio XII, Const. Após. Provida Mater, 2 fev. 1947: AAS 39 (1947) p. 117. Alocação. Annus sacer, 8 dez. 1950: AAS 43 (1951) pp. Alocar. Nel darvi, 1 jul. 1956: AAS 48 (1956) p. 574 pág.
- (5) Cfr. S. Thomas, Summa Theol. II-II, q. 184, a. 5 e 6. De perf. vitae spir., c. 18. Orígenes, In Is. Hom. 6, 1: PG 13, 239.

- (6) Cf. S. Inácio M., Magn. 13, 1: ed. Funk, I, p. 241.
- (7) Cfr. S. Pio X, Exort. Haerent animo, 4 ago. 1908: ASS 41 (1908) pág. 560 seg. Bacalhau. Iur. Pode., pode. 124. Pio XI, Lit. Encic. Ad catholici sacerdotii, 20 dez. 1935: AAS 28 (1936) p. 22s.
- (8) Ordo consecrationis sacerdotalis, em Exhortatione iniciali.
- (9) Cfr. S. Ignatius M., Trall. 2, 3: cd. Funk, I, p. 244.
- (10) Cfr. Pio XII, Aloc. Proteção Sous la Maternclle, 9 dez. 1957: AAS 50 (19S8) pág. 36.
- (11) Pio XI, Lit. Encic. Castf Connubii, 31 dez. 1930. AAS 22 (1930) pág. 548 pág. Cfr. S. Io Crisóstomo, Em Éfes. Hom. 20, 2: P. 62, 136 ps.
- (12) Cfr. S. Agostinho, Enchir. 121, 32: PL 40 288. S. Tomás Summa Theol. II-II, q. 184, a. 1. Pio XII, Adhort. Após. Menti nostrae, 23 set. 1950: AAS 42 (1950) p. 660.
- (13) De consiliis in genere, cfr. Orígenes, Com. ROM. X, 14: PG 14 127S BS Augustinus, De S. Viginitate, 15, 15: PL 40, 403. S. Thomas, Summa Theol. I-II, q. 100, a. 2 C (fino); II-II, q. 44, a. 4 anúncio 3
- (14) De praestantia sacrae virginitatis, cfr. Tertuliano, Exort. Elenco. 10: PL 2, 925 CS Cyprianus, Hab. Virgem. 3 e 22: PL 4, 443 B e 461 AAS Atanásio (?), De Virg.: PG 28, 252 ss. S. Io. Crisóstomo, De Virg.: PG 48, 533 u.
- (15) De spirituali paupertate et oboedientia testimonia praccipua S. Scripturae et Patrum afferuntur in Relatione pp.
- (16) De praxi effectiva consiliorum quae non omnibus imponitur, cfr. S. Io. Crisóstomo, em Mat. Hom. 7, 7: PG S7, 8 I s. 5. Ambrósio, De Vidus, 4, 23: PL 16, 241 p.

Capítulo VI

- (1) Cfr. Rosweydis, Vique Patrum, Antuérpia 1628. Apophlegmata Patrum: PG 65. Palladius, Historia Lausiaca: PG 34, 995 ss.; Ed. C. Butler, Cambridge 1898 (1904). Pio XI, Const. Após. Umbratilem, 8 ul. 1924: AAS 16 (1924) pp. Pio XII, Aloc. Nous sommes heureux, 11 de abril de 1958: AAS 50 (1958) p. 283.
- (2) Paulo VI, Aloc. Magno Gaudio, 23 de maio de 1964: AAS 56 (1964) p. 566.
- (3) Cfr. Bacalhau. Iur. Pode., c. 487 e 488, 40. Pio XII, Aloc. Annus sacer, 8 dez. 1950, AAS 43 (1951) p. 27s. Pio XII, Cons. Após. Provida Mater, 2 fev. 1947: AAS 39 (1947) p. 120 ss.
- (4) Paulo VI, 1. c., p. S67.
- (5) Cfr. S. Thomas, Summa Theol. II-II, q. 184, a. 3 e q. 188, a. 2. S. Boaventura, Opusc. X, Apologia Pauperum, c. 3, 3: cd. Ópera, Quaracchi, t. 8, 1898, pág. 245 a.
- (6) Cfr. Conc. Cuba. I. Esquema De Ecclesia Christi, cap. XV, e Adnot. 48: Mansi 51, 549 p. e 619 p. Leão XIII, Epist. Au milieu des consolations, 23 dez. 1900: AAS 33 (1900-01) p. 361. Pio XII, Const. Após. Provida Mater, 1.c., pág. 1145.
- (7) Cfr. Leão XIII, Const. Romanos Pontífices, 8 de maio de 1881: AAS 13 (1880-81) p. 483. Pio XII, Aloc. Annus sacer, 8 dez. 1950: AAS 43(1951) p. 28 8.
- (8) Cfr. Pio XII, Aloc. Annus sacer, 1. c., p. 28. Pio XII, Const. Após. Sedes Sapientiae, 31 de maio de 19S6: AAS 48 (1956) p. 355. Paulo VI, 1. c., pp.
- (9) Cfr. Pio XII Lit. Encic. Mystici Corporis, 19 jun. 1943: AAS 35 (1943) pág. 214 pág.

(10) Cfr. Pio XII, Aloc. Annus sacer, 1. c., p. 30. Alocar. Sous la maternelle protecion, 9 dez. 19S7: AAS 50 (19S8) pág. 39s.

Capítulo VII

- (1) Conc. Florentinum, Decretum pro Graecis: Denz. 693 (1305).
- (2) Praeter documenta antiquiora contra quamlibet formam evocationis spirituum inde ab Alexandro IV (27 set. 1958), cfr Encycl. SSCS Officii, De magne tismi abusu, 4 ago. 1856: AAS (1865) pp. 1653 1654 (2823-2825); respondente SSCS Offi, 24 abr. 1917: 9 (1917) pág. 268, Denz. 218 (3642).
- (3) Videatur synthetia espositi huius doctrinae paulinae em: Piu XII, Litt. Encic. Mystici Corporis AAS 35 (1943) p. 200 e passilr
- (4) Cfr., ia, S. Augustinus, Enarr. no Sal. 85, 24: PL 37, 1095 S. Hieronymus, Liber contra Vigl lantium, b: PL 23, 344. S. Thomas In 4m Sent., d. 45, q. 3, a. 2. Boaventura, Em 4m Enviado., d. 45, a. 3, q. 2; etc.
- (5) Cfr. Pio XII, Lit. Encic. Mystici Corporis: AAS 35 (1943) p. 245.
- (6) Cfr. Plurimae inserida em Catacumbis romanis.
- (7) Cfr. Gelásio I, Decretalis De libris recipiendis, 3: PL 59, 160, Denz. 165 (353).
- (8) Cf. S. Methodius, Simpósio, VII, 3: GCS (Bodwetseh), p. 74
- (9) Cfr. Benedictus XV, Decretum approbationis virtutum in Causa beatificationis et canonizationis Servi Dei Ioannis Nepomuecni Neumann: AAS 14 (1922 p. 23; plures Allocutiones Pii X de Sanetis: Inviti all'croismo Diseorsi... t. I-III, Romae 1941-1942, passim; Pio XII, Discorsi Radiomensagens, t. 10, 1949, pp 37-43.
- (10) Cfr. Pio XII, Lit. Encic: Mediator Dei: AAS 39 (1947) p. 581.
- (11) Cfr. Hebr. 13, 7: Eclesiastes 44-50, Nebr. 11, 340. Cfr. etia Pio XII, Litt. Encic. Mediati Dei: AAS 39 (1947) pp.
- (12) Cfr. Cone. Vaticano Const. De fide católica, cap. 3 Denz. 1794 (3013).
- (13) Cfr. Pio XII, Lit. Encic. Mystici Corporis: AAS 35 (1943) p. 216.
- (14) Quoad gratitudinem erga ipsos Sanctos, cfr. E. Diehl, Inscrições latinae christianaee vereres, 1, Berolini, 1925, nn. 2008 2382 e passim.
- (15) Conc. Tridentinum, Sess. 25, De invocatione... Sanctorum: Denz. 984 (1821).
- (16) Breviarium Romanum, Invitatorium infesto Sanctorum Omnium.
- (17) Cf. vg, 2 Tess. 1, 10.
- (18) Conc. Vaticano II, Const. De Sacra Liturgia, cap. 5, n. 104.
- (19) Canon Missae Romanae.
- (20) Conc. Nicéeno II, Ato. VII: Denz. 302 (600).
- (21) Conc. Florentinum, Decretum pro Graecis: Denz. 693 (1304).
- (22) Conc. Tridentinum Sess. 35, De invocatione, veneratione et reliquiis Sanctorum et sacris imaginibus: Denz. 984-988 (1821-1824); Sess. 25, Decreto do Purgatório: Denz. 983 (1820); Sess. 6º, Decreto de iustificação, cân. 30: Den. 840 (1580).

(23) Ex Praefatione, aliquibus dioecesis concessa.

(24) Cfr. S. Petrus Canisius, *Catechismus Maior sua Summa Doctrinae christiana*, cap. III (ed. crit. F. Streicher) pars I, pp. 15-16, n. 44 e pp. 100-101, n. 49.

(25) Cfr. Conc. Vaticano II Const. De Sacra Liturgia, cap. 1 n. 8.

Capítulo VIII

(1) Credo em Missa Romana: *Symbolum Constantinopolitanum*: Mansi 3, 566. Cfr. Conc. Efesino, ib. 4, 1130 (necnon ib. 2, 665 et 4, 1071); Conc. Calcedonense, ib. 7, 111-116; Vaca. Constantinopolitano II, ib. 9, 375-396.

(2) Canon Missae Romanae.

(3) S. Agostinho, *De S. Virginitate*. 6:PL 40, 399.

(4) Cfr. Paulo P. VI, *allocutio in Concilio*, 4 dez. 1963: AAS 56 (1964) p. 37.

(5) Cfr. S. Germanus Const., Nom. em anuidade. Deíparas: PG 98, 328 A; No dormitório. 2: col. 357. Anastácio Antioquia., Serm. 2 de Anuncia., 2: PG 89, 1377 AB; Sermão. 3, 2: col. 1388 CS Andreas Cret. Pode. em BV Nat. 4: PG 97, 1321 B. Em BV Nat., 1: col. 812 A. Hom. no dormitório. 1: col. 1068 C. - S. Sofrônio, Ou. 2 em Annunt., 18: PG 87 (3), 3237 BD.

(6) S. Irineu, *Adv. Hacr.* III, 22, 4: PG 7, 9S9 A; Harvey, 2, 123.

(7) S. Irenaeus, ib.; Harvey, 2, 124.

(8) S. Epifânio, *Nacr.* 78, 18: PG 42, 728 CD; 729 AB.

(9) S. Hieronymus, *Epist.* 22, 21: PL 22, 408. Cfr. S. Augustino, *Serm.* Sl, 2, 3: PL 38, 33S; Sermão. 232, 2: col. 1108. - S. Ciríaco Hieros., *Catech.* 12, 15: PG 33, 741 AB. - S. I. Crisóstomo, no *Sal.* 44, 7: PG SS, 193. - S. I. Damasco, *Nom.* 2 no dormitório. BMV, 3: PG 96, 728.

(10) Cfr. Conc. Lateranense ano 649, *Can.* 3: Mansi 10, 1151. S. Leo M., *Epist. anúncio Flav.*: PL S4, 7S9. - Conc. Calcedonense: Mansi 7, 462. - S. Ambrósio, *De inst. virg.*: PL 16, 320.

(11) Cfr. Pio XII, *Lit. Encic. Mystici Corporis*, 29 jun. 1943: AAS 35 (1943) pp.

(12) Cfr. Pio IX, *Bulla Ineffabilis* 8 dez. 1854: *acta Pii IX*, I, I, p. 616; Denz. 1641 (2803).

(13) Cfr. Pio XII, *Const. Após. Munificissimus*, 1 não. 1950: AAS 42 (1950) ú Denz. 2333 (3903). Cfr. S. I. Damasceno, *Enc. no dormitório. Dei genitricis*, Hom. 2 e 3: PG 96, 721-761, col. especial. 728 a.C. - S. Germanus Constantinop., em S. Dei gen. dormitório. Sermão. 1: PG 98 (6), 340-348; Sermão. 3: col. 361. - S. Modestus Hier., *No dormitório. SS. Deíparas*: PG 86 (2), 3277-3312.

(14) Cfr. Pio XII *Lit. Encic. Ad coeli Reginam*, 11 de outubro de 1954: AAS 46 (1954), pp. Denz. 3913 ss. Cfr. S. Andreas Cret., Hom. 3 no dormitório. SS. Deíparas: PG 97, 1089-1109. - S. I. Damasceno, *De fide orth.*, IV, 14: PG 94, 1153-1161.

(15) Cfr. Kleutgen, *textus reformatus De mysterio Verbi incarnati*, cap. IV: Mansi 53, 290. cfr. S. Andreas Cret., *Em nat. Mariac*, sermo 4: PG 97, 865 A. - S. Germanus Constantinop., *In annunt. Deíparas*: PG 98, 321 AC. *No dormitório. Deíparae*, III: col. 361 DS I. Damasceno, *no dormitório. BV Mariae*, Hom. 1, 8: PG 96, 712 AC-713 A.

(16) Cfr. Leão XIII, *Lit. Encic. Adiutricem populi*, 5 set. 1895: ASS 15 (1895-96), pág. 303. - S. Pio X, *Lit. Encic. Ad diem Illum*, 2 de fevereiro. 1904: *Acta*, I, pág. 154-Denz. 1978a (3370). Pio XI, *Lit. Encic. Miserentissimus*, 8 de maio de 1928: AAS 20 (1928) p. 178. Pio XII, *Nuntius Radioph.*, 13 de maio de 1946: AAS 38 (1946) p. 266.

- (17) S. Ambrósio, Epist. 63:PL 16, 1218.
- (18) S. Ambrósio, Expos. Lc. II, 7: PL 15, 1555.
- (19) Cfr. Ps.-Barragem Petrus. Sermão. 63: PL 144, 861AB. Godefridus e S. Victore. Em natural. BM, Sra. Paris, Mazarine, 1002, fol. 109 rublos. Gerhohus Reich., De gloria et honore Filii hominis, 10: PL 194, 1105AB.
- (20) S. Ambrosius, lc et Expos. Lc. X, 24-25: PL 15, 1810. S. Agostinho, In lo. Tr. 13, 12: PL 35 1499. Cfr. Sermão. 191, 2, 3: PL 38 1010; etc. Cita Ven. Beda, In Lc. Exposições. Eu, boné. 2: PL 92, 330. Isaac de Stella, Serm. 51. PL 194, 1863 A.
- (21) Sub tuum praesidium
- (22) Conc. Nicéeno II, ano 787: Mansi 13. 378-379; Denz. 302 (600-601). Conc. Tridente., sessão. 2S: Mansi 33, 171-172.
- (23) Cfr. Pio XII, Radioph. Nunius, 24 out. 1954: AAS 46 (1954) p. 679. Lit. Encic. Ad coeli Reginam, 11 out. 1954: AAS 46 (1954) p. 637.
- (24) Cfr. Pio XI, Lit. Encic. Ecclesiam Dei, 12 nov. 1923: AAS 15 (1923) págs. 581. Pio XII, Lit. Encic. Corona Fulgens, 8 set. 1953: AAS 45 (1953) pp.